

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Juliana Moraes de Góes

**CORPO, AUTONOMIA E ASSOCIATIVISMO:
A PARTICIPAÇÃO DAS PROSTITUTAS DA GUAICURUS**

BELO HORIZONTE

2017

Juliana Moraes de Góes

**CORPO, AUTONOMIA E ASSOCIATIVISMO:
A PARTICIPAÇÃO DAS PROSTITUTAS DA GUAICURUS**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Minas Gerais como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Leonardo Avritzer

BELO HORIZONTE

2017

Góes, Juliana

Corpo, autonomia e associativismo [manuscrito] : A participação das prostitutas da Guaicurus / Juliana Góes. - 2017.

Linha
1

144 f. : il.

Orientador: Leonardo Avritzer.

Linha
2

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Linha
3

Inclui bibliografia

1.Participação. 2.Associativismo. 3.Prostituição.
4.Movimentos Sociais. I.Avritzer, Leonardo . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA JULIANA MORAIS DE GÓES

Realizou-se, no dia 24 de fevereiro de 2017, às 10 horas, no Auditório Prof. Baesse da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada "*Corpo, autonomia e associativismo: participação e as prostitutas da Guaicurus*", apresentada por JULIANA MORAIS DE GÓES, número de registro 2015662825, graduada no curso de CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Leonardo Avritzer - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida (DCP/UFMG), Leticia Cardoso Barreto (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

- Aprovada
 Reprovada

Finalizados os trabalhos, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017.

Prof. Leonardo Avritzer _____
Orientador (DCP/UFMG)

Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida _____
(DCP/UFMG)

Leticia Cardoso Barreto _____
(UFMG)

Às mulheres, que lutam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às dirigentes da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), que sempre demonstraram boa vontade para compartilharem seus conhecimentos comigo e cederam as imagens da artista Bruna Mello, que compõem este trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Leonardo Avritzer, cujos comentários foram essenciais para a qualidade do trabalho.

Agradeço à PUC Minas, especialmente à Prof.^a Márcia Mansur e à Elizabeth Fernandes. Sem vocês, este trabalho não seria possível.

Agradeço aos amigos belorizontinos, que me incentivaram durante todo o processo e me ajudaram a desvendar essa cidade.

RESUMO

As prostitutas estão entre as mulheres mais vulneráveis da sociedade e, no Brasil, são majoritariamente mulheres negras e com baixa escolaridade. Por causa desse perfil, os estudos sobre o comportamento político previam que esse grupo social seria menos propenso à participação política. No entanto, desde a década de 80, as organizações de prostitutas têm crescido e se expandido por todo o Brasil. O que tem promovido o engajamento dessas mulheres? Que fatores as levam a superarem as dificuldades impostas pela situação de vulnerabilidade? A dissertação trata dessa questão através de um estudo de caso sobre a participação das mulheres da Rua Guaicurus - BH/MG, um dos maiores complexos de prostituição do Brasil, com especial atenção à Associação de Prostitutas de Minas Gerais - APROSMIG. A primeira parte do trabalho consiste em uma revisão da literatura sobre os fatores que impactam a participação política. A segunda é uma apresentação da história da Guaicurus, perfil das prostitutas entrevistadas e o padrão participativo delas. Para terminar, discuto os fatores que contribuem com a promoção da participação das profissionais do sexo com as quais esta pesquisa foi feita e os que as fazem evitarem o engajamento.

Palavras-chave: Participação; Associativismo; Prostituição; Prostitutas; Movimentos sociais

ABSTRACT

Sex workers are among the most vulnerable women in society and, in Brazil, they are mostly black women and with low education. Because of this profile, studies about political behavior would predict that this social group would be less politically active. However, since the 1980s, sex worker's organizations have grown and expanded all over Brazil. What has promoted the engagement of these women? What factors make them overcome the difficulties imposed by the situation of vulnerability? The dissertation deals with these issues through a case study about the political participation of the women of the Guaicurus Street (BH/MG), one of the biggest areas of prostitution of the Brazil, with especial attention to the Association of Prostitutes of Minas Gerais - APROSMIG. The first part is a review of the literature about what impact the political participation. The second is a presentation of the story of Guaicurus, the profile of the sex workers interviewed and the participatory pattern of them. To finish, we discuss the factors that contribute to the promotion of the participation of the sex workers and what make them avoid the engagement.

Keywords: Participation; Associativism; Prostitution; Sex Workers; Social Movements

SUMÁRIO

NOTAS SOBRE A PERSPECTIVA EPISTÊMICA DESTE ESTUDO	10
INTRODUÇÃO: PROBLEMA DE PESQUISA E METODOLOGIA.....	20
DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS	36
O QUE É PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?.....	36
O QUE É MARGINALIDADE?	39
POR QUE AS PESSOAS PARTICIPAM?	42
ABORDAGEM DA CENTRALIDADE	42
ABORDAGEM DA ESCOLHA RACIONAL.....	47
ABORDAGEM DA IDENTIDADE	51
ABORDAGEM INSTITUCIONAL.....	55
CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	59
A GUAICURUS – DOS CABARÉS AOS HOTÉIS	63
QUEM SÃO AS PROSTITUTAS DA GUAICURUS?	68
MOBILIZAÇÕES DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA GUAICURUS E O SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE PROSTITUTAS DE MINAS GERAIS	75
A PARTICIPAÇÃO NA GUAICURUS	81
O QUE IMPACTA A PARTICIPAÇÃO.....	90
ENTENDENDO A NÃO PARTICIPAÇÃO	90
STATUS SOCIAL.....	90
RECURSOS	99
ESCOLARIDADE.....	101
ENTENDENDO A PARTICIPAÇÃO	103
REDES	103
IDENTIDADE COLETIVA.....	111
INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS	113
CONCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO E A PROSTITUIÇÃO	116
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE METODOLÓGICO.....	143

NOTAS SOBRE A PERSPECTIVA EPISTÊMICA DESTE ESTUDO

A pesquisa apresentada a seguir tem como objetivo a produção de saber. Dessa forma, ela é orientada epistemologicamente. Porém, a pesquisa não segue o atual modelo epistêmico hegemônico no ocidente. Este é temporalmente, espacialmente e socialmente localizado, ou seja, ele foi construído em uma determinada época, refletindo o contexto social-histórico da mesma e do grupo que o produziu (FARGANIS, 1997). Este grupo consistia, majoritariamente, de homens brancos, ocidentais e burgueses que se beneficiavam da estrutura de dominação colonial, racista, patriarcal e capitalista que se desenvolvia na modernidade (CODE, 1993; FARGANIS, 1997). Isto significa que ele não é uma “lei natural” ou algo imutável. Além disso, este modelo originou-se a partir de discordâncias em relação às concepções epistêmicas anteriores. Da mesma forma, agora se produzem críticas que reivindicam uma ruptura da qual nasça um modelo epistêmico mais apropriado às necessidades do contexto social atual. Entre estas críticas estão as epistemologias feministas, que guiam esta pesquisa.

O modelo hegemônico ocidental atual ao qual me refiro é o (neo)positivismo, que se baseia na busca por objetividade e na neutralidade (HARDING, 1993 [1992]; CODE, 1993; HARAWAY, 2009 [1995]; NARAYAN, 1997; FARGANIS, 1997; ANDERSON, 2000; COLLINS, 2002). Além disso, a lógica que guia este modelo é racionalista e tem como primazia a observação de relações causais entre variáveis que testam e constroem hipóteses deduzidas de uma teoria geral. Ainda, a análise destas relações causais, neste modelo, deve procurar afirmações gerais e universais da realidade, ou seja, deve se aproximar o máximo possível do encontro das “leis que explicam o funcionamento do mundo” (HARDING, 1993 [1992]; HESSE-BIBER, 2013). Assim, o conhecimento “digno” seria aquele “capaz de transcender as particularidades e se colocar de maneira universal” (CODE, 1993, p. 18, tradução própria). Ressalto que a lógica citada não se aplica somente aos estudos quantitativos.

Enquanto perspectiva epistêmica, ela pode ser aplicada em diferentes métodos (assim como a perspectiva feminista, alternativa à hegemônica, pode utilizar métodos qualitativos e quantitativos). Por fim, a lógica descrita é exclusivista, ou seja, ela se coloca como a única correta e capaz de levar a algum tipo de conhecimento “real” do mundo, de forma que toda atividade intelectual que não a segue é invalidada (MIES, 1998; HESSE-BIBER, 2013).

Nos anos 60, feministas em várias áreas da ciência começaram a denunciar o viés androcêntrico e sexista que os estudos da época continham, apontando que ele confrontava a objetividade e neutralidade proposta pelo modelo (neo)positivista (HARDING, 1993 [1992]; LONGINO, 1993; SARDENBERG, 2007; HESSE-BIBER, 2013). Estas mulheres buscaram aprimorar o rigor metodológico com o objetivo de eliminar este viés. Elas definiram, então, como uma “boa pesquisa” aquela cuja correta aplicação do método científico impedisse o viés do contexto patriarcal, e como “má pesquisa” a que contivesse o viés androcêntrico. Assim, sem romper com os princípios basilares do modelo (neo)positivista, estas feministas buscaram causar impacto na ciência e transformá-la (SARDENBERG, 2007).

Contudo, como diria Audre Lorde¹, “as ferramentas do mestre nunca vão desmontar a casa do mestre”. Transformar a ciência de forma que ela contribua para o fortalecimento das mulheres utilizando a mesma perspectiva epistêmica que as subordinam provou-se limitado para muitas feministas. Estas começaram a elaborar críticas mais radicais, reconstruindo os princípios fundamentais do modelo científico e atacando, inclusive, a própria existência de uma ciência (HARDING, 1993 [1992]; HARAWAY, 2009 [1995]; HESSE-BIBER, 2013).

As epistemologias feministas que surgiram desse processo costumam ser divididas em três correntes – a empiricista, a do *standpoint* e a pós-moderna (ANDERSON, 2000; SILVA, 2005; HESSE-BIBER, 2013). Nestas notas, não é objetivo fazer uma revisão extensa de cada grupo. Em resumo, as feministas empiricistas se negam a abrir mão da posição de cientistas e da objetividade. Elas questionam, contudo, o fato de que sempre existirá um viés na pesquisa, pois a própria teoria já se constitui como tal, e, por isso, há necessidade de reconhecer e controlar os vieses oriundos de preconceitos sexistas (HARDING, 1993 [1992]; LONGINO, 1993).

Já o feminismo *standpoint* surge sob grande influência marxista. Ele questiona os princípios fundamentais do modelo (neo)positivista e defende que a ciência não pode ser neutra – ela precisa estar comprometida com a transformação social e com a eliminação do sistema de dominação. Porém, isso não significa negar a ciência, ou a produção de um conhecimento coerente com a realidade (e que tente explicá-la). Pelo contrário, quanto mais precisa a análise de um fenômeno, melhor a intervenção sobre ele. Assim, as feministas desta

¹ Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/#gs.ViQDxOU>>http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-domestire/?fb_comment_id=fbc_144656479070889_118922_144665202403350. Acesso em 04 fev. 2017.. Acesso em 04 fev. 2017.

corrente reconstruem a ideia de objetividade, que, ao invés de ser entendida como a separação da subjetividade, passa a ser definida como um processo crítico dela. Por fim, as feministas do *standpoint* argumentam que a ciência deve estar comprometida com os grupos subjugados, pois ao estarem simultaneamente em uma posição de dominação e resistência, eles teriam uma perspectiva mais ampla da sociedade do que o grupo dominado (HARTSOCK, 2003; HARDING, 1993 [1992]).

A corrente pós-moderna é influenciada pela interpretação da realidade como uma construção de discursos/linguagens. As feministas que a seguem compartilham a ideia de que não existe um conhecimento “real”, uma ciência que ache a “verdade”, e sim um discurso construído. Dessa maneira, haveria inúmeras perspectivas de conhecimento, marcadas, inclusive, pelas diferentes experiências entre as mulheres (ANDERSON, 2000; BUTLER, 2003).

Ressalto, contudo, que esta classificação não é consensual. A corrente pós-moderna é a mais difícil de definir, pois é comum o agrupamento de diferentes e, às vezes, contraditórias teorias sob este mesmo rótulo. Além disso, há muitas feministas consideradas empiricistas que negam essa classificação (SARDENBERG, 2007). Porém, este mapeamento nos auxilia a marcar algumas diferenças importantes entre as epistemologias feministas no que tange à busca por um modelo de ciência feminista.

Este trabalho está mais próximo do pensamento das feministas do *standpoint* (mas é influenciado por todos os outros). Aqui, compartilho da crítica às bases epistemológicas do (neo)positivismo, ao mesmo tempo em que me recuso a abandonar a objetividade. Além disso, esta pesquisa é comprometida com a produção de saberes que colaborem para a transformação social, e não com a manutenção das estruturas de dominação. Porém, quais são os meios que as feministas encontram para conseguirem simultaneamente a produção de saberes objetivos e engajados?

O modelo hegemônico estabelece que apenas a separação entre valores e fato é capaz de guiar uma pesquisa científica em direção à produção de saber, pois os valores, ou o engajamento do pesquisador, o fariam descrever o mundo de forma normativa e prescritiva, ao invés de levá-lo a preocupar-se com a descrição da realidade (MIES, 1998; HESSE-BIBER, 2013). Contudo, os princípios positivistas não são neutros, pelo contrário, os mesmos são alicerçados no liberalismo. Logo, não existe uma ciência neutra. Ao invés de “esconder valores”, então, a ciência feminista aqui tratada propõe o reconhecimento deles, permitindo

assim uma ciência engajada (NARAYAN, 1997). O desafio para as feministas, logo, não é separar fatos e valores durante uma pesquisa, e sim I – definir quais valores devem substituir o liberalismo na ciência e II – descobrir como fazer uma ciência comprometida com a transformação social sem cair na armadilha de produzir prescrições ao invés de descrições da realidade.

Em relação ao primeiro desafio, os valores que substituiriam o liberalismo seriam os feministas, ou seja, aqueles preocupados com a emancipação da mulher (NARAYAN, 1997; CURIEL, 2007; ANDERSON, 2000; COLLINS, 2002; HARAWAY, 2009 [1995]; HARTSOCK, 2003; SARDENBERG, 2007). Porém, não existe consenso na literatura sobre como esta se daria. A emancipação de uma mulher do sul, por exemplo, não se dará da mesma forma que de uma mulher do norte, assim como a emancipação da mulher negra ocorrerá de forma diferente da mulher branca (COLLINS, 1998). Pensar uma solução para este impasse implica em lembrar que a epistemologia, como uma forma de saber, também é localizada e parcial. Assim, se o valor que a guia é a emancipação da mulher, é necessário que esta seja analisada na comunidade onde o estudo se encontra. Para esta pesquisa, portanto, propõe-se definir os valores feministas e a emancipação não como uma tentativa de universalização dos mesmos, ou de expor a “única definição correta”, e sim a partir da realidade concreta da comunidade que se analisa, no caso, uma parcela do Brasil.

A formação da sociedade brasileira se dá, principalmente, pela interseccionalidade das opressões de classe, raça e gênero (NASCIMENTO, 2007 [1976]; GONZALEZ, 2011 [1988]). A hierarquia étnico-racial e patriarcal oriunda do escravismo se reproduz no sistema capitalista criando divisões na própria classe trabalhadora: às mulheres negras e indígenas são impostos, no sistema produtivo, lugares inferiores aos destinados aos homens negros e às mulheres brancas (BAIROS, 2000; NASCIMENTO, 2007 [1976]; CARNEIRO, 2003; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2007 [1974]). Aprofundando o patriarcado, a cis-heteronormatividade, crença de que a heterossexualidade é uma característica inata do ser humano, bem como a sua identificação como homem ou mulher a partir do sexo biológico², faz com que a padronização da identidade de gênero e da

² O gênero é uma construção social e as características normalmente atribuídas ao homem e à mulher não são determinações biológicas. Por exemplo, o uso de saias e cabelos longos, comportamento normalmente identificado como feminino no ocidente, não é oriundo de uma programação genética, e sim da forma como esta sociedade constrói a figura da mulher. Considerando isso, há pessoas cujas identidades de gênero divergem do sexo biológico que possuem. Estas pessoas são chamadas de transgêneros. Por exemplo, mulheres transgênero (cuja abreviação é trans) se identificam com o gênero feminino, mas ao nascerem recebem o rótulo de homens por terem órgãos reprodutivos masculinos. Estas pessoas costumam ser marginalizadas e subjugadas pelo fato de

sexualidade também seja base para a distribuição desigual de poder na sociedade (JESUS, 2012). Ainda, para compreender a sociedade brasileira deve-se destacar a posição desta no sistema capitalista global, ou seja, o colonialismo (PAOLI, 1974; PEREIRA, 1978). Ressalto que estas não são as únicas formas de opressão, mas são pilares para a formação do Brasil. Assim, para esta pesquisa, uma ciência guiada pelos valores feministas e pela emancipação da mulher deve ser comprometida com a luta anticolonial e pelo fim dos sistemas de opressões nas comunidades, considerando toda intersecção de classe, raça e gênero.

Em relação ao segundo desafio, a resposta desenvolvida por muitas feministas consiste no aperfeiçoamento do conceito de objetividade. Code (1993) afirma que a existência de um viés androcêntrico e sexista na ciência mostra que a separação entre subjetividade e objetividade na pesquisa não funciona. O pesquisador não consegue eliminar a si mesmo e apenas mascara sua subjetividade por meio da neutralidade. A noção de objetividade do modelo de ciência hegemônico, logo, é, na verdade, a adoção de uma subjetividade única, no caso, aquela marcada pela comunidade acadêmica – homens brancos e ocidentais. Assim, a autora propõe trazer a subjetividade para a pesquisa, em um processo de constante reflexividade (apesar dela não utilizar este conceito³). Desse modo, Code argumenta que, para conseguir um conhecimento de fato objetivo, é necessário um processo dialético e crítico de constante análise da subjetividade do pesquisador.

Haraway (2009 [1995]) parte de críticas muito semelhantes às realizadas por Code. Porém, ela propõe a objetividade como visão parcial, ou seja, ao invés de um olhar semelhante ao de um deus onipresente, que tudo olha e nada vê, a autora entende a objetividade na pesquisa como um olhar que parte de um corpo humano, localizado territorialmente, socialmente e temporalmente. Assim, Haraway propõe uma visão corporificada, que produz um conhecimento corporificado e, como tal, localizado e parcial. A

romperem com o cissexismo, ideologia construída no sistema patriarcal que defende a existência apenas de homens e mulheres e fundamenta esta classificação nas diferenças biológicas (ignorando o fato do gênero ser uma construção social). Saliento que a identidade de gênero não é sinônimo de orientação sexual. Esta se refere à atração afetiva e sexual que pode ou não se relacionar com o gênero. Pessoas heterossexuais, por exemplo, se atraem por indivíduos cuja identidade de gênero é diferente daquela com a qual elas se identificam. Já pessoas homossexuais se atraem por pessoas com o mesmo gênero com a qual elas se identificam. Pessoas bissexuais, porém, não possuem sua atração afetiva e sexual baseada no gênero do outro (se atraem por qualquer gênero). Os assexuais, diferentemente, não se atraem por nenhum gênero. Semelhante ao que ocorre no cissexismo, que subordina pessoas trans, a heteronormatividade impõe como norma a heterossexualidade, entendendo-a como uma condição inata do ser humano (e subordinando a todos que não a seguem). A cis-heteronormatividade, portanto, é a imposição da identidade de gênero a partir do sexo biológico (sendo que pessoas que se encaixam nesta premissa são chamadas de cisgênero ou cis) e da heterossexualidade, com a opressão das pessoas que transgridem tal imposição (JESUS, 2012).

³ Ver HESSE-BIBER, 2013.

corporificação do conhecimento implica em se posicionar, compreender que o saber é produzido por corpos e reconhecer a localização social e política que estes ocupam na estrutura. A objetividade para Haraway, então, é um conhecimento localizado.

Ambas as autoras argumentam, assim, que para alcançar um conhecimento cada vez mais objetivo é necessário abandonar a neutralidade e reconhecer a perspectiva parcial e subjetiva do pesquisador. Essa perspectiva não significa o mero conjunto de opiniões, mas sim a posição na estrutura de intersecção de classe, raça, gênero etc. A subjetividade de Code, logo, é o contexto histórico, social e político no qual o pesquisador está inserido, noção paralela à posição que o corpo ocupa no tempo e espaço de Haraway.

Entretanto, toda perspectiva é válida? Adota-se o relativismo? Para Code, a epistemologia feminista caminha, sim, para o relativismo. O projeto que a autora defende é de uma epistemologia localizada geograficamente e, portanto, uma nova geografia da epistemologia. Nesta nova geografia, todo conhecimento é relativo para alguém, ou seja, é o ponto de vista de alguém. Contudo, isso não significa que é necessário adotar todo o pacote do relativismo, pois, segundo a autora, as feministas não podem aceitar o cenário onde tudo é válido. Isto impede a crítica que leva à transformação social. Já Haraway defende que a ciência feminista rompa com a dicotomia universalismo/relativismo. Estes são, de acordo com ela, “irmãos gêmeos opostos”. Afirmar a existência de uma única verdade tem o mesmo impacto de afirmar que tudo vale, pois ambos impedem a crítica. Localizar o saber, portanto, não significa dizer que existem várias perspectivas e que todas devem ser aceitas. Significa reconhecer que o conhecimento é parcial, em oposição à busca por leis universais e explicações globais, e o *traduzir* de uma comunidade para outra. Assim, para Haraway, localizar o saber é uma alternativa ao relativismo, ideia na qual esta pesquisa se ampara.

A ideia de tradução de Haraway também merece ser aprofundada, pois além de auxiliar a reconceituar objetividade, a autora define novos fins para a ciência. Se o modelo hegemônico busca relações causais que possam ser universalizadas, nesta proposta feminista busca-se o diálogo entre comunidades (ou seja, a validação do conhecimento ocorre neste diálogo). Para exemplificar isto, Haraway utiliza a metáfora da fotografia. Esta parte de uma visão parcial mediada pela tecnologia. Ela consiste na tradução desta visão para outras. Por conseguinte, uma fotografia não deve almejar ser a representação universal do mundo, e sim a tradução de uma visão localizada, de um saber localizado. Ressalto que isso não significa que a foto não possa tentar explicar a realidade (o que implica na busca por causalidade), e sim

que esta explicação não deve ter como objetivo ser universal. Ou seja, a autora nega a premissa pós-moderna de que não existe uma realidade a ser estudada, mas também nega a pretensão positivista de que as pesquisas sirvam para explicar a realidade como um todo.

Por fim, definir quais perspectivas são válidas e quais não são auxilia a compreender a crítica ao relativismo. Como abordado anteriormente, as feministas do *standpoint* entendem que, ao estarem simultaneamente em uma posição de dominação e resistência, os grupos subjugados possuem uma perspectiva mais ampla da sociedade do que o grupo dominante e, portanto, um privilégio epistêmico. Aprofundando neste conceito, o que as autoras desta linha de pensamento argumentam é que as diferenças de gênero trariam experiências diferentes para homens e mulheres, que se concretizariam na dominação dos primeiros sobre as segundas. As mulheres seriam empurradas à “margem” da sociedade, e teriam de aprender tanto a lógica do grupo dominado, por estarem neste espaço, quanto do dominante, por terem de sobreviver a ele (HARTSOCK, 2003; HARAWAY, 2009 [1995]; HARDING, 1993 [1992]; NARAYAN, 1997; COLLINS, 1998; ANDERSON, 2000; COLLINS, 2002; SARDENBERG, 2007; SILVA, 2005; GONZÁLEZ e RENGIFO, 2009). A perspectiva válida, então, seria a dos corpos subjugados. Ressalto, contudo, que isso não significa que apenas estes devem ser os únicos sujeitos da ciência, e sim que esta deve ser comprometida com a perspectiva destes (HARAWAY, 2009 [1995]). Para exemplificar, se um estudo é sobre os grupos dominantes, não se deve adotar a leitura da sociedade deles, e sim olhá-los a partir do compromisso com os grupos explorados.

Duas críticas comuns são feitas à noção de privilégio epistêmico. A primeira refere-se a como definir qual o grupo que terá este privilégio (LONGINO, 1993; ON, 1993). A segunda crítica consiste na romantização dos grupos subjugados (COLLINS, 1998; HARDING, 1993 [1992]; NARAYAN, 1997). A primeira crítica já foi debatida por muitas feministas do *standpoint*. O reconhecimento de que não há apenas um grupo subjugado, mas vários, a partir da lógica da interseccionalidade, faz com que a busca por um único grupo privilegiado epistemologicamente perca o sentido. Além disso, o conceito de objetividade como saber localizado permite utilizar a perspectiva, o *standpoint*, por meio de trocas de saberes parciais entre estes diversos grupos. Assim, se mantém a noção de privilégio epistêmico articulada com o reconhecimento das várias localizações sociais na qual os corpos estão (COLLINS, 2002; HARAWAY, 2009 [1995]; HARDING, 1993 [1992]; GONZÁLEZ e RENGIFO, 2009; MENDOZA, 2014 [2010]).

A segunda crítica tem sido extremamente debatida e aprofundada. O fato de ser um corpo subjugado não significa que o indivíduo será contra o sistema de dominação (NARAYAN, 1997). Este problema vem acompanhado da definição da autorização. O feminismo *standpoint* também justifica o privilégio epistêmico na experiência vivida, ou seja, o grupo que sente a dominação “na pele” possui este conhecimento em uma fonte primária e, portanto, é o mais indicado para falar sobre ela, o mais “autorizado”. Contudo, se nem todos os corpos subjugados são críticos às suas experiências de dominação, como definir quem tem autorização para falar? O problema da política da identidade reside justamente neste ponto. Apenas o fato de ser, ou seja, uma idealização do que isto representa, é suficiente para tornar um corpo marginalizado representante do coletivo? E se, ao invés de focarmos na idealização identitária, reconhecermos a autorização com base na ideologia, não corremos o risco de que sujeitos de grupos opressores usurpem a voz dos grupos dominados, como sempre ocorreu na história? (COLLINS, 2002; COLLINS, 1998; HARAWAY, 2009 [1995]; HARDING, 1993 [1992]; NARAYAN, 1997; NASCIMENTO, 2007 [1974]; ON, 1993).

Alternativas para esta problemática são encontradas nas obras de Collins (1998) e de Haraway (2009 [1995]). Collins, ao fazer um levantamento do que seria o pensamento feminista negro, se depara com as perguntas acima, sobretudo porque neste a experiência vivida tem um papel central. A saída da autora consiste na compreensão do papel de centralidade das mulheres negras sobre o feminismo negro. Centralidade, contudo, não significa exclusividade, e sim diálogo. A autora afirma que, para as feministas negras, o isolamento referente a outros grupos sociais seria o mesmo que manter o pensamento negro na margem. Assim, ela trabalha com a ideia de coalizão, ou seja, todos podem (e devem) produzir na perspectiva do feminismo negro. Todavia, não há como se produzir nesta perspectiva sem a presença das mulheres negras. Por isso, para que outros grupos façam parte desta coalizão, precisam estar constantemente em diálogo com estas mulheres, entendendo o papel de centralidade delas e refletindo constantemente sobre sua própria posição.

Desse modo, Collins foge da vinculação meramente ideológica do privilégio epistêmico. Além disso, a autora também argumenta que nem todas as mulheres negras são feministas negras, devido aos problemas já abordados. A saída, para ela, é entender o feminismo negro como uma construção coletiva, que passa pelo processo de diálogo dentro da comunidade na qual o centro são as mulheres negras. Sua proposta, portanto, desloca a idealização do privilégio epistêmico que consiste na resistência individual para a construção coletiva e crítica da resistência.

Posicionamento semelhante encontra-se em Haraway (2009 [1995]). Na mesma pesquisa na qual articula a ideia de saberes localizados, a autora afirma que a objetividade a partir do reconhecimento da corporificação do pesquisador significa que não se procura assumir a posição de identidade de quem se pesquisa. Ela significa, na verdade, uma conexão parcial. “Não há maneira de ‘estar’ simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) [...]. A procura por uma tal posição ‘inteira’ e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional [...]” (HARAWAY, 2009 [1995], p. 27). Assim, ela estabelece que não apenas o sujeito que produz a pesquisa é corporificado, mas também aquele que se estuda. A objetividade, dentro da lógica do privilégio epistêmico, é, portanto, o reconhecimento da diferença entre estes corpos: a busca pela perspectiva do subjugado, mas sem idealizá-lo ou tentar tornar-se ele, e sim mantendo sua posição e dialogando a partir dela. Tentar tornar-se o outro implica em cair no mesmo erro da neutralidade, ou seja, esconder a própria subjetividade (COLLINS, 2002; CODE, 1993; HARAWAY, 2009 [1995]; COLLINS, 1998).

Por essa razão, a perspectiva epistemológica que guia esse estudo possui como pilares I – valores feministas; II – a busca por um conhecimento objetivo, mas não neutro; III – o descarte do relativismo e; IV – o compromisso com a perspectiva dos grupos subjugados. Ao invés dos valores liberais que guiam o modelo (neo)positivista, este estudo é engajado e comprometido com o combate aos sistemas opressores, ou seja, ele faz parte de uma ciência politizada que fundamenta uma prática política científicizada (SARDENBERG, 2007). Para conseguir isto sem cair na armadilha da produção de estudos normativos, e não explicativos da realidade, este trabalho não ignora a importância da objetividade. Porém, adota o conceito desta como saberes corporificados, localizados, temporais e parciais. Conseqüentemente, não espero achar relações causais que podem ser universalizadas, e sim traduzir conhecimentos sobre a realidade estudada para outros grupos. Porém, não adoto aqui o relativismo e o entendimento de que o objetivo da ciência é apenas a tradução do discurso de um grupo para outro. Pelo contrário, entendo que a realidade precisa ser explicada (o que implica na busca por causalidade), mas reconheço que todo saber é parcial, ou seja, qualquer explicação representará apenas uma parte dela. Ainda, a importância da perspectiva dos grupos subjugados também é considerada em todo o processo de pesquisa, mas sem a pretensão de romantizá-los, e sim a partir do diálogo entre sujeitos corporificados de pesquisa.

Finalmente, neste trabalho proponho a produção de um conhecimento coletivo, e não individual. Como tal, ele é sujeito ao *accountability* de todos os grupos no qual se insere

(COLLINS, 2002). A validação dos saberes aqui produzidos, portanto, não pode ser restrita a um corpo acadêmico de homens, brancos, de classe média e ocidentais – ou seja – imbricada nas estruturas de opressão social. A validação deste trabalho é condicionada ao diálogo com uma comunidade ampla, com toda a sociedade.

INTRODUÇÃO: PROBLEMA DE PESQUISA E METODOLOGIA

Queria e quero um movimento revolucionário [...]. Uma organização revolucionária sempre tem que se lembrar de que seu alvo não é fazer com que seus partidários escutem as convincentes palestras de líderes especialistas, mas conseguir fazê-los falar por si mesmos, para que alcancem [...] o lugar da participação política. Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, elas estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas revolucionárias (LEITE, 2005 apud LENZ, 2014, p. 212-213).

A participação de grupos socialmente marginalizados, principalmente após a redemocratização, é vista como essencial para a democratização da democracia (CARDOSO, 1987; DAGNINO, 1994; ABERS, 2000; SANTOS e AVRIZTER, 2002; MIGUEL, 2005). Contudo, tais grupos enfrentam inúmeras dificuldades para acessarem a esfera política, como o baixo status social e o acesso limitado a recursos materiais (MILBRAITH, 1965; MCCARTHY e ZALD, 1977; VERBA, 1993; OLSON, 1999; CHO, GIMPEL e WU, 2006). Essas dificuldades impactam, principalmente, as prostitutas, que representam um dos grupos de mulheres mais vulneráveis do mundo (ROBERTS, 1998). Entretanto, desde a década de 80, as associações de trabalhadoras do sexo têm se expandido por todo o país e, como manifesto na citação acima, estas mulheres têm desfilado “[...] lindas e altivas, sem vergonha de ser[em] puta[s], [...] falando por si mesmas e sendo políticas” (LEITE, 2005 apud LENZ, 2014, p. 212-213).

Em julho de 1987, por exemplo, o Brasil deparava-se com o I Encontro Nacional de Prostitutas, no qual profissionais do sexo do país inteiro saíram “do escuro para praticamente um estrelato” (LEITE, 2009, p. 149)⁴. Elas erguiam-se enquanto grupo político e reivindicavam, principalmente, o fim da violência policial. Além disso, as prostitutas protagonizavam a discussão sobre a venda de serviços sexuais mostrando que, ao contrário do que a putafobia⁵ declara, trabalhadoras do sexo possuem voz e, esta, é política (GUGIK, 2001; BARRETO, MESQUITA, *et al.*, 2006; MELLO, 2007; SCHLINDWEIN, 2009; LEITE, 2009; MELLO, 2014; BARRETO, 2015).

⁴ Como será visto mais à frente, não existe consenso sobre o uso da palavra “prostituta” (algumas mulheres a acham ofensiva e preferem o termo “profissional do sexo”). Porém, como o grupo com o qual esta pesquisa foi feita a adota, bem como a usa de forma intercambiável com o termo “profissional do sexo”, nesta pesquisa faço referência às mulheres que vendem serviços sexuais como prostitutas e profissionais/trabalhadoras do sexo. Para ver mais sobre esta disputa, acesse a entrevista dada pela militante Gabriela Leite para os extras do documentário “Um Beijo para Gabriela”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o>>. Acesso em 12 mar. 2017.

⁵ Durante esta pesquisa, as integrantes da Associação de Prostitutas de Minas Gerais oralmente definiam a putafobia como o ódio às prostitutas. Esta definição é a que será usada ao longo desta pesquisa.

Esta pesquisa nasce diante desta mobilização. A pergunta que a orienta é: quais fatores impactam a participação de indivíduos marginalizados e como eles fazem isto? Já o desenho adotado consiste em um estudo de caso sobre a participação das prostitutas da Rua Guaicurus - Belo Horizonte/Minas Gerais, um dos maiores complexos de prostituição do Brasil⁶. As mulheres que lá se encontram têm enfrentado todos os desafios impostos pela marginalização da profissão ao engajamento e avançado no processo de organização política, de forma que, se antes a política da cidade funcionava sem ouvi-las, agora os candidatos à prefeitura procuram a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) para obterem o seu apoio⁷.

Ressalto que, de acordo com a perspectiva epistêmica feminista que guia esta pesquisa, a pergunta foi formulada de modo que o conhecimento obtido com ela seja útil à superação da opressão sobre as mulheres (NIGHTINGALE, 2003; SPIERINGS, 2012; HESSE-BIBER e GRIFFIN, 2015; CRASNOW, 2015). No campo de estudo da participação e dos movimentos sociais, perguntar quais estratégias as mulheres da Guaicurus utilizam para superarem os obstáculos à participação já me levaria a dados extremamente interessantes. Porém, as prostitutas entrevistadas já conhecem as suas próprias estratégias, de forma que tal pergunta seria mais útil para outros movimentos conhecerem a dinâmica delas do que para elas mesmas. Por isso, escolhi buscar os fatores que impactam a participação tanto negativamente (impedimentos ao engajamento) quanto positivamente (impulsionadores do engajamento). Tal pergunta, além de permitir a tradução parcial da realidade das prostitutas para outros grupos marginalizados, possibilita o levantamento de informações que sejam úteis para o aprimoramento das estratégias de mobilização que elas possuem (HARAWAY, 2009 [1995]).

Para a realização desta pesquisa, a participação política foi definida como uma ação orientada para a construção/manutenção de uma coletividade. Este conceito foi cunhado, como será aprofundado mais à frente, a partir do desafio de tornar a definição de participação inclusiva o suficiente para abarcar ações que possuem como alvo ou o Estado ou a comunidade, evitando o reducionismo da política à esfera eleitoral (SELIGSON e BOOTH, 1976; PIZZORNO, 1975; MELUCCI, 1996; PIVEN e CLOWARD, 1979). Por isso, aqui, a participação é entendida como uma ação voltada para a coletividade. Além disso, durante a sua definição, também busquei evitar o estiramento conceitual (SARTORI, 1970; TILLY,

⁶ Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/artes-visuais/abertas-inscricoes-para-o-museu-do-sexo-das-putas-em-minas-gerais/>>. Acesso em 17 jan. 2017.

⁷ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/19/interna_politica,795378/campanha-em-ritmo-acelerado.shtml>. Acesso em 17 jan. 2017.

1978; VAN DETH, 2001; AVELAR, 2007). A participação política, conseqüentemente, é entendida apenas como ações que foram efetivadas com a intencionalidade de disputarem uma coletividade (orientadas para este fim). Dessa forma, atividades como a leitura descompromissada de notícias sobre política ou mesmo resistências cotidianas, que não buscam causar impacto amplo, são desconsideradas (SCOTT, 2011 [1985]).

Já a marginalidade foi definida como a posição de determinado grupo social (e, portanto, dos indivíduos que o integram) em relação à intersecção dos diferentes eixos de exploração/dominação de uma determinada sociedade. Além disso, como o estudo situa-se na realidade brasileira e o sistema de dominação atual nesta se dá, principalmente, pelos eixos de classe, raça e gênero, estes foram os principais critérios utilizados para definição dos grupos marginais (NASCIMENTO, 2007 [1977]; GONZALEZ, 1984; SANTOS, 1985; CARNEIRO, 1995; CARNEIRO, 2011; CARDOSO, 2012). Destaco que o conceito de marginalidade adotado parte da definição de interseccionalidade do feminismo negro. Nesta teoria, estes eixos de dominação/exploração não se subordina uns aos outros e também não são somados, ou seja, a opressão de uma pessoa que vive sob a intersecção de raça e gênero não é igual ao somatório do racismo mais o patriarcado. Eles se interseccionam e criam situações únicas de opressão. A intersecção de raça e gênero, por exemplo, produz um lugar social singular para as mulheres negras, distinto do lugar das brancas e dos homens negros (CRENSHAW, 1991).

A participação política, portanto, é o que se quer explicar nesta pesquisa. Já a marginalização é uma condição dada, um recorte utilizado. A partir deste entendimento, foram mapeados os fatores que explicam a não participação (impacto negativo sobre o engajamento) e a participação (impacto positivo), com foco nos indivíduos marginalizados. O acesso a recursos, a escolaridade e o status social foram os mais apontados, na literatura, como explicativos da não participação (MILBRAITH, 1965; MCCARTHY e ZALD, 1977; VERBA, 1993; BRADY, VERBA e SCHLOZMAN, 1995; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; FERREIRA, 1999; OLSON, 1999; LAY, 2006; CHO, GIMPEL e WU, 2006; ARBACHE, 2015). Já a identidade coletiva, as redes e as instituições participativas destacaram-se como explicativas da participação (EMIRBAYER, 2009 [1997]; MELUCCI, 1995; MAYER, 1995; MELUCCI, 1996; EMIRBAYER e MISCHE, 1998; ABERS, 2000; FUNG e WRIGHT, 2001; DIANI, 2004; HUNT e BENFORD, 2004; AVRITZER, *et al.*, 2005; AVRITZER, 2007; AVRITZER, 2008; DELLA PORTA e DIANI, 2009; GAVENTA e BARRETT, 2010; MISCHE, 2011; CUNHA, 2012; FARIA, *et al.*, 2012; VAZ, 2013).

O desenho de pesquisa, por sua vez, um estudo de caso, envolve o uso de *mixed methods*, ou seja, de métodos de levantamento/construção de informações diversos. Neste trabalho, utilizei dados de um *survey* da PUC Minas, que contou com a participação de 304 prostitutas (método quantitativo), realizei 4 entrevistas em profundidade com as lideranças da APROSMIG e fiquei um ano observando (observação participante) a associação (métodos qualitativos). Ressalto, porém, que o uso de *mixed methods* em pesquisas feministas é recente e ainda causa certo estranhamento, principalmente quando envolve a mistura de métodos quantitativos com qualitativos. Esse estranhamento se dá pelo fato da “contagem” ou “quantificação” da realidade ter sido muito censurada no começo das críticas epistemológicas das mulheres, de forma que, em 2009, a conferência internacional *Feminist Research Methods* contou com 69 sessões de *papers*, mas apenas uma delas referia-se a estudos quantitativos (SPIERINGS, 2012).

As críticas feitas aos métodos quanti partiam da associação deles com a epistemologia neo(positivista), herança da “guerra” entre eles e os estudos qualitativos (NIGHTINGALE, 2003; SPIERINGS, 2012; HESSE-BIBER e GRIFFIN, 2015; CRASNOW, 2015). Essa associação é feita porque a ontologia que guia as pesquisas quanti normalmente pressupõe a existência de uma realidade externa ao pesquisador e a possibilidade de acesso a ela através da objetividade e da neutralidade (fatores que, como mostrado nas notas anteriores, foram criticados e reformulados pelas feministas). Essa orientação ontológica, portanto, fez com que algumas feministas se voltassem para os métodos qualitativos. Estes já tinham passado por uma virada interpretativa influenciada pelo pós-modernismo - viam a realidade como uma construção social que se dá a partir dos significados e discursos que os indivíduos realizam (BURAWOY, 1998; YANOW e SCHWARTZ-SHEA, 2006).

Além disso, “a intenção das amostras estatísticas é revelar elementos sobre uma população mais ampla” (GERRING, 2007 apud SPIERINGS, 2012, p. 333, tradução própria). Por isso, elas pressupõem a generalização do conhecimento e subsidiam as pesquisas quantitativas à criação de leis universais - prática que, conforme também já discutido nas notas anteriores, é extremamente criticada pelas feministas. Dessa forma, a associação entre generalização e métodos quantitativos foi outro fator que as impulsionou à utilização de etnografias e outros métodos qualitativos (WESTMARLAND, 2001; SPIERINGS, 2012; HESSE-BIBER e GRIFFIN, 2015).

A incorporação acrítica da guerra entre estudos quali e quanti, contudo, tem sido questionada por muitas mulheres, pois ela reforça a criação de binarismos que o feminismo tanta busca romper (GRIFFIN e PHOENIX, 1994; LAWSON, 1995; SPIERINGS, 2012). Por isso, ao invés de focarem em qual método é usado, diversas autoras têm proposto que os estudos feministas se concentrem no uso dos trabalhos, ou seja, no fato deles possuírem como fim ou não a promoção da emancipação das mulheres (WESTMARLAND, 2001). Embora os métodos qualitativos permitam que seja dada voz às experiências de corpos subjugados, métodos quantitativos podem oferecer evidências significativas sobre estruturas de dominação. Assim, segundo estas autoras, ambos os tipos de métodos podem e devem ser usados em pesquisas feministas (CRASNOW, 2015).

Contudo, o rompimento do binarismo quali e quanti não pode se fundamentar apenas no uso da pesquisa, pois é necessário compreender as diferenças ontológicas e discutir a relação entre generalização e métodos quantitativos. Sobre o primeiro ponto, resalto que, como apresentado nas notas introdutórias, há diversas correntes epistemológicas feministas, e a pós-moderna se aproxima da visão ontológica que tem permeado os métodos qualitativos (de que não há uma realidade pré-existente ao pesquisador, e sim construções sociais). Porém, o radicalismo pós-modernista faz a ciência se tornar “[...] um campo militar de alta tecnologia, uma espécie de campo de batalha acadêmico automatizado, no qual flashes de luz chamados jogadores desintegram-se [...]” (HARAWAY, 2009 [1995], p. 12). Ou seja, a adoção de um radicalismo ontológico que não permita identificar nenhum tipo de realidade torna a ciência apenas uma disputa de retóricas e, conseqüentemente, relativista (LAWSON, 1995).

Por isso, algumas feministas têm proposto um pluralismo ontológico. Crasnow (2015), por exemplo, ao criar o conceito de *ontological causal pluralism*, alega que a definição do objeto de estudo implica em limitar a forma como ele é visto (estruturas sociais ou significados construídos) e, portanto, em identificar tipos de causalidades que poderiam se relacionar com o mapa ontológico criado. Já Lawson (1995), ao advogar por uma ontologia relacional, alega que embora devêssemos fugir das dicotomias, entender diferenças entre homens e mulheres e brancos e negros, por exemplo, auxilia a entender os processos de dominação. Assim, de acordo com a autora, apesar de a realidade ser construída, apreender as estruturas que se erguem a partir da relação entre as diferenças é importante para as pesquisas feministas. Logo, ao invés de adotar um radicalismo pós-moderno, feministas empiricistas e do *standpoint*, principalmente, têm mostrado alternativas ontológicas que permitem o uso

tanto de métodos qualitativos como quantitativos. Além disso, ressalto que levantar dados a partir de um *survey*, por exemplo, não significa alcançar a ausência de interpretação e construção do pesquisador sobre o dado. Afinal, todo o saber é parcial e corporificado, ou seja, qualquer dado conseguirá “fotografar” a realidade apenas parcialmente e a interpretação dele é impactada pela subjetividade do pesquisador (mesmo considerando o pluralismo ontológico) (NIGHTINGALE, 2003; HESSE-BIBER, 2012)⁸.

Em relação ao segundo ponto, algumas feministas têm argumentado que qualquer estudo possui determinado grau de generalização, pois a negação completa desta implica no entendimento de que a realidade só pode ser reduzida aos indivíduos, já que até para falar de um grupo social é necessária uma categorização generalizante (SPIERINGS, 2012). Porém, enquanto a ciência neo(positivista) generaliza resultados com o fim de universalizar experiências, ignorando e invisibilizando as diferenças promovidas pela intersecção das opressões, nas pesquisas feministas certos graus de generalização podem ser usados com o objetivo de dar visibilidade para desigualdades estruturais e mostrar diferenças entre grupos sociais a partir da relação entre eles. Assim, ao invés de promoverem a *universalização*, os métodos quantitativos podem ser usados para destacarem a *diferenciação* (LAWSON, 1995; SPIERINGS, 2012).

Considerando isso, as pesquisas feministas podem utilizar métodos quantitativos sem retornar à lógica neo(positivista). Por consequência, elas também podem utilizar estes métodos e os qualitativos sob uma mesma perspectiva epistêmica, tornando o uso de *mixed methods* possível. Porém, tal desenho de pesquisa exige alguns cuidados, a fim de que ele não se torne um arranjo mal feito de diferentes métodos. O primeiro cuidado, apontado por Creswell *et al.* (2006), é a clareza epistemológica e ontológica, sob a qual acredito que já me debrucei suficientemente aqui.

O segundo, discutido por Crasnow (2015), refere-se aos diferentes conceitos de causalidade que podem surgir através do pluralismo ontológico. A autora afirma que métodos quantitativos costumam buscar relações causais contrafactuais e que aos qualitativos normalmente é atribuída a busca por mecanismos causais. Para que uma pesquisa feminista utilizando *mixed methods*, consiga lidar com isso, ela ressalta ser necessário definir o espaço causal, ou seja, as restrições causais oriundas das abordagens ontológicas, epistemológicas e

⁸Por isso, a reflexividade e o reconhecimento de que o conhecimento é corporificado e parcial se mantém para métodos quantitativos (WESTMARLAND, 2001; NIGHTINGALE, 2003; SPIERINGS, 2012; HESSE-BIBER e GRIFFIN, 2015; CRASNOW, 2015).

metodológicas adotadas. Por exemplo, uma correlação pode me dizer se existe alguma relação entre dois fatores, mas, para entender como esta ocorre, a busca por processos causais pode ser mais indicada. Assim, para a autora, é preciso que o pesquisador tenha clareza sobre os tipos de causalidades que estão presentes em sua pesquisa (se existir mais de um).

Nesta pesquisa, o tipo de causalidade existente é a busca por mecanismos causais, ou seja, o desenho consistiu na análise de como os fatores mapeados na literatura se relacionavam com a participação. Para isso, o trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira, que começou com a observação participante, consistiu no levantamento de dados e na análise sobre o contexto social e político da Guaicurus, bem como no entendimento sobre o que era a prostituição.

A minha entrada no campo ocorreu através de uma conhecida que já conhecia a APROSMIG, cuja sede é na Guaicurus, por distribuir camisinhas na região e participar de alguns projetos de prevenção a DSTs. Conversei com ela sobre a minha pesquisa e, prontamente, esta conhecida se dispôs a marcar uma reunião com a associação e me apresentar. Esta reunião foi marcada e nela pude encontrar as lideranças da APROSMIG e explicar para elas a minha intenção de pesquisa. Neste encontro, eu fui bem sincera e disse: não sei nada sobre prostituição. A coordenadora do grupo riu e falou: mas é claro, você não é prostituta. Neste momento, percebi uma grande disposição das lideranças em me acolherem e compartilharem suas experiências comigo. Devo ressaltar, aqui, que a pessoa que me *linkou* com a associação é do movimento de mulheres negras, onde nos conhecemos. A minha entrada no campo, portanto, também foi o meu encontro enquanto mulher, negra e criada na periferia com as prostitutas de diferentes raças/etnias. Este fator, mesmo não sendo o foco do trabalho, repercute por toda a análise.

A partir da primeira reunião, separei alguns dias da semana para ficar na associação com as lideranças, cadastrando e distribuindo camisinhas para as prostitutas que chegavam. Assim, pude começar a entender os primeiros significados que eram construídos na região. Com o tempo, passei a acompanhar as lideranças em alguns hotéis e em reuniões externas, o que me fez ampliar a experiência de pesquisa para além da APROSMIG.

Ainda no primeiro semestre comecei a atuar junto à PUC Minas para aplicação do *survey*. O questionário foi desenvolvido por eles e tinha como objetivo reunir dados sobre I- o perfil das mulheres que trabalhavam nos hotéis de prostituição; II- sobre a ocupação; III – sobre a relação delas com a APROSMIG e outros grupos políticos e; IV – sobre a relação

entre prostituição e a sociedade⁹. Embora eu não pudesse elaborar as perguntas, as informações levantadas foram úteis para me auxiliar a entender o contexto da região, conjuntamente com a observação participante. Como já exposto, foram entrevistadas 304 prostitutas, de 22 hotéis da região. A aplicação dos questionários foi feita por mim e pela equipe de estagiários da PUC.

A amostra do *survey* foi selecionada por ponto de fluxo. Por isso, ela não é probabilística, e, conseqüentemente, os dados não podem ser usados para inferências sobre toda a população com uma margem de erro controlada (ANDERSON, SWEENEY e WILLIAMS, 2003). Contudo, não havia possibilidade de seleção de uma amostra probabilística. Para que esta seleção ocorra, dados sobre a população são necessários previamente, e estes praticamente não existiam pelo fato do acesso ao campo ser difícil. Ainda que a entrada nos hotéis para homens seja livre (como será visto adiante, mulheres que não vendem serviços sexuais não são autorizadas a entrarem), a realização de pesquisas nestes estabelecimentos demanda a autorização dos donos (caso contrário, os gerentes impedem o acesso). Por isso, a equipe da PUC Minas precisou mandar ofícios e promover reuniões com eles a fim de conseguir negociar a entrada dos entrevistadores, processo que foi mediado pela APROSMIG. Todavia, constantemente esta entrada era negada e as lideranças da associação precisavam discutir com as gerências dos hotéis para ela fosse liberada.

Ressalto que, embora a amostra não probabilística limite a capacidade de generalização dos dados para todas as prostitutas da Guaicurus, o tipo de técnica utilizada assemelha-se ao empregado em grandes centros de pesquisa do Brasil. O Datafolha Instituto de Pesquisas¹⁰, por exemplo, realiza estudos eleitorais com base no sorteio de municípios, bairros e pontos de fluxo nos quais serão aplicados os questionários e, em seguida, no preenchimento de cotas por sexo e idade. Devido ao uso desta última técnica (amostragem por cotas), a amostra final se torna não probabilística. O IBOPE Inteligência¹¹, semelhantemente, utiliza cotas (após utilizar a amostragem probabilística para seleção dos municípios). Porém, para além de sexo e idade, este instituto considera grau de instrução e setor de dependência econômica. Por isso, mesmo reconhecendo a limitação, os dados do *survey* ainda se mostram úteis. Além disso, eles fornecem informações inexistentes para que, futuramente, novas pesquisas possam ter subsídios que auxiliem em uma seleção probabilística de amostra. Por

⁹ Os questionários são propriedade da PUC, por isso, para acesso, por favor, contatá-los.

¹⁰ Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/duvidas/pesquisas_eleitorais.shtml>. Acesso em 13 mar. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/eleicoes/duvidas-frequentes/>>. Acesso em 13 mar. 2017.

fim, também ressalto que a pesquisa não se embasa somente nestes dados. Eles são utilizados, aqui, para maior compreensão do contexto da região e são triangulados com os dados da observação participante e, posteriormente, com as entrevistas em profundidade.

No fim do primeiro semestre, portanto, eu já possuía dados de dois métodos distintos sobre a Guaicurus e, como já exposto, os triangulei para ampliar o meu entendimento sobre a região e as relações que ali se estabeleciam. Esta triangulação, contudo, não seguiu os parâmetros clássicos e matemáticos que normalmente são atribuídos a tal forma de interpretação de *mixed methods* (que consiste na validação de resultados oriundos de métodos quanti por métodos quali). Hiesse-Biber (2012) desenvolve um conceito de triangulação alternativo, que ela chama de *loose boundary concept*. Tal conceito envolve a flexibilização da forma como os métodos podem ser integrados para que, ao invés de uma simples validação, o pesquisador possa fazer os dados se comunicarem de maneira facilitada. Um exemplo desta forma de triangulação, e que serviu de base para esta pesquisa, foi o trabalho de Nightingale (2003) sobre padrões de uso da terra por mulheres de uma floresta no Nepal. A autora utilizou observação participante, histórias orais, entrevistas em profundidade, interpretação fotográfica aeroespacial e inventário da vegetação (os dois últimos são métodos quantitativos utilizados na geografia). Cada método permitiu o levantamento de diferentes informações parciais sobre uma mesma realidade. Ao fim desta reunião de dados, a autora analisou conjuntamente as informações por meio desta triangulação diferenciada e pôde localizar silêncios e discrepâncias entre as suas interpretações. Nightingale conta que tal desenho baseou-se, principalmente, na obra de Haraway, pois a partir desta ela pôde entender que todo dado era parcial e que ela estava tirando diferentes fotografias que lhe permitiriam a construção de uma imagem “mais panorâmica” da realidade que buscava explicar.

Após esta “primeira rodada” de análise, conclui a etapa inicial da pesquisa. Entretanto, destaco que neste período passei pelo que Barrett (2009) chama de ponto crítico, que é o momento no qual o pesquisador avalia se o estudo tem fôlego para continuar. À medida que a pesquisa avançava, a coordenadora da APROSMIG passou a me solicitar ajuda para a escrita de projetos para a captação de recursos para a associação. Essa solicitação era comumente feita aos pesquisadores que desenvolviam seus trabalhos ali, dinâmica criada para que a APROSMIG tivesse um retorno deles. Portanto, sempre que possível eu a ajudava, atividade que também me permitia compreender algumas dinâmicas internas da associação. Contudo, após um dos projetos escritos por mim ter sido aprovado, as demandas começaram a aumentar significativamente. Percebi que tal aprovação, somada ao fato de minha formação ser em

Ciência Política e de eu ter vindo de Brasília (local onde residi antes de iniciar a pesquisa), gerava a expectativa de que eu tivesse acesso a contatos e recursos que pudessem ser mobilizados para a associação. A consequência disto foi que, próximo ao final da primeira etapa de pesquisa, a demanda de projetos era tão grande que estava me impossibilitando de dar continuidade ao estudo. Além de escrevê-los, também passei a ser chamada para ajudar na execução e prestação de contas. Precisei, então, repactuar minha presença naquele espaço. Em uma reunião com as lideranças da associação, reforcei o meu interesse na pesquisa e expus o fato de que ela estava se perdendo. As prostitutas compreenderam, acolheram o meu ponto e a dinâmica se estabilizou, de forma que eu pude avançar para a próxima parte do estudo.

A segunda (e última) etapa teve como objetivo a busca pelos mecanismos causais entre a participação e os fatores mapeados na literatura. Continuei com a observação participante, mas mudei o seu foco, pois passei a acompanhar mais intensamente as atividades que a APROSMIG fazia para mobilizar politicamente as prostitutas. Destaco que neste segundo semestre, em Belo Horizonte, ocorreram eleições municipais. Esta situação atípica (ocorre apenas de 4 em 4 anos) fez com que vários políticos disputassem o voto das mulheres da Guaicurus. Porém, como não existia nenhuma representante da classe como candidata e muitas profissionais do sexo votavam em outras cidades, o debate sobre prostituição e política foi menor do que eu esperava. O acompanhamento de tal processo se mostrou interessante, entretanto, por me auxiliar a compreender como fatores ligados à marginalização da profissão (contextuais) promoviam a desmobilização. Além disso, simultaneamente às eleições, a APROSMIG realizou o Museu do Sexo das Putas, uma residência artística que tinha como objetivo a produção de obras oriundas das histórias de vida das profissionais do sexo. Tal evento também me auxiliou a obter a compreensão citada acima.

Ao final da segunda etapa, realizei as entrevistas em profundidade com as lideranças. O foco das perguntas consistia na trajetória de militância das mesmas, estratégia de pesquisa indicada por Hustin e Denk (2009 apud BORBA, 2012). Os autores, questionando o fato dos estudos sobre participação possuírem pouco conhecimento sobre os mecanismos causais, sugerem a investigação sobre a biografia de lideranças políticas e, especialmente, sobre o momento inicial do engajamento delas. Considerando isto, a análise das entrevistas ocorreu por meio da identificação das primeiras experiências de participação das respondentes, dos fatores que contribuíram com elas e das evidências de ampliação do engajamento. Quase todas as entrevistas foram gravadas, exceto por uma (neste caso, anotei as respostas e demais observações no exato momento do encontro). Além disso, as entrevistas duraram em média

1,5 horas e foram feitas em locais variados: uma delas foi realizada na casa da entrevistada, outra em um restaurante e duas na sede da APROSMIG. Para análise dos dados de cada entrevista, fiz um organograma do histórico de participação das militantes, com o objetivo de comparar o processo de engajamento delas.

Os dados levantados novamente foram triangulados, seguindo a mesma concepção de triangulação utilizada anteriormente. Ressalto que neste momento interpretativo, novamente a relação entre a marginalização e a participação se tornou evidente (até mesmo pelo fato dos fatores relacionados com o desengajamento mapeados na literatura estarem vinculados à marginalidade). Por isso, para discutir a não participação, precisei retornar aos dados do *survey* sobre o contexto social e político da Guaicurus.

Por fim, o período de acompanhamento da APROSMIG foi extremamente importante para quebrar, em mim, a putafofia. Todo mundo tem uma imagem da mulher que se prostitui: de depravada à coitadinha. Porém, para uma pesquisa comprometida com os valores feministas, precisamos permitir que essa imagem seja desconstruída e reformulada pelas próprias profissionais do sexo: processo que envolve questionar, debater e, essencialmente, ouvir. Não há como aprendermos com elas se não as permitirmos nos ensinar sobre o que elas sabem de primeira mão. Considerando isto, e o questionamento feminista sobre a suposta existência de uma neutralidade na ciência, exponho, aqui, a minha posição referente à regulamentação da atividade. Apesar deste não ser o ponto central da pesquisa, ele afeta a interpretação dos dados.

Para algumas feministas, a prostituição é um trabalho. Contudo, a falta de legalização/regulamentação coloca as profissionais do sexo em situação de vulnerabilidade. Ou seja, a ausência do reconhecimento da cidadania destas mulheres as deixa à mercê de qualquer violência – tanto policial quanto dos clientes. Além disso, de acordo com tal concepção, a criminalização dos consumidores agrava a vulnerabilidade, pois esta repressão aumenta a vantagem das organizações criminosas de exploração do trabalho sexual (obriga as trabalhadoras do sexo a terem intermediários que buscam os clientes, o que facilita a queda delas nas mãos de organizações criminosas). Por fim, as defensoras da legalização/regulamentação diferenciam a prostituição da exploração. A primeira refere-se ao trabalho escolhido pela pessoa que o exerce. Já a segunda refere-se à dominação e à escravidão do indivíduo. Saliento que, neste campo de ideias, está concentrado o movimento de prostitutas (ROBERTS, 1998; GUGIK, 2001; BARRETO, 2015).

Já as feministas que são contrárias à legalização/regulamentação entendem que a prostituição moderna possui sua posição na sociedade criada pelo capitalismo e serve para tornar os corpos das mulheres acessíveis aos homens. O casamento burguês também se prestaria a isso, mas, no caso da prostituição, esse acesso se daria pela transformação da mulher em mercadoria. Assim, as autoras buscam modificar o foco do debate. Ao invés de se concentrarem na existência ou não de agência das mulheres na prostituição, estas feministas questionam o porquê da atividade ser predominantemente feminina. Até os homens que fazem parte dela estão ali para servir aos outros homens, visto que o consumo dos serviços sexuais pelas mulheres é muito baixo. A partir dessa mudança de foco, as autoras defendem que a legalização/regulamentação reforçaria o ideário patriarcal de que o homem tem direito sobre a mulher, permitindo que por um valor ele possa realizar as fantasias de dominação que possui (PATEMAN, 1995; DINIZ, 2009; ÁLVAREZ, 2012).

Estes pontos são apenas resumos sintéticos sobre o debate, que se estende para além destas visões. Porém, são suficientes para situar a posição sobre a prostituição que aqui transcrevo, que é pela legalização/regulamentação da mesma. Com as prostitutas da Guaicurus, aprendi que toda profissão moderna possui sua posição definida pelo patriarcado, racismo e capitalismo (não apenas a prostituição). Além disso, aprendi que a base de qualquer relação de trabalho assalariado é a cafetinagem, ou seja, a obtenção do lucro a partir da exploração do corpo/serviço do outro. Obviamente, nem sempre essa exploração é sexual. Porém, controlar uma pessoa a ponto de fazê-la trabalhar de 10 a 12 horas por dia cortando cana não é uma forma de acesso e exploração do corpo/serviço? Recrutar milhares, principalmente jovens negros e pobres, para matarem ou morrerem em guerras não é, também, uma forma de explorar o outro? Fazer a mulher negra “limpar calcinha suja de madame branca” e dedicar tanto tempo à família do patrão que às vezes não lhe resta tempo para a sua também não entra neste quesito? Contudo, isso não retira a importância dos trabalhadores que ocupam estas atividades terem direitos trabalhistas e serem respeitados. Por que, então, as prostitutas também não podem ter seus direitos reconhecidos?

Além disso, como será retomado adiante, o número de prostitutas que preferem o trabalho sexual aos demais não é pequeno. Elas alegam, inclusive, que consideram este melhor do que os outros, pois lhes permite maior ganho financeiro, dignidade e flexibilidade de horário. Estas mulheres, logo, utilizam a prostituição como uma forma de se oporem aos trabalhos atribuídos a elas pelo sistema capitalista, racista e patriarcal (submissas a um patrão e com baixíssima renda) (ROBERTS, 1998; BARRETO, 2015). Dessa forma, a prostituição

moderna, apesar de ter sua posição na sociedade definida pelo capitalismo, também é um espaço no qual diversas mulheres constroem suas resistências (ROBERTS, 1998).

Ainda, para as feministas que temem que a legalização/regulamentação aumente o grau de violência, por permitir que o homem fantasie com a dominação, pergunto: o conhecimento gerado dentro dos movimentos de prostitutas não importa? Estes já têm demonstrado que a legalização/regulamentação, na verdade, ajudaria a diminuir o número de trabalhadoras do sexo torturadas e assassinadas (LEITE, 2009; BARRETO, 2015). Além disso, pesquisas científicas, como a de Roberts (1998), que traça o impacto da criminalização da prostituição durante vários momentos da história e do mundo, têm contribuído com esta afirmação.

Ressalto que, durante esta pesquisa, acompanhei a APROSMIG em uma roda de conversa sobre o tema, para a qual a associação convidou diversos grupos feministas da cidade (contrários e favoráveis à legalização/regulamentação). O objetivo da roda era promover um debate entre as trabalhadoras do sexo e a cidade. Apesar da quantidade de pessoas que compareceram ter sido significativa, pouquíssimos grupos feministas estavam presentes. Encontravam-se, quase exclusivamente, militantes LGBTs, que já acompanham as prostitutas há algum tempo. A ausência dos grupos feministas foi um exemplo de um fenômeno que vi se manifestar outras vezes, ao longo do ano de pesquisa: todos querem discutir a prostituição, mas nem todos acham essencial ter prostitutas como o centro desse debate. Consegui perceber, aqui, uma semelhança muito grande da minha experiência, enquanto mulher negra, com a das prostitutas (de diferentes raças/etnias). Quando as mulheres brancas começaram a se organizar em círculos feministas, no Brasil, elas discutiam a vida da mulher negra. Nós éramos vistas como coitadinhas, vítimas de um mal maior, mulheres que precisavam ser salvas (GONZALEZ, 2011 [1988]; PINTO, 2003; CARNEIRO, 2003; MENEGHEL, FARINA e RAMÃO, 2005). O mesmo ocorre com o feminismo atual em relação à prostituição, que incorpora o discurso da igreja sobre as trabalhadoras do sexo (LEITE, 2009; BARRETO, 2015).

De fato, mulheres negras estão entre as mais exploradas da sociedade atual, devido à intersecção das opressões de classe, raça e gênero (NASCIMENTO, 2006 [1976]; GONZALEZ, 1984). Contudo, por trás do discurso “humanitário” das mulheres brancas estava o fato de que elas nos viam como pessoas inferiores. A imagem construída da mulher negra era de alguém incapaz de pensar, de produzir saber, de propor soluções para o fim das

opressões e de ter voz. Nessa lógica, as mulheres brancas precisariam falar por nós, nos defenderem e nos tutelarem. O nosso suposto status de “coitadinhas” era baseado, portanto, no racismo e no paternalismo (GONZALEZ, 2011 [1988]; CARNEIRO, 2003). Com as profissionais do sexo não é diferente. Aquelas que as veem apenas como pessoas a serem “salvas da pior exploração do patriarcado” não são capazes de as reconhecerem como indivíduos com voz, que discutem a sua própria situação e possuem ideias próprias. Por isso, ter as trabalhadoras do sexo como interlocutoras centrais do diálogo sobre profissão não é visto, pelas feministas contrárias à legalização/regulamentação, como algo importante. Afinal, segundo a lógica delas, as prostitutas seriam incapazes de pensarem e, no máximo, precisariam aprender sobre como são exploradas (LEITE, 2009).

O silenciamento das profissionais do sexo também ocorre através da redução do debate aos indivíduos e suas identidades. Infelizmente, é comum, durante a discussão sobre a prostituição, que feministas se agarrem à fala de algumas trabalhadoras do sexo que querem sair da atividade e utilizem destas para comprovarem suas teses contrárias à legalização/regulamentação. Obviamente, as prostitutas discordam sobre inúmeros pontos e o fato de compartilharem os ossos do ofício não as fará pensar igual. Porém, o fato de uma mulher ser contra o aborto invalida todo o debate do movimento feminista? Ou o fato de um negro alegar que não existe racismo no Brasil deve desconstruir o movimento negro? (COLLINS, 1998; COLLINS, 2002). Reconhecer a voz das prostitutas não significa aprender a escutar indivíduos que se prostituem e, sim, os movimentos organizados, que já possuem mais de 30 anos no Brasil (LEITE, 2009).

Saliento que o desejo de ser escutada não é uma ode à exclusividade de fala. Quando o movimento de mulheres negras começou a exigir o protagonismo no feminismo negro, foi acusado, assim como as prostitutas por vezes são, de querer ser a única autoridade sobre gênero e raça. Patrícia Hills Collins (1998) desconstrói esta ideia rapidamente ao solicitar que todos os grupos sociais auxiliem o desenvolvimento do feminismo negro (e atuem a partir desta perspectiva). Porém, ela ressalta que enquanto mulheres negras podem construir tal teoria independente de outros grupos sociais, estes não podem discutir o feminismo negro sem se esforçarem para dialogarem, ouvirem e terem as mulheres negras como vozes centrais do debate. Com as prostitutas, não vejo algo muito diferente. A roda de conversa que acompanhei, por exemplo, não era nada mais do que um convite para discutir com as trabalhadoras do sexo a venda de serviços sexuais, e não uma exigência da exclusividade do discurso.

Por fim, as similaridades de experiências não são em vão: a grande maioria das profissionais do sexo são mulheres negras. Além disso, o movimento de prostitutas que tem se levantado não está em torno das trabalhadoras do sexo de luxo. Ele nasce do baixo meretrício e da luta de mulheres negras, trans, travestis, brancas e cis contra a violência policial (BARRETO, MESQUITA, *et al.*, 2006 ; SCHLINDWEIN, 2009; LEITE, 2009; BARRETO, 2015). Assim, o feminismo que cala as profissionais do sexo está silenciando um dos grupos de mulheres mais vulneráveis da sociedade, que além de lutarem contra a putafobia, lutam contra as intessecções de raça, classe e gênero que as acometem.

Retomando o tema principal desta pesquisa, esta segue com três capítulos. O primeiro se refere ao debate teórico em torno da participação política. Inicialmente, defino os conceitos de participação e marginalidade e, em seguida, as abordagens que explicam o porquê as pessoas participam. As categorias analíticas (apresentadas de maneira resumida aqui) são, portanto, expostas. Já o segundo capítulo é fruto da primeira etapa da pesquisa. Ele consiste em uma introdução sobre a Guaicurus e o processo de organização das prostitutas, contextualizando a região e descrevendo particularidades dela. O terceiro capítulo, fruto da segunda etapa, faz uma análise extensiva dos fatores explicativos tanto da não participação quanto da participação. Além disso, ele retoma o diálogo com a teoria. Ou seja, para além de uma mera exposição de dados, este capítulo consiste no esforço de análise destes em comparação com a teoria apresentada anteriormente, seu aprofundamento e reflete a busca por autores menos usuais no debate sobre a participação e novas perspectivas. Ressalto que, como a análise mostrou que a não participação se vincula a aspectos do contexto de marginalização, alguns dados do *survey* são retomados. Por fim, na conclusão, faço uma reflexão sobre o que pude aprender com a participação das prostitutas.



DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS

O QUE É PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

A participação política é um dos objetos mais discutidos na história do pensamento político e na ciência política moderna. Porém, este denso debate não produziu um conceito único para tal fenômeno (RIBEIRO e BORBA, 2011). Pelo contrário, ele tem produzido uma pluralidade de estratégias sobre como abordá-lo normativamente e analiticamente. Nesta pesquisa, especificamente, a estratégia adotada é a definição de participação como uma ação orientada para a construção/manutenção de uma coletividade. Tal estratégia foi escolhida diante de dois desafios. O primeiro refere-se à fuga de uma falsa neutralidade, ou seja, a adoção de um conceito que entenda as dimensões teóricas e práticas na qual está inserido. O segundo refere-se à fuga da ampliação demasiada da definição de participação, para que não se busque definir tudo e acabe por não se definir nada (TILLY, 1978; VAN DETH, 2001; AVELAR, 2007).

Estes desafios se relacionam com as diferentes concepções de democracia existentes. De um lado, encontram-se estudos que focam na análise da participação dentro dos limites da democracia liberal-elitista (MILBRAITH, 1965; KING, KEOHANE e VERBA, 1994; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; BORBA, 2012). De outro, há aqueles que definem a participação como uma forma de romper esses mesmos limites (SANTOS e AVRIZTER, 2002; MIGUEL, 2005; AVELAR, 2007; FARIA, 2010). Aqui, não convém fazer uma extensa revisão sobre o debate entre estes lados. Porém, cada um deles aponta um desafio que foi considerado para construção do conceito de participação apresentado. Por isso, é preciso entendê-los.

À medida que a ciência política se institucionalizava nos Estados Unidos, crescia o número de *surveys* aplicados sobre democracia e comportamento político, o que incluía a participação. A estratégia usada para abordar esta foi defini-la a partir de uma série de atividades mensuráveis, como o voto, a militância em partidos, a doação para candidatos e o trabalho gratuito em campanhas. Estes estudos compartilhavam de um consenso epistemológico no qual a objetividade era interpretada como um olhar científico livre de posições pessoais e ideológicas (neutro). Assim, a estratégia adotada buscava esvaziar uma definição normativa de participação e tratá-la apenas como os indicadores analíticos da mesma (COTTA, 1983; KAASE, 2011).

Esse suposto esvaziamento, contudo, não conseguiu produzir um vácuo normativo e neutro. Pelo contrário, ele era preenchido pelos princípios liberais à medida que a seleção de indicadores definia o que era normal no processo político e qual lógica este seguia. Até o final dos anos 60, por exemplo, os indicadores excluía protestos e manifestações públicas, que eram considerados eventos anormais e distúrbios (BLUMER, 1951; MILBRAITH, 1965; KORNHAUSER, 1969, SMELSER, 1989). Apenas as ações vinculadas ao processo eleitoral eram aceitas, não só como uma forma de medir a participação, mas também para agregar o que ela deveria ser. Assim, surge o primeiro desafio apresentado: não reproduzir uma suposta neutralidade que, na verdade, se fundamenta em valores liberais.

A alteração do conceito de participação ocorreu apenas quando os estudos citados tiveram que lidar com os levantes dos movimentos sociais, especialmente na década de 60, tanto nos Estados Unidos quanto no restante do mundo (TEIXEIRA, 1997; KAASE, 2011). Esta alteração, contudo, não foi profunda. Estes estudos passaram a integrar os repertórios de ação coletiva dos diversos movimentos dentro da lista de indicadores da participação e a reconhecerem a importância deles para a democracia (como forma de transmitir informação, demanda e desejos às autoridades). Porém, eles não conseguiram incorporar a crítica dos movimentos à democracia liberal-elitista. Neste período, consolidavam-se as concepções democráticas contra-hegemônicas, que reivindicavam uma nova gramática social (SANTOS e AVRIZTER, 2002; FARIA, 2010). Nestas concepções, a participação era, para além de um evento político medido por um indicador, “um elemento propulsor do difícil e incerto caminho da humanidade em direção a sua própria emancipação” (HARBERMAS, 1983, p. 376 apud TEIXEIRA, 1997, p. 187). Assim, a participação era uma forma de exercer o próprio governo (PATEMAN, 1992 [1970]; MACPHERSON, 1978 [1977]; TEIXEIRA, 1997; SANTOS e AVRIZTER, 2002; MIGUEL, 2005; FARIA, 2010).

Essa definição implica no reconhecimento e substituição dos valores liberais e elitistas por uma carga normativa que “democratizasse a democracia”. Não existe, contudo, um consenso sobre como esse processo se daria, o que ramifica as estratégias para se abordar o tema (dentro da mesma concepção de democracia). No Brasil, por exemplo, passa-se a falar em participação popular, participação social e participação cidadã. Apesar das diferenças, há um escopo comum nestes conceitos, que reside na emancipação dos grupos sociais historicamente marginalizados, o entendimento da democracia como processo de aprendizagem e o resgate de instrumentos de participação direta. Este escopo comum introduz a ideia de conflito, bem como a de empoderamento, ou seja, ao invés de se ter apenas uma

elite capaz de governar, o processo de emancipação produziria saberes e habilidades que tornariam todos os indivíduos aptos para isto (TEIXEIRA, 1997; AVELAR, 2007; LAVALLE, 2011).

Apesar de fugirem da falsa objetividade que o esvaziamento normativo do conceito causava, as novas estratégias enfrentam o desafio de delimitarem e operacionalizarem a mensuração da participação. Pizzorno (1975), por exemplo, define-a como “a ação que feita em solidariedade com os outros, no âmbito de um Estado ou de uma classe, com objetivo de conservar ou modificar a estrutura (e, portanto, os valores) do sistema de interesses dominantes” (PIZZORNO, 1975, p. 39, tradução própria). No seu modelo, inclusive a integração em subculturas é considerada uma forma de participação. Já Scott (2011 [1985]), ao estudar a reação camponesa à exploração, chama atenção para as formas cotidianas de resistência. Estas seriam ações individuais que simultaneamente evitariam o confronto simbólico com a classe dominante e representariam uma negação à lógica da exploração, como o “fazer corpo mole no trabalho”. Estes exemplos demonstram como o conceito de participação tornou-se amplo e de mensuração variada, chegando, por vezes, a perder a capacidade analítica. Dessa forma, surge o segundo desafio apresentado: evitar que a ampliação demasiada do conceito o faça perder seu poder de definição.

O conceito de participação apresentado não pretende esgotar estes desafios, muito menos propor um significado único. Porém, ele busca clarificar o que se quer dizer quando nos referimos a tal fenômeno a partir de três chaves analíticas. A primeira é o entendimento de que a participação constitui uma ação, o que pressupõe agência. Participar implica em agir, movimentar-se, acionar a si mesmo. A segunda chave analítica é a exclusão de ações não intencionais. Portanto, resistências cotidianas, como as apresentadas por Scott, que não têm como objetivo a intervenção no coletivo, fogem do escopo desta pesquisa. A última chave analítica refere-se ao alvo da ação. Ao definir que esta objetiva a coletividade, se amplia o conceito de participação para além da institucionalidade estatal, considerando que inúmeros repertórios dos movimentos sociais vão para além dela. Dessa forma, ações que se endereçam à sociedade civil e que constituem disputas simbólicas e culturais também são consideradas. Assim, a pergunta sobre os fatores que impactam na participação dos indivíduos marginalizados, neste trabalho, significa buscar entender quais levam ou não estes indivíduos a realizarem ações que tem como objetivo mudanças estruturais.

O QUE É MARGINALIDADE?

O termo “marginalidade” é frequentemente utilizado nas ciências sociais para fazer referência a indivíduos/grupos sociais historicamente explorados/excluídos das esferas política, econômica e social. Isso não significa, contudo, que ele possui o mesmo significado toda vez que é empregado. Quijano (1978), por exemplo, lista sete definições diferentes de marginalidade na literatura. Especificamente para este trabalho, a marginalidade é entendida como a posição de determinado grupo social (e, portanto, dos indivíduos integrantes dele) em relação à intersecção dos diferentes eixos de exploração/dominação de uma determinada sociedade. Semelhante ao conceito de participação, não se pretende criar aqui uma definição única, mas sim destacar quais são as influências e debates que culminam no entendimento de marginalidade nesta pesquisa.

Na América Latina, o termo era constantemente debatido na década de 70 pelos teóricos da dependência. Em geral, a marginalização referia-se ao processo de integração social somado ao de exploração econômica. Os grupos marginais, portanto, eram aqueles que vivenciavam uma cidadania limitada (no sentido de reconhecimento dos seus direitos) e/ou localizavam-se em uma posição marginal na estrutura produtiva dependente. A marginalidade ecológica, por exemplo, referia-se aos aglomerados que cresciam à margem do corpo urbano tradicional, sem acesso aos serviços básicos da cidade (desenvolvimento das favelas). Já a marginalidade no sentido puramente econômico referia-se aos indivíduos que compunham o exército de reserva no sistema de produção capitalista periférico (PAOLI, 1974; BERLINCK, 1977; PEREIRA, 1978; QUIJANO, 1978; FORACHI, 1982)

As variações conceituais neste período ocorriam de acordo com a ortodoxia em relação à teoria marxista e elas impactavam diretamente na forma como medir quem são as populações marginais. Pereira (1978), por exemplo, utiliza como critério a renda-trabalho mínima, que consistia em uma relação entre os valores necessários para a subsistência da classe operária bem com sua reprodução. Contudo, Forachi (1982), adotando uma perspectiva mais histórico-social, argumenta que a utilização deste critério implica na exclusão dos fatores simbólicos e culturais da marginalização. Assim, para a autora, apenas entrevistas em profundidade que captassem a experiência do indivíduo/família com relação a um sistema de carências é que poderiam definir quem são as populações marginais. Estas variações conceituais e analíticas, contudo, ocorriam dentro dos parâmetros da classe e não conseguiam

incluir formas de exploração que se dão para além dela. Nascimento (2006 [1974]; 2006 [1976]) é uma das autoras que busca romper com esse limite. Ela argumenta que a discriminação racial não tinha origem socioeconômica, ou seja, existia uma estrutura de dominação racial que não se confundia com a de classe. Além disso, as mulheres também estariam subjugadas a formas de dominação que os homens da mesma classe ou raça não estavam. Isso porque, para a autora, a formação brasileira é permeada por uma estrutura de castas a partir da raça e do gênero. Para exemplificar seu argumento, ela diferencia o papel das mulheres brancas e negras no Brasil. O caráter paternalista do patriarcado atribuía à mulher branca o papel de esposa e de mãe. “Deste modo seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que este ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho de uma grande camada da população” (NASCIMENTO, 2006 [1976], p. 103). Já a mulher negra foi considerada como produtora, força de trabalho, semelhante ao homem negro. Ela também fazia as atividades domésticas da Casa Grande, era mãe potencial de futuros escravos (com isso, fornecedora de mão-de-obra) e escrava sexual (NASCIMENTO, 2006 [1976]; NASCIMENTO, 2006 [1990]). Assim, Nascimento defende que, para além da classe, era preciso entender a dominação racial e de gênero.

Gonzalez (1984, 2011 [1988]) faz coro às análises de Nascimento, argumentando que a mulher negra sofria uma tripla exploração no sistema capitalista dependente (classe, raça e gênero). Essa tripla exploração se relacionava com as ideias de mulata, doméstica e mãe preta. A mulata é uma referência à exploração sexual que subjuga as mulheres negras, vistas, mesmo após o fim da escravidão, como escravas sexuais. A doméstica é uma referência aos cuidados da casa exercidos dentro da Casa Grande e representa a exploração da mão-de-obra da mulher negra, imputando a ela sempre os serviços menos pagos. Já a noção de mãe preta é uma referência às mães de leite do período escravocrata e representava uma tentativa de colocar as mulheres negras na posição de amor e dedicação total aos brancos. Esses três “papéis” seriam frutos do encontro entre o sistema de dominação racial, de gênero e de classe, sendo que, de acordo com Gonzalez, este último sozinho não conseguiria os explicar plenamente.

Considerando, portanto, que não só a sociedade brasileira, mas também as demais sociedades latino-americanas são constituídas tanto pela dominação capitalista dependente quanto pela articulação do patriarcado e da dominação étnico-racial advinda da colonização (principalmente indígena e negra), a marginalidade já não pode ser vista apenas como uma

posição dentro do sistema de classe (NASCIMENTO, 2006 [1976]; GONZALEZ, 1984; CUIEL, 2007; ESCOBAR, 2010; CARNEIRO, 2011; QUIJANO, 2014). Mais recentemente, outros estudos têm apontado também para as relações de exclusão/dominação dos idosos, juventude, pessoas com deficiência, população LGBT, entre outros, mostrando que para entender a marginalização precisamos pensar em todos os sistemas de opressões (POGREBINSCHI, 2012; SOUZA e LIMA, 2012). Assim, a posição de marginalidade ou não de um indivíduo deve deixar de ser definida apenas pela renda ou pela experiência do mesmo com um sistema de carências materiais, e considerar a interseccionalidade das opressões/explorações historicamente e estruturalmente constituídas.

A interseccionalidade foi um termo cunhado por Crenshaw (1991), feminista negra norte-americana. A autora argumenta, semelhante a Nascimento e Gonzalez, que as experiências da mulher negra não podem ser definidas apenas pela categoria *mulher*, mas também não se limitam a *raça*. Ela cita, por exemplo, o estudo de LaFree (1989 apud CRENSHAW, 1991) que mostra que homens negros acusados de estuprarem mulheres brancas recebiam punições extremamente severas, enquanto homens negros acusados de estuprarem mulheres negras eram tratados mais suavemente. Essa diferença consistia justamente na relação entre raça e gênero, que faz as mulheres negras serem subjugadas, para além de mulheres, como negras, e, para além de negros, como mulheres. A relação entre raça e gênero não era, contudo, um somatório de opressões. Crenshaw ressalta que estas categorias se interseccionavam criando uma experiência única e nova (daí a origem do termo interseccionalidade). Além disso, a autora afirma que a classe, idade, nacionalidade e outras desigualdades estruturais também se interseccionam com raça e gênero (CRENSHAW, 1991, p. 1246-1247). Assim, a sociedade deixa de ser vista como apenas um núcleo de dominação-exploração, passando a ser percebida como uma intersecção entre vários núcleos.

O conceito de marginalidade cunhado nesta pesquisa, ao adotar a ideia de interseccionalidade (por considerar a intersecção dos diferentes núcleos), também busca romper o limite da definição predominante na década de 70. Ressalto que, apesar do termo *interseccionalidade* ter sido produzido nos Estados Unidos, a sua ideia já estava presente nos trabalhos de mulheres como Nascimento e Gonzalez, fazendo-o ser adotado contemporaneamente pelo feminismo negro brasileiro como forma de criticar as leituras da sociedade por apenas um eixo de opressão. Por fim, considerando que este trabalho consiste em uma análise sobre parte da sociedade brasileira, e que esta possui no cerne da sua formação a colonização, o escravismo, o patriarcado e o capital, nos concentraremos

principalmente na marginalidade em relação à cis-heteronormatividade¹² e demais formas de dominação de gênero e sexualidade, desigualdades étnico-raciais e de classe.

POR QUE AS PESSOAS PARTICIPAM?

Após a definição dos conceitos, é necessário mapear na literatura os fatores que afetam a participação dos indivíduos em situação de marginalidade. Para isso, é preciso compreender quatro grandes abordagens sobre o que leva as pessoas a participarem: a da centralidade, a da escolha racional, a da identidade e a institucional (AVELAR, 2007; VAZ, 2013). A primeira considera que a posição social (que implica recursos materiais – dinheiro - e simbólicos – educação e reconhecimento) é essencial para a decisão individual de integrar processos participativos (MILBRAITH, 1965; VERBA, 1993; CHO, GIMPEL e WU, 2006). A segunda considera que a decisão individual de participar é oriunda do cálculo racional dos custos e benefícios (OLSON, 1999; MCCARTHY e ZALD, 1977). Já a abordagem da identidade atribui importância ao compartilhamento de identidade com um grupo e às redes de solidariedade/interação (MELUCCI, 1996; EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). A última abordagem aponta para o papel das instituições como fomentadoras da ação coletiva, a partir do momento em que estas criam estruturas de oportunidades para determinados grupos sociais (FUNG e WRIGHT, 2001; AVRITZER, 2008).

ABORDAGEM DA CENTRALIDADE

A abordagem da centralidade tem como referência o trabalho seminal de Milbraith (1965). O autor entende a participação como um *continuum* entre variáveis hierarquizadas e, com base nesse entendimento, classifica as pessoas de acordo com o grau de participação nelas. Neste modelo há os apáticos (aqueles que não participam) e três tipos de ativistas – os espectadores, os ativistas em transição e os gladiadores. O que os diferencia é que os primeiros se expõem a menos estímulos políticos do que os últimos. Reforçando, essas atividades ocorrem em ordem hierárquica crescente, ou seja, o indivíduo começa a se expor a estímulos políticos básicos, como o voto, e cresce até ocupar um cargo. Os espectadores, por exemplo, votam, iniciam discussões políticas e podem até usar botons ou colocar adesivos no

¹² A definição deste termo está nas notas sobre a perspectiva epistêmica deste estudo.

carro. Mas aqueles que, para além disso, contactam autoridades ou lideranças políticas, fazem contribuições financeiras aos partidos ou candidatos e vão a reuniões políticas ou comícios são chamados de ativistas em transição. Já os gladiadores contribuem para campanhas políticas e participam ativamente de partidos (vão para reuniões de estratégia política, arrecadam dinheiro, se candidatam a cargos públicos etc.) (MILBRAITH, 1965, p. 18).

Além disso, o autor realiza um *survey* nos Estados Unidos e analisa os dados sobre o perfil de quem participa, percebendo uma correlação entre a posição social dos indivíduos e o grau de participação. Esta posição é entendida por Milbraith como a colocação do indivíduo nos espaços de poder da sociedade, considerando as variáveis sexo, idade, religião, raça/etnia, moradia na área urbana/rural, participação em atividades comunitárias e status socioeconômico - SES (renda, ocupação e escolaridade). Ou seja, na compreensão do autor a posição social significa uma divisão entre centro-periferia, sendo que pessoas mais próximas do centro (mais próximas das estruturas de poder) teriam mais probabilidade de participarem em relação às pessoas próximas da periferia (MILBRAITH, 1965, p. 113).

O trabalho de Milbraith ganhou destaque pela sua estratégia metodológica e, alguns anos depois, Verba, Schlozman e Brady (1995) utilizaram semelhante estratégia para criarem o modelo do voluntarismo cívico. Tais autores definem a participação como as atividades que “têm intenção de influenciarem a ação do governo diretamente – afetando a construção e implantação de políticas públicas – ou indiretamente – afetando a seleção das pessoas que tomam decisões” (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995, p. 38, tradução própria). De acordo com o conceito proposto, os autores classificam as atividades políticas em: votar, trabalhar e/ou contribuir financeiramente para uma campanha, fazer contato com uma autoridade, protestar, trabalhar informalmente na comunidade, ser membro de uma junta local, filiar-se em organizações políticas e contribuir com uma causa política (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995, p. 48). Eles analisam, então, quem participa politicamente, olhando para as variáveis renda, tempo, raça, etnia e gênero. Após análise, os autores elaboram um modelo no qual os fatores que explicariam a participação seriam os recursos (tempo, dinheiro e habilidades cívicas), o engajamento (sentimento de eficácia, consciência de grupo e comprometimento com uma política específica) e o recrutamento (integração dos indivíduos em organizações não políticas ou contato com redes pessoais que facilitam a participação).

O trabalho de Verba, Schlozman e Brady amplia o leque de atividades políticas e variáveis explicativas (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995, p. 270-273). Além disso, o modelo dos autores é multidimensional. Ou seja, diferente do primeiro modelo apresentado, no qual as atividades políticas são hierarquizadas e, portanto, o que explica uma precisa explicar a outra, no modelo do voluntarismo cívico nem todos os fatores explicativos se relacionam com todas as formas de participação. Porém, Verba, Schlozman e Brady ainda atribuem grande importância à necessidade de recursos (materiais ou imateriais), de forma que é possível fazer um paralelo entre o modelo deles e o de Milbraith: aqueles indivíduos com mais recursos costumam ter posição social mais elevada.

A estratégia metodológica citada foi repetida diversas vezes e cerca de 20 estudos, em média, colaboraram para fortalecer a hipótese da correlação entre posição social e participação (mesmo que ela não existisse em todas as tipologias da variável explicativa) (FERREIRA, 1999, p. 125). Porém, os estudos mais recentes nem sempre utilizam o conceito de posição social. Como abordado acima, a centralidade é composta por vários fatores, mas os estudos posteriores ao de Milbraith, como o de Verba, Schlozman e Brady, os analisam separadamente. Contudo, os recursos (como no modelo do voluntarismo cívico) ou o status socioeconômico (renda, escolaridade e ocupação), conceito que ganha espaço atualmente, são paralelos à ideia de posição social, o que permite a comparação entre os trabalhos (CHO, GIMPEL e WU, 2006).

Apesar da amplitude de estudos que seguem a abordagem da centralidade, esta tem sido criticada pelo conceito de participação utilizado. Este era restrito à esfera das instituições estatais, principalmente a eleitoral. Porém, os indivíduos marginalizados socialmente costumam estar excluídos desta esfera (SELIGSON e BOOTH, 1976; PIZZORNO, 1975; MELUCCI, 1996; PIVEN e CLOWARD, 1979). Ela fornece a ilusão de direitos iguais (como direito ao voto), mas a diferença de distribuição de poder na sociedade impede que todos tenham igual acesso a eles (PIVEN e CLOWARD, 1979; PATEMAN, 1992 [1970]; MIGUEL, 2005). Assim, ações fora desta esfera, como os protestos, seriam mais acessíveis às pessoas de baixa posição social. O próprio Milbraith reconhece isto. Na sua obra, ele afirma que indivíduos com mais acesso aos *decision-makers* veriam o protesto como uma forma pouco eficaz de fazer política. Esta ação só faria sentido para grupos marginalizados (que não teriam fácil acesso aos *decision-makers*) (MILBRAITH, 1965, p. 27-29). Porém, ainda sim o autor exclui esta ação como uma atividade política por considerá-la pontual e extraordinária, ou seja, à parte do sistema político. Já Verba, Schlozman e Brady chegam a incluir os

protestos em sua análise. Porém, o conceito de participação que eles adotam refere-se apenas a ações que tem intenção de influenciarem a ação do governo, o que restringe o modelo deles a esfera das instituições estatais.

Na tentativa de incorporar esta crítica, outros pesquisadores ampliaram o leque de variáveis que eles consideram como atividades políticas. Barnes e Kaase (1979 apud BORBA, 2012), por exemplo, separam as atividades como convencionais e não convencionais, passando a reconhecer boicotes, manifestações, ocupações de prédios ou fábricas, bloqueio do tráfego, greves e a recusa a pagar aluguéis ou taxas como indicadores de participação. Mais recentemente, Stolle, Micheletti e Hooghe (2005 apud BORBA, 2012) também têm considerado a ação de recusar ou priorizar a compra de um produto a partir da aprovação do comportamento da empresa como uma atividade política. Contudo, essa ampliação não resolveu o problema. Como abordado no tópico de definição conceitual, se antes a participação era considerada muito restrita, agora ela tem sido acusada de se ampliar de tal maneira que, ao seguir rumo a tudo, perde capacidade explicativa (VAN DETH, 2001). Além disso, Hustin e Denk (2009 apud BORBA, 2012) afirmam que esta ampliação do conceito e indicadores consistiu apenas em colocar indivíduos em caixas/categorias, sem um devido tratamento analítico. Assim, inúmeras variáveis correlacionadas com a participação têm sido levantadas, mas pouco se sabe sobre os mecanismos causais, gerando uma “caixa preta” da qual o funcionamento é pouco conhecido.

A abordagem da centralidade, portanto, depara-se com uma balança na qual em um dos pratos está a exclusão das formas de participação daqueles que teriam menos acesso ao Estado e, no outro, uma ampliação conceitual que impediria o seu uso. O primeiro prato representa o risco de sobrerrepresentar a participação daqueles com maior posição social, bem como apontar como apáticos os indivíduos que estão à margem dos espaços de poder. Este risco multiplica-se na análise de países do sul global, pois, se o perfil/padrão da participação nos países do norte pode ser descrito como “pessoas de alta escolaridade, renda e status”, na América Latina, diferentemente, a participação das classes populares é bastante significativa. Nesta região, estudos como o de “Friedman (1989) sobre os movimentos de bairros; Hirschman (1984) sobre as experiências populares comunitárias; Pelman (1976) sobre as favelas do Rio de Janeiro; Karner (1987) sobre a pobreza na Venezuela; Janssen (1984) sobre movimentos por moradia em Bogotá...” (apud GOHN, 1997, p. 220), entre outros, colaboram para esta afirmação.

No próprio Brasil, o perfil/padrão de participação tem uma considerável marca popular. Avritzer (2000), por exemplo, identifica um “boom” na densidade da participação pós-redemocratização através do aumento do número de associações voluntárias populares no Sul e no Sudeste¹³. O gatilho para este aumento foi, de acordo com o autor, a modificação na vida cotidiana da população marginalizada. A remoção das favelas das áreas centrais e a migração para as cidades criou guetos nos quais a população se encontrava sem a garantia dos seus direitos básicos, como saúde, educação e moradia/infraestrutura. Este fato, alinhado com um discurso emergente sobre a cidadania, teria provocado a participação desta população em associações voluntárias de luta por direitos. Essa explicação é reforçada por um estudo posterior do autor, realizado na cidade de São Paulo. Neste trabalho, Avritzer (2004) mapeia o perfil de quem participava das associações populares que tinham pautas políticas e o autor encontra, significativamente, a presença de pessoas de baixa renda (quase metade recebia menos de dois salários mínimos), com inserção precária no mercado de trabalho (desempregados ou trabalhadores informais), com baixa escolaridade (mais da metade tinha apenas o primeiro grau completo) e de mulheres.

Pender para uma definição de participação que exclua ações “não convencionais” gera uma sobrerrepresentação de pessoas de alta posição social porque a forma de participação das classes populares seria diretamente afetada pela vida cotidiana. Ou seja, o formato da ação coletiva está diretamente relacionado com o âmbito da vida dos trabalhadores que é prejudicado. Para os desempregados não faz sentido, por exemplo, fazer greve, já que eles não possuem um emprego alvo da paralisação. Logo, como as classes populares não experimentam a política de bem-estar social na sua vida cotidiana ou as instituições democráticas, se comparadas com a classe burguesa, é mais difícil para elas entenderem estas políticas e instituições como alvo de suas ações (PIVEN E CLOWARD, 1979).

Considerando estas problemáticas, a abordagem da centralidade não possui grande poder explicativo sobre o porquê as pessoas marginalizadas participariam, porém ela aponta para fatores que levam à não participação. A falta de escolaridade, renda e status (principalmente no que se refere à ocupação) surgem, portanto como empecilhos para o engajamento destas pessoas.

¹³ Em trabalho posterior, o autor também identificará este *boom* em algumas cidades do Nordeste. Ver AVRITZER, 2007.

ABORDAGEM DA ESCOLHA RACIONAL

O trabalho de Olson (1999) é a base da abordagem da escolha racional. O autor, no livro *A lógica da ação coletiva*, busca explicar como os sindicatos se nacionalizaram nos Estados Unidos. Para isso, ele começa destacando os desafios a esta nacionalização através da análise do funcionamento das organizações. De acordo com Olson, estas seriam criadas para promoverem os interesses comuns de seus integrantes. Porém, estes não possuem apenas interesses compartilhados, mas também individuais e a decisão deles de participar ou não de uma ação coletiva promovida pela organização seria o resultado de uma análise racional dos custos e benefícios da ação, considerando tanto o interesse comum quanto o individual. Isso significa que o indivíduo só se engajaria se o custo de alcançar o interesse comum fosse menor que o benefício gerado por este e menor do que o custo de alcançá-lo sozinho (OLSON, 1999, p. 20-24). O autor trata a decisão política de participar, portanto, como uma decisão econômica. Destaco que ele não desconsidera que possam existir fatores ideológicos ou emocionais. Porém, segundo o autor, estes não seriam suficientes para explicar o engajamento. Ele exemplifica seu argumento através do próprio Estado. A construção deste seria marcada pelo sentimento de nacionalismo e de uma cultura comum. Contudo, estes fatores não seriam suficientes para mover as pessoas a ponto de elas contribuírem voluntariamente para a sua manutenção, fazendo necessária a obrigatoriedade dos impostos (OLSON, 1999, p. 25).

As organizações teriam como desafio, portanto, reduzir os custos da ação coletiva e maximizar o benefício oriundo dela. Contudo, Olson mapeia alguns empecilhos a esta tarefa. Aqui, irei destacar o tamanho da organização e o tipo de benefício. Inicialmente, quanto maior a organização, menor a percepção da importância da contribuição individual. Ou seja, em grupos pequenos, caso uma pessoa deixe de se engajar na ação, o peso de sua ausência será mais percebido do que em grupo grande, pois os custos para os demais aumentarão consideravelmente (OLSON, 1999, p. 56). Em relação aos benefícios, o autor destaca um tipo em particular: os comuns/coletivos. Estes são aqueles que, por definição, para um indivíduo ter acesso, todos os demais precisam ter. A segurança da fronteira de um país é um exemplo. Quando esta é realizada, todos os cidadãos são protegidos, independente deles contribuírem ou não com o Estado. Portanto, caso uma organização tenha como objetivo este tipo de benefício, ela não poderá garantir que apenas aqueles que contribuam para alcançá-lo sejam recompensados (OLSON, 1999, p. 57).

O tamanho da organização e o tipo de benefício se transformam em empecilhos ao engajamento de um indivíduo quando promovem a este a oportunidade de obtenção do ganho sem que seja necessário arcar com os custos. No caso das organizações grandes, se o indivíduo deixar de se engajar, dificilmente será notado e coagido por causa disso. E, se os benefícios forem coletivos, independente do engajamento, o indivíduo irá aproveitá-los. Considerando isto, uma organização de grande porte e que almeja bens coletivos, como o caso dos sindicatos nacionais, teria uma grande dificuldade de garantir o engajamento dos seus membros¹⁴ (OLSON, 1999, p. 62-64).

Como, então, sindicatos (que buscam o benefício coletivo da classe trabalhadora) nacionais (grupos grandes) poderiam existir? A resposta encontrada por Olson está na distribuição de incentivos seletivos. Eles teriam a função de garantir que “(...) aqueles que não se unam a organização que trabalha pelos interesses do grupo ou não contribuam de outras maneiras para a promoção destes possam ser tratados de forma diferente em relação àqueles que colaboram” (OLSON, 1999, p. 63). No caso dos sindicatos, esses incentivos poderiam ser tanto negativos, como piquetes para impedir que trabalhadores furem uma greve, quanto positivos, como a oferta do seguro desemprego aos filiados (OLSON, 1999, p. 85-86).

Olson explica a participação, portanto, como resultado de uma análise individual na qual o custo de participar é visto como menor em relação ao benefício. Essa perspectiva traz como *insight* significativo a ideia de que participar tem custos. Estes que vão desde a disponibilidade de tempo e o conhecimento necessário para compreender e argumentar com a área técnica e burocrática da política até as condições materiais, como o investimento para o deslocamento (MCCARTHY e ZALD, 1977; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; ABERS, 2000). Pessoas com menor renda e escolaridade, portanto, por terem menos recursos para arcarem com os custos da participação, seriam menos propensas ao engajamento. Elas teriam como prioridade investirem em necessidades básicas, como alimentação e moradia. Apenas a “sobra” seria investida em lazer ou política (MCCARTHY e ZALD, 1977). Além disso, como os incentivos seletivos encarecem os custos das organizações, grupos de caráter popular que os utilizam para manterem o engajamento de seus membros dependeriam de financiamento de pessoas de esferas econômicas mais centrais, o que novamente diminuiria a probabilidade de participação de pessoas em situação de marginalidade (MAYER, 1995).

¹⁴ O autor também comenta que quanto maior a organização, mais é necessário um grupo burocrático que a coordene e isto também aumenta os custos dos grupos grandes.

A abordagem da escolha racional ganhou amplo espaço na literatura norte-americana sobre os movimentos sociais devido ao seu esforço para “normalizar” os grupos da década de 60 (MAYER, 1995; GOHN, 1997). Antes deste modelo, os movimentos eram considerados anomalias ocasionadas por descontentamentos com a ordem social. Este descontentamento gerava o desejo por mudança, o que era visto como um distúrbio e um perigo (o que justificava a percepção dos movimentos como anomalias). Além disso, eles seriam movidos por pessoas menos “integradas” à sociedade, cuja chance de descontentamento com a ordem social seriam maiores. De acordo com este ponto de vista tradicional, pessoas em situação de marginalidade estariam mais propensas a participar, porém essa participação seria perigosa (BLUMER, 1951; HEBERLE, 1951, KORNHAUSER, 1969, SMELSER, 1989).

Os herdeiros dos princípios da escolha racional, no campo dos movimentos sociais agregados como integrantes da teoria da mobilização de recursos, mostram que os participantes dos movimentos dos anos 60 eram amplamente marcados por pessoas de classe média. Com isso, eles contestam a ideia de que os movimentos eram anomalias provocadas pelos “desajustados socialmente” e defendiam que eles eram, na verdade, parte da vida política (PIVEN e CLOWARD, 1991, Mayer, 1995, GOHN, 1997)

Contudo, a incorporação da lógica de mercado à ação política tem sido criticada. Avritzer (1996), por exemplo, pontua que quando ela define ação do *homo politicus* racional como a maximização dos interesses individuais, semelhante à do *homo economicus*, adota os princípios do liberalismo. Além disso, nesta abordagem a racionalidade seria sinônimo de liberdade negativa, pois esta seria a arena onde “os indivíduos tomam suas ações independentes dos demais” (AVRITZER, 1996, p. 90). Por isso, ela teria um caráter normativo, que reside no fato do agir egoísta ser valorizado e tido como o fim da ação humana, descartando qualquer possibilidade de ação orientada pelo consenso ou pela solidariedade (AVRITZER, 1996, p. 97).

Segundo o autor, ao adotar essa linha normativa, a teoria da escolha racional trata o indivíduo como um alguém sem biografia, trajetória e relações sociais. Ele é visto como um ser “impessoal”, vazio de qualquer influência externa. Esse vazio seria necessário para que o indivíduo definisse os seus objetivos, ou seja, esta teoria pressupõe a existência de um momento libertário, no qual os indivíduos estariam totalmente desvinculados de relações políticas ou comunitárias, que permitiria o conhecimento de quais os interesses se quer maximizar. Assim, ela ignora o processo de formação dos interesses e as influências externas

que o atingem. Avritzer, ainda, aponta que a forma como o indivíduo é interpretado confunde aquele produzido pela sociedade capitalista e aquele que produz esta sociedade. A ação egoísta puramente para maximização dos interesses individuais é oriunda da economia de mercado, que advém com a separação do trabalho das demais atividades cotidianas e com o fim de formas orgânicas de outrora. Porém, como antes do século XVIII, a lógica do mercado capitalista era inexistente. Assim, o modelo da escolha racional erraria por universalizar o comportamento do ser humano com base em uma forma de ação produzida por determinado tempo histórico (AVRITZER, 1996, p. 86-87).

Se a abordagem da escolha racional tem algum sucesso na explicação dos movimentos sociais norte-americanos da década de 60, os pressupostos apresentados acima tornam invisíveis uma gama de grupos que se espalhavam em outras partes do mundo, como os movimentos de mulheres e pela paz, que se orientavam por uma mudança na sociedade e não tinham (ou então tinham somente de forma secundária) o objetivo de distribuição de um benefício específico. Além disso, ao tentar “normalizar” os movimentos sociais, esta abordagem combate toda explicação estrutural que se assemelhava às teorias que vieram antes dela e, com isso, acaba por ignorar a existência de relações de classe e dominação. A sociedade passa a ser entendida como um arranjo estático e relativamente homogêneo entre elites e não elites e, portanto, se perde o poder explicativo sobre a participação das pessoas marginalizadas (tornando abordagem potente apenas para explicar a não participação) (PIVEN e CLOWARD, 1991, MAYER, 1995, MELUCCI, 1996; GOHN, 1997; AVRITZER, 2004).

Por fim, a crítica de Cohen (1985) merece destaque. De acordo com a autora, no modelo discutido o indivíduo é visto como um átomo solto antes do processo de organização em um grupo político. Porém, ele já participaria de grupos na sua comunidade, marcados pelas relações cotidianas, antes de se engajar em qualquer ação (COHEN, 1985, p. 677). Segundo a autora, a abordagem da escolha racional não conseguiria captar isto porque o seu conceito de grupo é resumido a um agregado de pessoas e, com isso, apresenta três problemas. Inicialmente, ele desconsidera as características que são relevantes para o reconhecimento mútuo entre os membros do grupo – *o problema da identidade*. Além disso, desconsidera a articulação entre as relações de produção e a construção dos interesses – *o problema da consciência*. Por fim, ele desconsidera que a busca por um interesse coletivo requer reconhecimento, interpretação, comprometimento e lealdade entre o grupo – *o*

problema da solidariedade (COHEN, 1985, p. 685). A análise destes problemas culmina no desenvolvimento da abordagem explicativa da participação com base na identidade.

ABORDAGEM DA IDENTIDADE

O precursor desta abordagem foi Marx, por meio da noção de consciência de classe. Para ele, a ação coletiva envolveria a identificação de pessoas com semelhantes interesses, valores e sentimentos, tanto quanto a identificação com o grupo (no caso, a classe), o que incluiria solidariedade mútua. Como esse processo, que é a própria criação da consciência da classe, seria essencial para ação coletiva, também seria importante para mover os movimentos sociais (HUNT E BENFORD, 2004). Os grupos da década de 60, contudo, não se organizavam necessariamente pela classe - eles eram feministas, ambientalistas, grupos pela paz, religiosos, pelos direitos civis etc. Esta observação fez nascer a teoria dos novos movimentos sociais, segundo a qual as “novas” mobilizações refletiriam uma sociedade pós-materialista e, por isso, fugiam das estruturas marxistas (GOHN, 1997; HUNT e BENFORD, 2004; ALONSO, 2009). Ao invés da consciência de classe, portanto, o que moveria os novos movimentos seria a identidade coletiva, ou seja, uma conexão cognitiva, moral e emocional do indivíduo com um quadro da comunidade, categoria, instituição ou ação, que se expressaria por meio de materiais culturais, símbolos, narrativas, entre outros (HUNT e BENFORD, 2004, p. 440)¹⁵.

Porém, alguns autores pontuam que esta abordagem acabava por retomar as explicações estruturalistas que o modelo da escolha racional afastava. Cohen (1995), por exemplo, alega que o paradigma da identidade estratifica a sociedade “nos termos da habilidade (poder e privilégio) dos atores em adaptarem-se às mudanças com sucesso (elites), no sucesso deles em garantirem proteção destas mudanças (operativos) ou na vitimização deles pelas mudanças (massas marginalizadas)” (COHEN, 1995, p. 697, tradução própria). Assim, as identidades seriam reações defensivas dos atores sociais prejudicados com as mudanças da época. E é justamente neste ponto que o paradigma da identidade falharia, pois, segundo a autora, ignoraria uma perspectiva relacional da construção da identidade e a trataria como produto da estrutura.

¹⁵ Não há consenso sobre a ideia de “novos” movimentos sociais, pois alguns autores alegam que estes já existiam desde início do século (COHEN, 1995).

O conceito de agência de Emirbayer e Mische (1998) auxilia esta abordagem a evitar este problema. De acordo com os autores, a agência é “[...] uma incorporação temporária no processo de engajamento social, informado pelo passado [...] mas também orientado em direção ao futuro [...] e em direção ao presente [...]” (EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998, p. 962, tradução própria). Neste conceito, a incorporação do indivíduo em uma ação social é entendida, portanto, em uma lógica temporal, sendo que analiticamente cada momento no tempo evidencia um elemento da agência humana: *iteration*, *projectivity* e *practical evaluation*. O primeiro refere-se à reação dos atores sociais aos padrões do passado e a incorporação de práticas habituais. O segundo já engloba a capacidade de imaginar trajetórias alternativas para o futuro. O último refere-se à capacidade dos atores sociais em fazerem análises práticas e normativas do contexto, do passado e futuro (EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998, p. 971). O engajamento em uma ação (agência), portanto, seria parte de um processo de reflexão que consideraria a trajetória biográfica do indivíduo e a interação dele com as estruturas sociais (pois esta reflexão só pode ser feita diante da interpretação delas).

Em outro trabalho, Emirbayer (2009 [1997]) explica como se dá essa interação. De acordo com o autor, os indivíduos são construídos pelas relações com o externo a eles. Essas relações também constroem a estrutura social. Assim, esta não seria produto do primeiro e nem vice-versa, porém ambos se formariam a partir da interação entre entidades concretas. O autor está criticando, aqui, modelos analíticos que interpretam as pessoas como bolas de sinuca, ou seja, formadas independentemente da interação com as outras e que permanecem as mesmas após uma interação (EMIRBAYER, 2009 [1997], p. 290). A interpretação do contexto, portanto, é para além de uma leitura do indivíduo sobre estrutura. Ela se refere ao caráter interativo de ambos. Assim, o conceito de agência apresentado é temporal e relacional. Ele não implica em algo permanente no tempo, e, com isso, abre espaço para a mudança que ocorre devido ao fato da agência ser construída pelas relações sociais. A aplicação deste conceito ao modelo da identidade significa que esta deixa de ser definida pela estrutura social, e passa a ser entendida como um produto das relações interpessoais e organizacionais.

Um dos autores que mais consegue avançar na ideia de identidade coletiva como algo interativo é Melucci. Ele irá conceitua-la como "uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) preocupados com a orientação de suas ações em um campo de oportunidades e restrições nas quais a ação toma lugar [...]" (MELUCCI, 1996, p. 70, tradução própria). Portanto, a identidade é construída, ou seja, maleável no tempo e espaço. Além disso, ela representa a

identificação do “nós” e do “outro”, e, dentro de um conflito social, permite se auto identificar e identificar o inimigo. Assim, para Melucci, a identidade coletiva é relacional (o grupo ao qual pertence e o contrário) e tem um grau de permanência e continuidade no tempo (muda à medida que é construída) (MELUCCI, 1988; MELUCCI, 1995; MELUCCI, 1996).

A partir desse conceito, o autor criticará duas abordagens de estudo dos movimentos sociais. A primeira, chamada por ele de teoria clássica, os entendia como anomalias sociais causadas por pessoas pouco integradas à sociedade (a mesma criticada pela abordagem da escolha racional). Para Melucci, um indivíduo, ao pertencer a um grupo marginalizado, pode estar pouco integrado à sociedade no geral. Porém, dentro do seu grupo, ele pode ter laços fortes, o que não o torna um “excluído”. Esses laços são, para o autor, essenciais para o engajamento, pois este implica em atuar em conjunto com outro e, portanto, necessita de uma rede de relacionamento. Assim, segundo o autor, quanto mais integrado o indivíduo estiver em um grupo, mais provável será o engajamento dele (MELUCCI, 1988; MELUCCI, 1996). Além disso, o autor pontua o conflito como parte da vida social, pois ele é o que permitiria mudanças. A segunda abordagem criticada é a da escolha racional. O autor compartilha da crítica já exposta de que participantes de ações coletivas não são motivados apenas por uma lógica econômica. Para Melucci, os movimentos sociais têm orientado suas ações na busca por auto-realização na vida cotidiana e, com isso, eles transitam entre a dimensão política, econômica e, principalmente, cultural.

Assim, para o autor, as pessoas mais propensas a se engajarem em uma ação coletiva não são necessariamente aquelas marginalizadas (como apontava a teoria clássica), mas também não são aquelas com mais recurso (como apontava a escolha racional), e sim as integrantes de grupos sociais que percebem uma intolerável contradição entre a identidade coletiva compartilhada e as relações sociais impostas a eles. Quanto mais densa as redes de relacionamentos do grupo, mais fácil seria identificar essa contradição, pois estas redes facilitariam o reconhecimento de interesses comuns e o compartilhamento de identidades, bem como a identificação do “outro/inimigo” (MELUCCI, 1996, p. 299).

A perspectiva interacionista de Melucci foi base para vários estudos sobre as redes nos movimentos sociais, nos quais elas eram entendidas como local privilegiado de produção da identidade coletiva. Estes estudos “focavam no intenso comprometimento e solidariedade gerados pela localização dentro de determinados *clusters* ou enclaves de redes” (MISCHE, 2011, p. 86, tradução própria). Esses *clusters* seriam construídos a partir da sobreposição dos

laços dos espaços cotidianos (casa, vizinhança, escola, igreja, entre outros) com os feitos nos movimentos sociais. Essa sobreposição de laços também permitiria a sobreposição de discursos e identidades (ou seja, formação de uma identidade coletiva). Além disso, seria essa sobreposição que incentivaria a participação do indivíduo em uma ação coletiva (MISCHE, 2011).

A inserção das redes na abordagem da identidade, portanto, surge como um caminho para evitar as explicações estruturalistas/culturalistas sobre o engajamento. Atualmente, há inclusive um relativo consenso de que tanto a identidade coletiva quanto as redes importam para a dinâmica da ação coletiva. Contudo, Mische (2003) afirma que o argumento de que densos laços interpessoais auxiliariam a construção do movimento é problemático em vários pontos. Inicialmente, ele tende a focar na potencialidade das redes, negligenciando a existência de relações de poder e disputa política dentro delas. Além disso, segundo a autora, ele tenderia a focar na densidade das relações dentro dos *clusters* e esquecer a influência mútua que os diferentes tipos de redes possuem entre si, ou seja, de que pessoas que pertencem a múltiplas redes têm diferentes possibilidades de formação de identidade coletiva. Mische também pontua que há diferentes aspectos da mobilização nos movimentos sociais que não podem ser explicados em termo de conectividade - como os pequenos grupos conseguem influenciar para além das suas fileiras; como novas ideias surgem e mudam os projetos e práticas dos movimentos; como a estrutura das redes afeta disputas internas, entre outros (MISCHE, 2003, p. 261).

Além destas críticas, em trabalho anterior a autora pontua que, apesar da introdução das redes avançar no rompimento do binarismo entre indivíduo/estrutura, alguns estudos têm caído no erro de retornarem à visão do indivíduo-bola de sinuca. McAdam (1986 apud MISCHE, 1997), por exemplo, analisa o movimento de direitos civis da década de 60 e sugere que a existência de laços prévios entre os jovens recrutados com aqueles que já faziam parte do movimento era um dos fatores mais potentes para explicar a participação. Porém, ele trata a identidade como algo pré-existente às relações sociais e como um instrumento de recrutadores dos movimentos para engajar sua rede de relacionamentos. Assim, ele negligencia o fato da identidade coletiva ser produzida, inclusive, no processo de recrutamento. Estudos como este “não conseguem focalizar o processo fluido e contingente da formação de identidades na interação dinâmica entre o ‘ciclo de vida’ da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época” (MISCHE, 1997, p. 139).

A solução que Mische dá para a superação deste problema é focar na dinâmica da comunicação, aqui entendida como o diálogo/conversa. Esta seria uma das formas mais significativas de interação entre as pessoas. No caso dos movimentos sociais, seus integrantes a utilizariam para pensar em estratégias, projetar ideias, compartilhar experiências, criar e modificar identidades, disputar com atores dentro do próprio movimento etc. Assim, diversos aspectos do funcionamento dos movimentos necessariamente passariam pela comunicação, tornando-a uma ampla fonte de pesquisa. A proposta da autora, portanto, é, ao invés de focar no indivíduo, no laço que ele tem de relacionamento ou na estrutura social, focar na interação, na comunicação (MISCHE, 2003).

Como a identidade coletiva e a rede se relacionam nesta abordagem explicativa da participação é um debate ainda em aberto na literatura. A proposta de Mische, por exemplo, apesar de interessante, enfrenta a problemática sobre como capturar e analisar o processo dialógico. A própria autora aponta para o desafio de entender o escopo das condições no qual a comunicação e sua mensuração ocorrem. Apesar desta “incompletude”, o debate em torno desta abordagem é o que oferece fatores explicativos (identidade e redes) mais significativos sobre o porquê pessoas marginalizadas se mobilizam, pois aponta alternativas à necessidade de alta posição social e recursos. Assim, ele se torna fundamental para esta pesquisa.

ABORDAGEM INSTITUCIONAL

A democracia liberal cada vez menos tem conseguido responder ao desejo societal por inclusão, de maneira que a fórmula “democracia representativa mais administração burocrática” tem aberto espaços para inovações institucionais que almejam a inclusão do cidadão comum no processo de tomada de decisões coletivas (TEIXEIRA, 1997; ABERS, 2000; AVRITZER, 2000; AVRITZER, *et al.*, 2005; ROMÃO e MARTELLI, 2013). Essa abertura tem ocorrido em diversas partes do mundo, porém, no Brasil, ela tem modificado significativamente o padrão participativo. Após o *boom* no número de associações voluntárias pós-redemocratização, o país também viveu uma explosão de novos arranjos institucionais que buscavam democratizar o Estado e as políticas públicas. Essa explosão teve seu início com a Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição de 1988, na qual os movimentos sociais reivindicaram tanto uma autonomia em relação ao Estado quanto “arranjos híbridos com a sua participação junto aos atores estatais” (AVRITZER, 2012, p.

10). Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, esses arranjos ganharam mais importância, pois se tornaram método de governo (ABERS, 2000; AVRITZER, 2000; AVRTIZER, 2008; AVRTIZER 2012).

Estas inovações institucionais, denominada de instituições participativas (IPs), vêm com a promessa da democratização do Estado por meio de *designs* institucionais que permitem o engajamento de cidadãos comuns nas decisões políticas que afetam suas vidas (AVRITZER, 2008). Essa promessa gerou a expectativa de que as IPs tivessem como efeito o fortalecimento da cultura democrática, por meio do cultivo do civismo e da inclusão de grupos sociais historicamente excluídos da esfera política. Então, para além do contato entre Estado e sociedade, elas deveriam funcionar como uma “escola da cidadania” (FUNG e WRIGHT, 2001; GAVENTA e BARRETT, 2010; LAVALLE, 2011).

Fung e Wright (2001) afirmam que para que as expectativas em relação às IPs fossem correspondidas, seria necessário que o desenho institucional delas fosse marcado por três propriedades. A primeira se refere à devolução do poder para unidades locais, tais como conselhos de bairro e pontos de trabalho, ocasionando uma reorganização do aparelho estatal. A segunda é a criação de links entre estas unidades locais, por meio de uma supervisão centralizada. A terceira propriedade destacada é o foco na colonização do poder estatal (FUNG e WRIGHT, 2001, p. 21-23). Além disso, elas precisariam seguir três princípios básicos. Inicialmente, elas deveriam evitar debates abstratos e priorizar a resolução de problemas concretos, como melhoria das escolas e pavimentação das ruas. Elas também deveriam ter como objetivo o estímulo ao engajamento do cidadão comum. Por fim, elas deveriam permitir o desenvolvimento deliberativo de soluções para os problemas discutidos (FUNG e WRIGHT, 2001, p. 17).

Ressalto que Fung e Wright, para além de definirem um desenho institucional ideal, pontuam como este promoveria a democratização. De acordo com eles, as experiências desenhadas sustentariam um alto nível de engajamento porque, ao discutirem problemas concretos da vida dos cidadãos, lhes dariam real chance de exercerem poder sobre eles. Assim, eles atrairiam mais pessoas do que canais tradicionais de participação, como o voto ou a escrita de cartas para representantes (que normalmente não possuem muita efetividade) (FUNG e WRIGHT, 2001, p. 27). Além disso, os autores destacam que um desenho institucional com as características citadas encorajaria “o desenvolvimento de abertura política para cidadãos comuns, que baseiam a competência em experiências situadas no

cotidiano, e não simplesmente em dados mediados pela imprensa, televisão, ou pela ‘aprendizagem dos livros’” (FUNG e WRIGHT, 2001, p. 29, tradução própria). Devido a isto, este desenho institucional diminuiria a barreira que a ausência de expertise possui sobre a participação. Por fim, ele também promoveria o empoderamento do cidadão, que seria incentivado a buscar mais informações e a se aperfeiçoar para a tomada de decisão coletiva, já que ele viveria diretamente com as consequências do que fosse escolhido.

Avritzer (2008), porém, alerta que o potencial democratizante das instituições participativas deve ser visto dentro do contexto no qual elas estão inseridas. O autor analisa três tipologias de desenhos institucionais. A primeira delas é do tipo de baixo para cima, que no estudo feito é representado pelo orçamento participativo. Neste *design* a sociedade civil é a principal responsável pelas deliberações. A segunda tipologia é a de partilha de poder, representada pelos conselhos. Esta é definida por lei e não incorpora um número amplo de atores, mas consiste em um espaço compartilhado tanto por atores governamentais quanto da sociedade civil. A última tipologia, representada pelos planos diretores, é a de ratificação, na qual a sociedade não participa da deliberação, apenas a referenda (AVRITZER, 2008, p. 46-47). O contexto, aqui definido como a presença/ausência de uma forte organização da sociedade civil anterior à IP e a presença/ausência de atores políticos que apoiam a participação, impactaria diretamente no sucesso do desenho institucional.

Segundo Avritzer, o orçamento participativo (desenho do tipo de baixo para cima) dependeria tanto de uma forte sociedade civil para transformá-lo na principal fonte de deliberação orçamentária quanto de uma sociedade política que não dificulte este processo (AVRITZER, 2008, p. 52). Já os conselhos (desenho de partilha de poder), por serem estabelecidos por lei, seriam menos suscetíveis às vontades dos governantes locais. Contudo, eles conseguiriam avançar de fato apenas nas cidades onde haveria uma forte tradição participativa capaz de se apropriar do espaço (AVRITZER, 2008, p. 54). Já os planos diretores (desenho de ratificação) seriam os menos suscetíveis às vontades da sociedade política. Avritzer ressalta o caso de Salvador, cidade com uma sociedade civil fraca e que, mesmo assim, teve um plano diretor referendado sem significativa participação da sociedade derrubado judicialmente. Devido ao fato do governo local não ter divulgado intensamente a elaboração do plano e nem promovido amplas audiências sobre o mesmo, o Ministério Público o acusou de improbidade administrativa (AVRITZER, 2008, p. 59). Assim, para Avritzer, por mais que estes desenhos sejam menos inclusivos, eles teriam mais chances de funcionarem onde a sociedade civil é pouco organizada. Portanto, enquanto Fung e Wright

entendem a sociedade civil democrática como produto das instituições participativas, no trabalho de Avritzer esta é uma pré-condição para o sucesso destas.

Além da suscetibilidade em relação ao contexto, estudos recentes têm demonstrado que as instituições participativas seriam limitadas no que tange à promoção da participação de pessoas outrora apáticas. Avritzer (2005), por exemplo, mostra que 97,6% dos integrantes do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte já participavam de outros espaços. Cunha (2012) também argumenta que, na Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, a presença de mulheres se relaciona com a “dependência da trajetória” de participação (ou seja, pessoas com histórico anterior de engajamento). Porém, isso não significa que estes espaços não promovam a participação. Para além de um contato entre sociedade e governo, eles possibilitam o diálogo entre diferentes esferas da própria sociedade. Assim, “os cidadãos têm, através deste[s] canal[is], meios para compartilhar seus problemas, bem como para estabelecer ‘laços de solidariedade’ com indivíduos e grupos que enfrentam problemas semelhantes” (WAMPLER, 2011, p. 47). Esses laços podem intensificar o engajamento destes indivíduos, bem como uni-los a outras pautas. No estudo citado de Avritzer (2005) sobre o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, por exemplo, ele argumenta que apesar dos conselheiros já serem de outros grupos, há o indicativo de que eles têm saído de discussões restritas à área da saúde e entrado em debates mais amplos, interagindo com outras políticas sociais (AVRITZER, 2005, p. 43).

Assim, mesmo que as instituições participativas tenham limites no que toca ao contexto e à capacidade de produzir novos engajamentos, elas teriam um efeito democratizante importante no que se refere à intensificação da participação. Resta-nos, agora, saber se este efeito é aplicável aos grupos sociais historicamente marginalizados. A literatura apresentada tem respondido a este problema analisando o perfil de quem integra as IPs e o desenho institucional das mesmas, que se torna uma variável explicativa da participação. Em geral, os estudos neste sentido têm concluído que conselhos de políticas públicas costumam ser menos acessíveis aos indivíduos marginalizados, pois envolveriam o processo de eleição de representantes e demandariam certa expertise sobre a política tratada (LUCHMANN e BORBA, 2008; FONSECA, BURSZTYN e MOURA, 2012; ALENCAR, CRUXÊN, *et al.*, 2013; IPEA, 2013a; VAZ, 2013). Já as conferências seriam mais populares do que os conselhos, porém se elitizariam à medida que chegassem à etapa nacional (SILVA, 2009; AVRITZER, 2012; POGREBINSCHI, 2012; CUNHA, 2012; FARIA, *et al.*, 2012; IPEA, 2013b). Por fim, os orçamentos participativos seriam de fato populares e incluiriam pessoas

de baixa renda, mulheres, a população negra e outros grupos marginalizados socialmente. A escolaridade também não seria uma barreira nestes espaços. Contudo, ressalto que este desenho costuma incluir o cidadão comum, e não os setores em situação de extrema marginalização (ABERS, 2000).

Destaco que apesar dos conselhos e das conferências não representarem, estatisticamente, as instituições participativas mais populares, elas exercem papel importante para o avanço de políticas públicas focadas na inclusão de grupos sociais marginalizados. Pogrebinschi (2012), por exemplo, argumenta que as conferências nacionais de direitos humanos têm sido um canal de vocalização das demandas das minorias políticas e, algumas vezes, o único existente. Com o governo Lula, em 2003, elas foram fortalecidas e ampliaram-se em termos de tema e público, incluindo: idosos, pessoas com deficiência, LGBT, população indígena, mulheres, crianças e adolescentes, população negra e outras minorias raciais, étnicas e religiosas, jovens e comunidades brasileiras no exterior (POGREBINSCHI, 2012 p. 14). Mesmo quando a conferência não é especificamente sobre aquela minoria, as demandas destas também têm aparecido. A autora cita, por exemplo, a conferência nacional de educação de 2010, que em suas propostas trazia demandas relacionadas ao acesso de índios e negros às universidades e à educação quilombola.

Portanto, por mais que as instituições participativas tenham limites no efeito democratizante, elas surgem como importantes fatores de inclusão no sistema político de indivíduos marginalizados. Além disso, por mais que elas não tenham muita força na produção de novos engajamentos, elas podem fortalecer os já existentes possibilitando o desenvolvimento de habilidades e de “laços de solidariedade”. Por fim, o impacto destas instituições sobre o padrão participativo torna de extrema importância a sua consideração para a análise do contexto brasileiro.

CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias analíticas deste trabalho são os fatores, acima mapeados, que se relacionam com a não participação dos grupos marginalizados e os que promovem a participação destes. A organização destes fatores pode ser resumida da seguinte maneira:

Quadro 1 - Categorias analíticas da participação de indivíduos marginalizados

Não participação*	Participação
Escolaridade	Identidade Coletiva
Recursos (tempo e dinheiro)	Redes
Status	Instituições Participativas

Elaboração própria

*Os elementos da não participação são destrinchamentos da posição social.

A forma pela qual cada um deles estaria ligado com a participação seria:

Quadro 2 - Categorias analíticas e explicações causais

Categoria analítica	Explicação causal
Escolaridade	Devido ao fato de pessoas de baixa escolaridade não terem o conhecimento/expertise para compreender a esfera política, principalmente no que tange às políticas públicas, participariam menos (MILBRAITH, 1965; BRADY, VERBA e SCHLOZMAN, 1995; FERREIRA, 1999; LAY, 2006; CHO, GIMPEL e WU, 2006).
Recursos (tempo e renda)	Participar inclui custos, e pessoas com pouco acesso a recursos não conseguiriam arcar com eles. Logo, elas participariam menos (MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; MCCARTHY e ZALD, 1977; OLSON, 1999).
Status	Pessoas com baixo status social não se sentiriam pertencentes aos espaços políticos, além disso teriam sua participação pouco reconhecida pela comunidade (MILBRAITH, 1965; VERBA, 1993; AVELAR, 2007; ARBACHE, 2015).
Identidade Coletiva	Esta promoveria a identificação de interesses comuns e solidariedade para a ação coletiva de um grupo, bem como a identificação do outro/inimigo (MELUCCI, 1995; MAYER, 1995; MELUCCI, 1996; MELUCCI, 1988; MELUCCI, 2001; KLANDERMANS, 2004; SNOW, 2004).

(conclusão)

Categoria analítica	Explicação causal
Redes*	Estas ofereceriam uma oportunidade para o engajamento (recrutamento), bem como a construção de identidade coletiva e influenciariam a decisão individual de participar (o indivíduo não toma decisão sozinho, e sim é afetado pelas redes no qual está inserido) (EMIRBAYER, 2009 [1997]); EMIRBAYER e MISCHE, 1998; MISCHE, 2003; DIANI, 2004; DELLA PORTA e DIANI, 2009; MISCHE, 2011).
Instituições Participativas	Determinados desenhos institucionais poderiam promover novos engajamentos políticos; fortaleceriam pessoas que já participam criando “fóruns” onde elas poderiam se encontrar, discutir problemas e criar novos “laços de solidariedade” e formariam as pessoas para a participação (ABERS, 2000; FUNG e WRIGHT, 2001; AVRITZER, 2008; AVRITZER, <i>et al.</i> , 2005; AVRITZER, 2007; AVRITZER, 2008; CUNHA, 2012; FARIA, <i>et al.</i> , 2012; GAVENTA e BARRETT, 2010; VAZ, 2013).

Elaboração própria

*A relação entre redes e identidade coletiva não é consensual na literatura, ponto que será aprofundado na análise destas categorias.



NO PERDITUTTAO
DA SUA LIBERTAD E
RESISTEM

A GUAICURUS – DOS CABARÉS AOS HOTÉIS

A Guaicurus é uma rua localizada no centro de Belo Horizonte, que tem abrigado prostíbulos por mais de um século. Andrade e Teixeira (2004), por exemplo, ao discutirem a territorialidade da prostituição belorizontina, mostram que a rua é conhecida como local de venda de serviços sexuais desde 1897, ano de inauguração da cidade (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p. 139). Nesta época, a zona (composta, para além da Guaicurus, pelo quadrilátero ao seu redor, que compreendia as ruas da Bahia, Caetés, Curitiba e Oiapoque) abrigava os cabarés, casas sob controle principalmente de cafetinas, que além do serviço sexual ofereciam shows artísticos e bar. Esta parte da cidade funcionava como um centro boêmio e cultural, frequentado por uma elite masculina local e turistas, “[...] um pequeno grupo, elegante, blasé, [que] dominava o ambiente, monopolizando as cocotes de fama ou as vedetes de passagem pela Capital” (ANJOS, 1979 apud ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p. 142).

A região também tinha cabarés mais modestos, como o Curral das Éguas. Este era um pátio largo onde mulheres atendiam em pequenos quartos. Essa era a região mais barata, e composta pelas mulheres que já estavam “no final de carreira”. De acordo com Andrade e Teixeira, “[...] era comum que prostitutas comessem nos cabarés mais famosos e terminassem no Curral das Éguas, devido à própria idade, mas também a problemas de saúde” (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p. 143). Esses diferentes “tipos” de cabarés faziam com que a região abrigasse, no fim, pessoas de diferentes classes e perfis, mas sempre mantendo a fama do luxo, da boemia, do sexo e dos shows artísticos (IDEM, IBIDEM).

O surgimento da Guaicurus foi simultâneo a dois momentos importantes da história da prostituição nacional. O primeiro refere-se ao embranquecimento dos bordéis, com a chegada principalmente de trabalhadoras do sexo francesas e polacas. Elas vinham para cá interessadas no potencial do comércio sexual brasileiro, onde a prostituição não era ilegal e havia um desequilíbrio entre homens e mulheres de origem europeia (já que desde a colonização um grande número de homens solteiros vinha para a região). A prostituta que chegava era livre, independente e acumulava poder enquanto rompia com a ideia da mulher submissa e casta (CAVOUR, 2011). Ela era, também, branca. No caso da Guaicurus, segundo os dados do Serviço de Legitimação das Meretrizes, das 733 prostitutas fichadas em 1927, 78,4% eram brancas (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p. 143). Na Guaicurus, também, apesar da maioria

das mulheres serem brasileiras, as estrangeiras eram a grande atração dos cabarés de luxo e responsáveis por atraírem turistas (IDEM, IBIDEM).

Esse perfil contracenava com a exploração sexual das mulheres negras durante o escravismo, que tinham o status de objeto¹⁶. Para elas, a prostituição – enquanto trabalho escolhido – não existia, e sim a exploração sexual, que costumava vir junto com a exploração do serviço doméstico. A mulher negra era frequentemente assediada e estuprada pelo homem branco, que a via como alguém que deveria servi-lo tanto limpando a casa quanto “acalmando” os seus impulsos sexuais (NASCIMENTO, 2006 [1976]; GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2003; MENEGHEL, FARINA E RAMÃO, 2005; RATTS, 2010; VIANA, 2010; RODRIGUES, 2013; COSTA, 2014). Além disso, era comum que estes fossem donos de prostíbulo, nos quais usavam as mulheres negras como forma de arrecadação de dinheiro (o tráfico de tais mulheres para o comércio sexual também era normal neste período). Mesmo após a abolição, às mulheres negras continuaram sendo impostos os serviços que elas faziam quando escravizadas, sendo que elas representam hoje a maior parte das profissionais do sexo do Brasil (OLIVEIRA, 2008; NUNES, 2015). Porém, o luxo que envolvia a Guaicurus não as alcançava¹⁷.

O segundo momento importante na história da prostituição nacional que ocorreu simultaneamente ao surgimento da Guaicurus refere-se à intensificação da perseguição às prostitutas. Até o final do século XIX, a prostituição não era vista com bons olhos, mas era considerada um mal necessário, uma forma dos homens saciarem o desejo natural “da carne”. Por isso, ao invés de ilegal, ela era tolerada (GASPAR, 1985; ANDRADE e TEIXEIRA, 2004; RODRIGUES, 2009; CAVOUR, 2011; BRASIL, 2013; BARRETO, 2015). Porém, em 1890, o lenocínio (facilitação ou promoção da prostituição) se tornou crime e, apesar de não haver uma condenação específica para as profissionais do sexo (a venda de serviços sexuais continuava sendo legal), elas podiam ser enquadradas por “ultraje ao pudor” ou por “vadiagem”. Além disso, a prostituição passou a ser entendida como um problema de saúde pública, uma doença física, moral e social. À prostituta foram atribuídos os sintomas da preguiça, inconstância, sujeira e vício (sexo, fumo, álcool), em oposição à saúde, controle e

¹⁶ Para uma referência temporal, o ano de 1867 é considerado um marco no que se refere à chegada de prostitutas estrangeiras no Brasil (CAVOUR, 2001). A abolição da escravatura ocorreu em 1888.

¹⁷ A presença de prostituição masculina e de mulheres trans ou travestis também pouco existia durante o início da Guaicurus. Até 1960, um dos únicos registros que haviam era da Cintura Fina, uma travesti negra que era conhecida por defender-se com uma navalha daqueles que a encaravam. Porém, Cintura Fina não era uma integrante da Guaicurus em si. Ela costumava ficar na região da Lagoinha, para onde a prostituição belorizontina se expandiu quando a Guaicurus começou a perder o glamour (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p. 146-147). Saliento que a definição de mulheres trans foi apresentada nas notas epistêmicas desta pesquisa.

limpeza da mulher casta. Ao mesmo tempo, as prostitutas foram culpabilizadas pelas doenças venéreas, especialmente a sífilis¹⁸. Por isso, elas foram obrigadas a realizar exames periódicos e eram punidas caso estivessem infectadas. Ainda, foi imposto que as prostitutas ficassem concentradas nos bordéis, com poucas permissões de saída e longe das escolas, igrejas e casas (ROBERTS, 1998; CAVOUR, 2011; BRASIL, 2013).

O endurecimento da relação entre o Estado e a prostituição acompanhava as ideias de *progresso e civilização* da época, que seguia uma concepção positivista, “[...] evolucionista e linear da História, [que] reside em tratar diferenças como se fossem desigualdades” (NEVES, 2003). Além disso, ele respondia ao aumento da venda de serviços sexuais, com a chegada das mulheres estrangeiras. Porém, devo destacar que esse endurecimento também representava o susto que a elite conservadora brasileira teve com a chegada da prostituta livre, pois se viu perdendo o controle da prostituição (CAVOUR, 2011).

Retomando o trabalho de Andrade e Teixeira (2004), segundo os autores, a intensificação do controle sobre as prostitutas justificava a concentração da prostituição belorizontina na Guaicurus, já que reunir todas as profissionais do sexo em uma única parte da cidade, separadas das “famílias de bem”, auxiliava a vigilância policial e a sanitária (que promovia a “higienização” do cabaré). Além disso, segundo os autores, o controle da venda de serviços sexuais foi potencializado em 1921, com a criação da Delegacia de Costumes e Jogos e do Serviço de Legitimação das Meretrizes. Este mantinha um registro das profissionais do sexo para mapeá-las e fiscalizar onde e como elas trabalhavam (proibindo, por exemplo, a oferta de serviços sexuais na rua e perto dos bairros residenciais). Ainda, na busca por um “cabaré higienizado”, a polícia repreendia, por vezes de maneira violenta, as prostitutas¹⁹. Saliento que essa repressão do poder público fortalecia a relação entre elas e as cafetinas. De acordo com Andrade e Teixeira, estas viviam do trabalho das primeiras, e em contrapartida ofereciam proteção. Por exemplo, “[...] era comum à cafetina ter de interferir junto a delegados para que as prostitutas de seu cabaré fossem soltas e também acompanhá-las a hospitais e clínicas médicas” (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p. 143).

Pereira (2012), que estuda especificamente a Delegacia de Costumes e Jogos de Belo Horizonte, ressalta que na década de 20 os cabarés frequentados pelas classes populares

¹⁸ Simultaneamente à culpabilização da profissional do sexo por causa da sífilis, Cavour pontua que se acreditava que esta era curada por meio de mulheres negras virgens, o que reforçava o estupro destas.

¹⁹ A ideia de um “cabaré higienizado” remete-se a um espaço no qual as mulheres não são escandalosas (mantendo-se próximas à figura da mulher recatada), não mostram nudez em público, não possuem doenças venéreas e não demonstram um comportamento autônomo em relação às normas patriarcais (CAVOUR, 2011).

tiveram suas licenças cassadas. Para uma cafetina conseguir manter seu local funcionando, então, ela precisava ter uma considerável rede de contatos políticos (e, por vezes, se submeter a eles). Nesta década, o número de prisões de prostitutas também cresceu significativamente, pulando de 26 de mulheres entre 1920 a 1927, para 240 entre 1928 e 1931. Essas prisões também se relacionavam com a expansão da prostituição para bairros familiares, mas incidiam significativamente sobre a Guaicurus²⁰.

Apesar da repressão, a região continuou a exercer fascínio sobre a elite masculina belorizontina até a década de 80, quando os cabarés foram substituídos por hotéis que atendem principalmente as camadas médias e populares. Atualmente, há cerca de 30 hotéis na região, que são bastante parecidos arquitetonicamente e em relação a sua forma de funcionamento²¹. No térreo destes prédios funcionam comércios “tradicional”, principalmente lanchonetes e estacionamento. Recentemente, também tem crescido o número de lojas de famílias orientais e shoppings populares. Uma pessoa desavisada, que passa pela Guaicurus, ao olhar para os prédios e para as lojas, dificilmente perceberia que nos andares de cima milhares de mulheres vendem serviços sexuais. O glamour de outrora foi substituído pela rapidez com que as pessoas passam ali, indo ou voltando da rodoviária (que fica no final da Guaicurus). Essa rapidez também é uma descrição para os programas, que são, em sua maioria, diurnos e curtos. De acordo com Barreto (2015), eles costumam durar entre 5 e 10 minutos e variam entre 10 e 30 reais (embora exista alguns bem mais caros). Além disso, no lugar dos shows artísticos dos cabarés, hoje há corredores longos com vários quartos, onde as mulheres ficam com a porta aberta, nuas ou seminuas, tentando atrair os clientes. Em alguns hotéis mais “luxuosos”, há telas de TVs que costumam passar filmes pornô, espelhos em cima da cama, luzes vermelhas e música de fundo.

A perda do glamour não significa a decadência do comércio sexual na região. Pelo contrário, nos últimos dois anos foram inaugurados quase 10 novos hotéis. Porém, a forma como a prostituição ocorre modificou-se profundamente. Além das transformações já descritas acima, a figura da cafetina foi substituída pelos donos dos hotéis. Normalmente, estes homens conseguem alvarás como estabelecimentos de alta rotatividade ou pensões e alugam a diária dos quartos para as prostitutas. Eles, também, buscam distanciarem-se da venda de serviços sexuais e raramente aparecem no estabelecimento (que são coordenados

²⁰ É interessante notar que número significativo das prisões eram por embriaguez, desobediência policial ou algum tipo de ofensa à moralidade, ou seja, por atos que eram contrários à ideia de mulheres castas. Qualquer mulher, portanto, que fosse “mais livre”, poderia ser acusada de prostituição e presa (ver Roberts, 1998).

²¹ Informação retirada a partir da pesquisa de campo.

pelos gerentes, funcionários dos donos dos hotéis), pois, para não serem acusados de promoção da prostituição (lenocínio), alegam que a única atividade comercial realizada é o aluguel dos quartos, e que não são responsáveis pelo que as mulheres fazem dentro dos cômodos.

As diárias se tornam, então, o centro da relação entre as profissionais do sexo e os donos dos hotéis. Elas variam de 80 a 120 reais, pelo período que normalmente costuma ser das 8 às 17 horas. A variação no preço reflete a da qualidade. Em alguns hotéis, os quartos sequer possuem janela. Em outros, a diária inclui café da manhã e academia. Além disso, se antes a prostituta era submetida ao controle da cafetina, agora ela tem autonomia para determinar como será seu trabalho: escolhe o preço do programa, como ele será, quantas horas irá trabalhar, quando e se irá. Porém, ela não tem qualquer tipo de proteção do dono do hotel. Quando algum cliente as rouba ou violenta, por exemplo, dificilmente os funcionários do estabelecimento se mobilizam para socorrê-las (o que reforça a ideia, para os donos dos hotéis, de que eles não são responsáveis pelo que ocorre nos quartos).

Em relação à legislação, a prostituição continua sendo uma atividade legal. Além disso, em 2002, a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO²², do Ministério do Trabalho e Emprego, passou a reconhecer as profissionais do sexo. Porém, o código penal não diferencia a prostituição e a exploração sexual (normalmente associada ao tráfico de pessoas e à exploração infantil)²³, o que faz as atividades ao redor da venda de serviços sexuais serem crimes (lenocínio)²⁴, conformando a promoção de uma cidadania limitada às profissionais do sexo. Há vários relatos, por exemplo, de mulheres que procuraram a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Belo Horizonte, vítimas da violência de algum cliente, e tiveram seu atendimento negado por estarem se prostituindo durante o ocorrido. Caso tenham algum problema com a gerência dos hotéis, elas também não conseguem acessar o sistema de justiça. Além disso, a profissão não é regulamentada, de forma que as trabalhadoras do sexo não possuem direitos trabalhistas completos.

O preço da autonomia recentemente conquistada pelas prostitutas, portanto, é a invisibilidade. Bauman (2001), no seu estudo sobre a modernidade, afirma que a modernização vem acompanhada da higienização da cidade, que possui como elemento característico o surgimento de espaços vazios, invisíveis e esquecidos. Estes “[...] vazios são

²² Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em 28 dez. 2016.

²³ Esta diferença foi apresentada na introdução deste trabalho.

²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em 28 dez.2016.

os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido, vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos” (BAUMAN, 2001, p. 122). Eles, normalmente, abrigam uma população que se encontra na mesma situação social: invisibilizada e tida como inexistente. As mudanças que ocorrem na Guaicurus assemelham-se a tal processo de modernização. Com o passar dos anos, a perseguição policial às profissionais do sexo e a tentativa de controle dos cabarés se abrandam, mas são substituídas pela invisibilidade que as profissionais do sexo possuem diante do sistema político e de justiça. A existência deste “espaço vazio social” reflete-se na arquitetura. Se antes os cabarés eram permeados pelo luxo e pela fama, a entrada dos hotéis agora se manifesta timidamente, alocada nos “espaços vazios” da cidade. Assim, se antes as profissionais do sexo eram vítimas da busca por um “cabaré higienizado”, agora o estigma em torno da profissão só as permite trabalhar se elas aceitarem a condição da não existência.

QUEM SÃO AS PROSTITUTAS DA GUAICURUS?

Há evidências de que o perfil das mulheres da Guaicurus também tenha mudado ao longo dos anos. No *survey* realizado em parceria com a PUC Minas, que contou com 304 entrevistas com prostitutas da Guaicurus, mais da metade das mulheres se declararam negras (pretas ou pardas), conforme distribuição a seguir²⁵:

Tabela 1 - Profissionais do sexo entrevistadas por raça/cor

Raça/Cor	Porcentagem
Negra (parda ou preta)	66,45%
Branca	26,32%
Amarela	2,96%
Indígena	0,33%
Não respondeu	3,95%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados.

²⁵ Como discutido na introdução, reforço que a generalização do perfil das entrevistadas é limitada pelo tipo de amostragem (não probabilística), que não permite conhecimento do erro amostral.

Além disso, a presença das travestis e transexuais²⁶ aparenta ser mais intensa do que outrora (quando era basicamente inexistente). Atualmente, há até mesmo um hotel exclusivo para elas²⁷. A distribuição por identidade de gênero das pessoas que responderam à pesquisa pode ser vista a seguir:

Tabela 2 - Profissionais do sexo entrevistadas por identidade de gênero

Identidade de gênero	Porcentagem
Feminino (cisgênero)	90,13%
Masculino (cisgênero)	4,93%
Transgênero (feminino ou masculino)	1,64%
Travesti	2,96%
Sem gênero	0,33%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados.

Ressalto que basicamente não há profissionais do sexo de identidade masculina na região. Apesar dos indícios de mudança de perfil, a prostituição na Guaicurus continua sendo de mulheres (cis, trans ou travestis) para homens. Esta é uma característica da própria atividade, que ao longo de sua história moderna foi tolerada para atender ao “instinto sexual” masculino. O profissional do sexo, inclusive, normalmente atende ao público homossexual²⁸ (PATEMAN, 1995; ÁLVAREZ, 2012). Nos hotéis da Guaicurus, até a entrada das mulheres que não se prostituem é proibida, pois elas não são entendidas como potenciais clientes e sim como esposas à procura dos maridos (que já agrediram prostitutas da região). Por esta razão, durante o texto irei me referir às trabalhadoras da Guaicurus, bem como usar os artigos femininos. Ressalto, também, que se evidencia, aqui, a continuidade da negação do prazer sexual à mulher. Antes ele ocorria devido à ação da Delegacia de Costumes e Jogos, através da prisão das prostitutas que demonstravam comportamento “não recatado”, o que incluía

²⁶ Nas notas epistêmicas deste estudo, já foi abordado o fato das mulheres trans serem pessoas que nasceram com o sexo biológico masculino, mas se identificam como mulheres. As travestis, diferentemente, são pessoas que “[...] que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (JESUS, 2012, p. 9).

²⁷ Nestes hotéis trabalham apenas travestis ou mulheres trans.

²⁸ Este fato tem sido, inclusive, central para feministas que criticam a atividade.

qualquer ato livre ou prazeroso. Pereira (2012), por exemplo, conta que há um registro de uma mulher presa por ter “manifestações de alegria”. Agora, estes atos “não recatados” só são aceitos se forem para atenderem a clientela masculina, de forma que a ida de uma mulher aos hotéis para comprar serviços sexuais, prazer, é inconcebível para os donos dos estabelecimentos.

Os indícios da entrada de mulheres negras, trans e travestis na Guaicurus se relacionam com a mudança da dinâmica da região. A beleza é uma categoria branca, ou seja, pela lógica racista ela só é atribuída às mulheres brancas ou claras (NASCIMENTO, 2006 [1976]; GONZALEZ, 1984; SANTOS, 1990 [1983]; CARNEIRO, 2003; RATTTS, 2010; VIANA, 2010; COSTA, 2014). Isso se reflete sobre a Guaicurus, de forma que quanto mais branca uma mulher for, mais caro ela pode cobrar. A popularização da clientela, portanto, aparenta acompanhar os preços mais baixos atribuídos à negritude da mulher que passa a ocupar a região. Durante esta pesquisa, por exemplo, conheci uma prostituta negra que trabalhava principalmente pela internet. Ela procurava a Guaicurus apenas quando o movimento online estava fraco e estava acostumada a uma dinâmica bem diferente desta. Ao invés dos programas baratíssimos e rápidos, ela costumava cobrar por hora e um valor acima do praticado nos hotéis. Perguntei o porquê ela ia para a Guaicurus, ao invés das cabines eróticas, onde a dinâmica me parecia mais próxima da dela. A profissional do sexo me respondeu que nestes espaços (cabines e boates) sempre pediam que ela alisasse o cabelo e colocasse silicone e, por recusar a se adaptar ao padrão europeu, ela preferia ir aos hotéis. Ressalto que as mulheres negras também são vistas como pessoas que devem servir aos desejos sexuais dos homens, e, por isso, o preço barato parece se tornar “nada mais que uma obrigação”, segundo a lógica racista.

As mulheres transexuais e travestis passam por processo similar. Os movimentos contra a transfobia apontam que hoje quase 90% delas trabalham como profissionais do sexo, pois não conseguem nenhuma inserção no mercado de trabalho formal (mesmo aquelas com alta escolaridade)²⁹. Além disso, a transfobia constrói a transgeneridade como uma perversão sexual, de forma que, nessa lógica, a prostituição (que também seria uma depravação) seria própria destas mulheres. Os preços cobrados por elas, portanto, costumam ser inferiores aos das mulheres cisgênero. Isso não significa, porém, que as mulheres negras, trans e travestis não possuem “lugar” na prostituição. Pelo contrário, elas estão entre as mais fetichizadas. A

²⁹ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em 28 dez. 2016.

profissional do sexo do caso acima, por exemplo, anunciava-se como “exótica” devido a sua descendência e buscava atrair principalmente turistas estrangeiros em busca de sexo com uma “legítima brasileira”. Às mulheres trans e travestis também cabe o fetiche de “comer um traveco”. Contudo, isso não é suficiente para que elas alcancem a prostituição de luxo.

Destaco, aqui, que a violência racial e de gênero não é oriunda da prostituição. Pelo contrário, ela permeia toda a sociedade e reflete-se nesta atividade, que conjuga também a resistência. Por exemplo, a escolaridade das trabalhadoras da Guaicurus que responderam à pesquisa é baixa, sendo que 81,2% só tem até o ensino médio:

Tabela 3 - Profissionais do sexo entrevistadas por escolaridade

Escolaridade	Porcentagem
1 a 4ª Série Ensino Fundamental	4,28%
5 a 8ª Série Ensino Fundamental	21,71%
Ensino Médio Incompleto	14,14%
Ensino Médio Completo	41,12%
Ensino Superior Incompleto	13,82%
Ensino Superior Completo	4,61%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados.

Apesar da baixa escolaridade³⁰, as profissionais do sexo da Guaicurus recebem em torno de R\$ 3.000,00 por mês³¹. Esse valor é maior que o dobro da renda média mensal das mulheres com apenas o ensino médio, que na amostra da PNAD 2015 consistia em R\$ 1.179,47³². A prostituição, portanto, mesmo sendo um local que reflete as violências de gênero e raça, ainda é um espaço de resistência para as mulheres que seriam condenadas a salários baixíssimos devido à intersecção das opressões. Esse tem sido, inclusive, o principal motivo pelo qual estas mulheres procuram a atividade.

³⁰ A baixa escolaridade é uma característica antiga na Guaicurus, que na década de 30 tinha 43,2% de analfabetas. Ver Andrade e Teixeira (2004).

³¹ Valor fornecido pela APROSMIG.

³² Cálculo feito a partir da variável “Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade” e “Nível de instrução mais elevado alcançado”.

Destaco, ainda, que 60,53% das respondentes do *survey* realizado são mães, e destas 84,78% são solteiras³³ (sendo que 51,31% do total de mulheres são mães solteiras). A necessidade de dar uma boa condição de vida para os filhos sempre aparecia nas conversas que tive com as profissionais do sexo. Maria³⁴, por exemplo, uma mulher negra de 58 anos, com apenas 4 anos de escolaridade e com 30 anos de trabalho com a venda de serviços sexuais, conta que entrou para a profissão para sustentar suas crianças. Ela não forneceu uma data exata para o acontecimento, mas relatou que teve dois filhos ainda jovem e que se recusou a casar com os pais das crianças porque ela não os amava. Porém, ser mulher, negra, solteira e com filhos, ainda mais naquela época (década de 80), era motivo para ser excluída do mercado de trabalho. Ela procurou a prostituição, então, para poder sustentar os filhos sem ter que se submeter a um casamento por necessidade. Histórias como essa são muito comuns na Guaicurus. Fernanda³⁵, outro exemplo, sempre mostra com orgulho a foto da filha, que estuda no exterior. Essa foto funciona quase como um “escudo”, pois toda vez que alguém criticava o fato dela ser prostituta, ela se levantava e dizia que foi através desta profissão que pode criar, educar e “dar uma chance” para sua criança.

A renda não é o único atrativo da prostituição: a autonomia sobre o trabalho e a ausência de patrões também são constantemente citadas pelas profissionais do sexo da Guaicurus como benefícios. Durante esta pesquisa, por exemplo, conheci uma prostituta que alegava preferir “mil vezes” trabalhar com a venda de serviços sexuais do que ser “humilhada no McDonalds” (e ainda receber pouco por isso)³⁶. Além disso, a ausência de um horário fixo de trabalho as permite conciliar a maternidade e a profissão. Conheci, por exemplo, mulheres que alugavam a diária no hotel, mas condicionavam seus horários à necessidade de buscar e levar os filhos para a escola e atividades extras.

Ressalto, aqui, que um dos principais argumentos das feministas contrárias à prostituição é de que esta seria uma atividade humilhante para a mulher (na verdade, algumas a consideram como o maior grau de exploração) (PATEMAN, 1995; ÁLVAREZ, 2012). Contudo, as trabalhadoras da Guaicurus nos provocam a refletir: o que é um trabalho

³³ Solteiras, divorciadas ou viúvas que moram sem nenhum(a) companheiro(a).

³⁴ Nome fictício, entrevista número 2.

³⁵ Nome fictício, entrevista número 1.

³⁶ Ressalto que a prostituição enquanto comércio surgiu na Revolução Industrial. Os baixos salários e a péssima condição de trabalho levaram inúmeras mulheres a recorrerem à atividade - ou para complementarem renda ou para fugirem das jornadas exaustivas das fábricas. Estas mulheres eram vistas como indisciplinadas e perversas. A repressão em torno delas aumentou à medida que se impunha sobre a classe trabalhadora a família burguesa, que, acreditava-se, educaria “os pobres” para que eles se filiassem à disciplina do trabalho fabril (FEDERICI, 2004; MIES, 1998; ROBERTS, 1998).

humilhante? E será que a definição de um trabalho humilhante para uma é a mesma para outra? Na pesquisa realizada em parceria com a PUC Minas, 43,29% das respondentes viam a prostituição como um trabalho temporário, sofrido ou uma determinação socioeconômica. Mas 49,16% viam a atividade como um trabalho qualquer e preferível em relação a outras atividades³⁷. Assim, apesar de refletir a opressão patriarcal, racista e capitalista, a prostituição também é um espaço de resistência a ela.

O valor da renda bem como a dinâmica autônoma de trabalho torna a Guaicurus um dos principais locais de prostituição do Brasil, atraindo mulheres de toda a parte do país. Na pesquisa realizada, 28,95% das entrevistadas eram de fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Elas vinham para a cidade principalmente no início do mês, quando o pagamento dos trabalhadores aumenta o movimento da Guaicurus, e depois retornavam para as suas cidades. Atualmente, portanto, as profissionais do sexo “estrangeiras”, enquanto grande atração da Guaicurus, foram substituídas pelas brasileiras de toda parte do país³⁸.

Tabela 4 - Profissionais do sexo entrevistadas por estado

Estado	Porcentagem
MG (RMBH)	70,72%
SP	11,18%
MG (interior)	5,59%
RJ	4,28%
ES	3,62%
BA	2,63%
Outros	1,98%
Não responderam	0,33%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados.

³⁷ Pergunta de múltipla escolha. O restante respondeu “uma ajuda à sociedade” ou “não respondeu”. Ressalto que na estimativa por intervalo o número de mulheres que veem a prostituição como prazer ou um trabalho como outro qualquer, com 95% de confiança, fica entre 54,78% e 43,54%. Já a proporção daquelas que veem como um trabalho sofrido, determinação socioeconômica ou algo temporário, fica entre 48,87% e 37,73%. Isso reforça de que, na Guaicurus, há um grande número de mulheres que enxergam vantagens na prostituição.

³⁸ Ainda assim, existem prostitutas estrangeiras na Guaicurus, principalmente de países onde a prostituição é proibida. Na época de glamour, Belo Horizonte já atraía mulheres de todo o Brasil. Gabriela Leite, por exemplo, afirma que a “[...] prostituição de Belo Horizonte é uma loucura, não tem nada que se compare no Brasil inteiro [...]. Quando a puta de São Paulo ou do Rio precisa levantar um dinheiro a mais, ela vai para Belo Horizonte, onde não falta vaga. A quantidade de homens é imensa” (LEITE, 2009, p. 90).

Ressalto que as profissionais do sexo também migram para a Guaicurus para que a família não descubra sua ocupação (o que é mais fácil quando elas possuem clientes na cidade onde moram). Devido ao estigma em torno das prostitutas, elas acabam por viver vidas duplas - falam que vão trabalhar com a venda de roupas, por exemplo, e vão para regiões nas quais há menor chance de serem reconhecidas. Grande parte delas utiliza, inclusive, nomes falsos. Até as moradoras de Belo Horizonte se escondem. Como a Guaicurus costuma funcionar durante o dia, há mulheres que falam para a família que trabalham como secretárias e, para sustentarem isto, atendem os clientes apenas de 8 às 18 horas (BARRETO, 2015).

A “vida dupla” é uma estratégia das mulheres para fugirem da putafobia. Esta ideologia dissemina a ideia de que as mulheres que vendem serviços sexuais devem ser punidas, castigadas e repreendidas e, para evitarem estas violências, é que as mulheres escondem a sua profissão. Durante a esta pesquisa, por exemplo, acompanhei a APROSMIG na busca por prostitutas que aceitassem dar entrevistas para uma atividade da associação. Uma delas tinha aceitado o pedido, mas, quando foi avisada de que a entrevista seria gravada, imediatamente recuou. A profissional do sexo alegou que mora com o pai e com os irmãos (todos homens) e tinha medo do que poderia acontecer caso eles assistissem e descobrissem que ela vendia serviços sexuais. Na pesquisa realizada com a PUC Minas, inúmeras mulheres também relataram violências que ocorreram após as pessoas descobrirem sua profissão. Uma das entrevistadas contou que um colega de faculdade a reconheceu e levou os amigos para o hotel onde ela trabalhava, a fim de humilhá-la. Outras relatam que, quando os vizinhos descobrem a profissão delas, passam a maltratá-las e que já foram ameaçadas de despejo por isto. Além disso, constantemente as mulheres são ameaçadas de perderem a guarda das crianças quando os pais descobrem que elas trabalham como prostitutas³⁹.

Em algumas ocasiões, contudo, esta estratégia aumenta o grau de vulnerabilidade das trabalhadoras do sexo. Em entrevista com as dirigentes da APROSMIG, por exemplo, elas relataram que sempre quando cadastram uma prostituta, insistem para que mesmo que a trabalhadora não se sinta à vontade de dar o nome verdadeiro, dê pelo menos um contato de confiança. Isso porque já aconteceu de uma mulher ser assassinada no hotel e ser enterrada como indigente, pois como todos os dados dela eram falsos, não foi possível localizar nenhum familiar ou amigos. Além disso, durante esta pesquisa, acompanhei o caso de uma profissional do sexo que foi internada, devido a alguns problemas de saúde, e entrou em coma. Quando a equipe médica soube que ela era prostituta, logo a encaminhou para doação

³⁹ A pergunta nesta parte do *survey* era aberta.

de órgãos, como ocorre com muitos moradores de rua e outras pessoas que não possuem família para reivindicarem o correto atendimento. A coordenadora da APROSMIG denuncia, inclusive, que há grupos de tráfico de órgãos extremamente organizados em Belo Horizonte, e que como as profissionais do sexo, principalmente as de fora da cidade, entram nos hospitais com os nomes de guerra, elas se tornam extremamente vulneráveis a eles.

Por fim, a idade das trabalhadoras da Guaicurus merece ser destacada. Apesar da maioria ter menos de 30 anos, nos hotéis há mulheres de até 70. Muitas já possuem clientes fixos e às vezes recebem mais deles do que dos novos. Na própria Associação de Prostitutas de Minas Gerais, a dirigente mais nova possui 50 anos. Assim, segue a distribuição de idade das respondentes da pesquisa realizada:

Tabela 5 - Profissionais do sexo entrevistadas por idade

Idade	Porcentagem
18 a 20 anos	10,86%
21 a 30 anos	49,67%
31 a 40 anos	23,68%
41 a 50 anos	12,17%
51 a 60 anos	3,29%
61 a 70 anos	0,33%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados

MOBILIZAÇÕES DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA GUAICURUS E O SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE PROSTITUTAS DE MINAS GERAIS

Um dos primeiros registros da tentativa de consolidação de um grupo de profissionais do sexo da Guaicurus é de 1994. Barreto (2008), cujo trabalho é um dos relatos mais completos sobre essa história, conta que, no ano citado, foi realizado o III Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo. Algumas mulheres da região foram para o evento e, influenciadas por ele, começaram a desenhar uma associação. Porém, esta tentativa não gerou muitos

resultados. Vale ressaltar, neste período, a ação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG).

De acordo com autora, a RBP surge a partir do I Encontro Nacional de Prostitutas, que ocorreu em 1987, com a participação de mulheres de 11 estados brasileiros, e tinha como um dos eixos temáticos a criação de associações compostas por prostitutas em prol do pleno reconhecimento da atividade como um trabalho⁴⁰. Após esse encontro foram surgindo associações em vários estados do Brasil (que posteriormente formaram a Rede Brasileira de Prostitutas). O fato da primeira tentativa de se criar um grupo em Belo Horizonte ter sido após participação em um encontro nacional mostra que ela estava em consonância com o processo de organização nacional das profissionais do sexo (BARRETO, 2008, p. 58).

Ressalto que, neste período, o Brasil passava pela redemocratização e, com isso, via a sociedade civil crescer como um todo. Avritzer (2012) argumenta que, alguns anos antes (meados da década de 70), a ditadura militar liberou algumas reuniões públicas e de associações voluntárias (ainda que de forma limitada). Com isso, o movimento estudantil passou a se reconstruir, bem como os sindicatos. Ainda, as associações de bairro se espalharam, junto à organização do movimento sanitário, pela Reforma Urbana Nacional e ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Grupos feministas e o movimento negro também começaram a se articular no mesmo período. Não é de estranhar, portanto, que na redemocratização, o movimento de prostitutas tenha surgido e conseguido organizar o I Encontro Nacional de Prostitutas.

Retomando o relato de Barreto, ela destaca que pouco tempo após a criação da RBP, a rede “[...] foi convidada para participar de uma reunião junto com membros de coordenações estaduais de DST/AIDS e de ONGs para discutir o Projeto Previna, que previa ações de prevenção que buscavam atingir profissionais do sexo [...]” (BARRETO, 2008, p. 59). Estas coordenações eram ligadas ao Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde⁴¹. O GAPA, como organização da sociedade civil, também estava envolvido com este projeto e, através dele, em 1989, a regional de Minas

⁴⁰ Ressalto que nacionalmente havia um amplo trabalho da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) com as profissionais do sexo. Porém, como será visto, este tinha como foco a retirada da mulher da profissão, pois a PMM entendia as prostitutas como vítimas a serem resgatadas da opressão e não como trabalhadoras cujo direito deveria ser reconhecido. O I Encontro Nacional de Prostitutas marca uma ruptura com essa “tutela” e o avanço de um movimento protagonizado pelas próprias profissionais do sexo (SCHLINDWEIN, 2009; MELLO, 2014)

⁴¹ Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/o-departamento>>. Acesso em 30 dez. 2016.

Gerais começou a atuar com as profissionais do sexo e ter contato com a RBP (IDEM, IBIDEM).

Assim, o Projeto Previna, por reunir a Rede Brasileira de Prostitutas com outros grupos da sociedade civil, serviu como um espaço de impulsionamento da pauta. Como exemplo disto, Barreto relata que foi Roberto Chateaubriand Domingues, integrante do GAPA-MG, que mobilizou as profissionais do sexo da região para o III Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo (BARRETO, 2008, p. 65). Ressalto que em Belo Horizonte, conforme ocorria nacionalmente, a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) também realizava trabalho intenso com as prostitutas. Porém, este consistia na “retirada” das mulheres da atividade, que é vista por tal grupo como uma situação de opressão em si (posição contrária à da RBP) (BARRETO, 2008, p. 68).

Após a tentativa citada de criação um grupo de profissionais do sexo, o GAPA-MG, dentro do Projeto Previna, continuou tentando fomentar a auto-organização das prostitutas. O resultado foi o surgimento de algumas lideranças, que atuavam em momentos esparsos como integrantes da Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH). Com intuito de que esta andasse sozinha, o GAPA-MG se afastou da associação, que passou a se organizar em torno da Dosanjós⁴² (uma ex-integrante do GAPA) (BARRETO, 2008, p. 120).

Barreto ressalta que, em 2004, os hotéis encontraram-se sob forte ameaça de fechamento, devido ao programa Centro Vivo da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse consistia em uma revitalização do centro belorizontino que tinha caráter higienista, ou seja, promovia a “limpeza” da cidade tanto em relação ao visual da mesma quanto em relação à presença de “marginais”. Apesar do programa não expressar diretamente a expulsão das profissionais do sexo, “[...] ocorreram, em diversos momentos, batidas policiais, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis de prostituição” (BARRETO, 2008, p. 127). Portanto, estava claro que essa revitalização implicaria na expulsão das mulheres para zonas distantes do centro da cidade. Este conflito com o Estado promoveu a união entre profissionais do sexo, ONGs que atuavam na região e donos de hotéis contra o programa da prefeitura. Além das entidades já citadas, Barreto destaca que, na ocasião, foi criado o Grupo Eva, composto por profissionais do sexo e incentivado pelos donos dos hotéis. Contudo, ele durou apenas alguns meses (BARRETO, 2008, p. 120-121).

⁴² Na obra de Barreto (2008), a grafia do nome é igual a exposta aqui.

Os grupos em prol da permanência da prostituição no centro da cidade organizaram uma audiência pública, com a presença de Gabriela Leite (militante histórica da Rede Brasileira de Prostitutas) e do deputado Fernando Gabeira, autor do PL 98/2003 (para regulamentação da profissão). Inúmeras profissionais do sexo compareceram ao evento, sendo que, Barreto destaca, “[...] a maioria delas usava um capuz preto, que escondia o rosto” (BARRETO, 2008, p. 128). Como muitas das profissionais do sexo vivem uma vida dupla, esta seria uma maneira de permanecerem anônimas em relação a sua atividade profissional. Além disso, Barreto ressalta que ocorreram atos políticos das profissionais do sexo nas ruas da cidade. Essa mobilização perdeu força quando o fechamento dos hotéis foi impedido, mas retorna periodicamente. Em trabalho posterior, Barreto (2015) destaca que constantemente o Estado rediscute a revitalização. Em 2007, quando os planos de revitalização, datados de 2004, começaram a ser colocados em prática, por exemplo, novas mobilizações surgiram. Além disso, em 2011, devido à vinda da Copa e outros grandes eventos, a prefeitura voltou a discutir a higienização do centro da cidade e, novamente, houve mobilizações das prostitutas (BARRETO, 2015, p. 206-207).

Com o tempo, a APS-BH perdeu força e nasceu, em 2009, a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG). No seu primeiro trabalho, Barreto (2008) relata o processo de início do grupo, quando ainda se chamava Associação de Apoio e Defesa aos Profissionais do Sexo de Minas Gerais. De acordo com a autora, o grupo teria sido criado em resposta à discordância que inúmeras profissionais do sexo tinham com a Dosanjos. Esta afirmava que não era prostituta e parecia contrária aos hotéis. Por causa disso, existiram algumas tentativas de tirá-la da presidência da APS-BH. Além disto, esta associação era acusada pelas prostitutas de não as ajudar e de funcionar apenas para a presidente⁴³ (BARRETO, 2008. 123-124). A APROSMIG nasce, portanto, com o objetivo de ser composta por profissionais do sexo e defender os interesses desta categoria. Ela é, hoje, a principal representante das prostitutas não só da Guaicurus, mas de todo estado mineiro. Além disso, ela integra a Rede Brasileira de Prostitutas, a Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales Latinoamerica y el Caribe (Redtralsex) e a Global Network of Sex Work Projects (NSWP), defendendo a regulamentação da prostituição de forma favorável às trabalhadoras do sexo (BARRETO, 2015, p. 163).

A APROSMIG foi criada por Cida Vieira (auxiliada por integrantes do GAPA-MG) e atualmente é coordenada por ela, pela Zazá (Cleuza), Laura e Cidinha (todas são profissionais

⁴³ Ressalto que a APS-BH não era reconhecida pela Rede Brasileira de Prostitutas, por não concordar com sua carta de princípios (OLIVEIRA, 2008).

do sexo, aposentadas ou ativas)⁴⁴. O grupo possui uma sala nos fundos de um estacionamento pago que funciona no térreo de um dos hotéis da Guaicurus. Neste local, elas distribuem preservativos, atendem as prostitutas e realizam atividades de mobilização. Ressalto que elas possuem um cadastro com todas as profissionais do sexo que buscam camisinhas lá, que já conta com mais de 2.500 nomes. Ressalto, também, que as integrantes da associação solicitam uma contribuição de R\$ 12,00 por mês das associadas, principalmente para contas de telefone e luz. Porém, nem todas contribuem com regularidade, fazendo o recurso oriundo desta fonte muito pequeno⁴⁵. A principal forma de financiamento são projetos aprovados especialmente por ONGs nacionais e internacionais (sobretudo para combate ao tráfico de pessoas e violência contra a mulher e para a saúde integral).

A APROSMIG realiza atividades lúdico-políticas como o Puta Day (comemoração do Dia Internacional da Prostituta – 2 de junho), o Miss Prostituta e o Festival Sem Preconceito. Estas atividades têm como objetivo combater a putafobia e elevar a autoestima das profissionais do sexo. Mais recentemente, a APROSMIG idealizou e coordenou o Museu do Sexo das Putas. Este consistiu em uma residência para a qual 10 artistas do Brasil inteiro foram convidados. Eles ficaram um mês imersos nos hotéis de prostituição da Guaicurus e produziram obras que tinham como objetivo retratar as histórias das mulheres da região. Como afirmado por Cida Vieira, durante uma entrevista fornecida ao G1⁴⁶, “[...] a ideia é desmitificar a prostituta. Torná-la ‘sujeita’ da história e não objeto dela”. O Museu do Sexo das Putas ganhou visibilidade nacional e foi financiado pela Fundação Nacional de Cultura (FUNARTE), que pela primeira vez aprovou um projeto submetido por uma associação de profissionais do sexo.

Além destas atividades, a APROSMIG realiza o acolhimento de prostitutas. No período em que esta pesquisa foi feita, pude acompanhar alguns casos, dos quais destaco: I – a mobilização da APROSMIG em torno do direito das profissionais do sexo serem atendidas na Casa de Referência Tina Martins, uma parceria entre o Estado de Minas Gerais e movimentos

⁴⁴ Informações coletadas durante pesquisa de campo. Ressalto que utilizo o nome original das lideranças aqui após diálogo com a APROSMIG e devido ao fato deles serem públicos (estarem publicados em outros trabalhos). Contudo, quando descrevo parte da história de vida delas, a partir das entrevistas em profundidade, utilizo nomes fictícios. Tal mudança se deve ao fato de uma das entrevistadas sentir-se desconfortável com a possibilidade da família descobrir sobre alguns trechos de sua vida. Assim, durante a escrita, tomei o cuidado de evitar que algumas histórias pudessem ser identificadas com algumas lideranças.

⁴⁵ Para motivarem a contribuição, as integrantes da APROSMIG verificam se a pessoa que busca preservativos está em dia com o grupo. Porém, durante o período em que estive acompanhando o mesmo, nunca as vi negar camisinhas para quem não tivesse contribuído, apesar delas sempre tentarem convencer a pessoa a ajudar, falando sobre a importância do recurso para manter o espaço.

⁴⁶ Disponível em: <<http://museudasputas.wixsite.com/museu/imprensa>>. Acesso em 30 dez. 2016.

sociais feministas para atendimento a mulheres vítimas de violência, que ocorreu devido a algumas prostitutas terem relatado que foram discriminadas no local (relação das profissionais do sexo com o poder executivo); II – o caso de uma profissional do sexo que estava correndo o risco de perder a guarda dos filhos por trabalhar com a venda de serviços sexuais (relação com o poder judiciário); e III – o caso da profissional do sexo que foi hospitalizada e, por estar em coma, se tornou alvo de grupos de tráfico de órgãos da cidade (já mencionado e que se relaciona com o poder executivo e judiciário).

Como dito anteriormente, as profissionais do sexo enfrentam cotidianamente o estigma em torno da atividade, que as torna simultaneamente “toleradas” e “indesejadas”. O resultado disto é a invisibilidade das mesmas, tanto para os donos dos hotéis quanto para o Estado. Para suprir o vazio deixado pela falta de apoio especialmente deste último, a APROSMIG acaba por desenvolver ações que seriam de responsabilidade do ente estatal. Para além de acompanharem os casos de violência, elas encaminham as mulheres para os postos de saúde, buscam parcerias para fornecerem assistência jurídica e cursos profissionalizantes, bem como acompanhamento psicológico. Durante esta pesquisa, constantemente eu escutava as integrantes da associação relatarem que acordaram de madrugada para atender algum caso emergencial, não só em Belo Horizonte, mas em todo o estado mineiro. Atualmente, até o trabalho da polícia elas têm acompanhado, com a qual realizaram uma parceria para tentarem garantir o atendimento das profissionais do sexo violentadas e erradicarem o abuso policial. Para a polícia militar entrar nos hotéis, por exemplo, atualmente costuma solicitar a presença de uma integrante da APROSMIG, que observa o trato desta com as mulheres (elas já tiveram, inclusive, que dialogar com o comércio de drogas para garantir a entrada da polícia quando necessário). Apesar de a associação realizar ações que deveriam ser de responsabilidade estatal, elas não recebem nenhum recurso para isto, e apenas este ano o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte aceitaram discutir possibilidades de convênios.

Por fim, a APROSMIG também desenvolve ações em prol da regulamentação da prostituição (relação com o poder legislativo, que também foi acompanhada durante a pesquisa). Cida Vieira, como porta voz do grupo, tem dado especial atenção a este tema, acompanhando o PL Gabriela Leite (do deputado Jean Wyllys)⁴⁷. Ela também tem feito articulações com movimentos sociais nacionais e internacionais para divulgação do tema.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>. Acesso em 30 dez 2016.

Porém, ressalto que a associação precisa lidar com a “modelagem” das pautas a partir dos projetos aprovados. Normalmente, há recursos mais abundantes para ações de preservação de doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo, do que para a luta por regulamentação.

A PARTICIPAÇÃO NA GUAICURUS

Para melhor compreensão em relação aos fatores que explicam participação política das profissionais do sexo da Guaicurus é preciso, inicialmente, fazer uma breve análise do engajamento na região. Do total da amostra do *survey* realizado em parceria com a PUC Minas, 13,82% das mulheres responderam terem interesse ou participarem de algum movimento social ou político⁴⁸.

Tabela 6 - Entrevistadas interessadas ou que participam de mov. sociais/políticos

Tem interesse ou participa?	Porcentagem
Não	84,54%
Sim	13,82%
Não respondeu	1,64%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados

Para estas, foi perguntado qual movimento interessava ou em qual elas participavam⁴⁹. As respostas a esta pergunta seguiram a distribuição a seguir:

Tabela 7 - Quais movimentos que despertam interesse/participação das entrevistadas

Grupo	Porcentagem
Interesse amplo*	49%
Movimentos de Prostitutas	14,3%
Movimento LGBT	8,2%

⁴⁸ A pergunta realizada foi: Você tem interesse ou participa de algum movimento social ou político? Ressalto que a diferenciação entre movimento “social” ou “político” foi apenas prática, e não teórica. Ela foi necessária para esclarecer às entrevistadas do que se tratava.

⁴⁹ Esta pergunta não é padrão na Ciência Política, pois não permite desagregar aquelas que apenas possuem interesse e as que participam. Porém, o grupo da PUC Minas que desenvolveu o questionário é da Psicologia.

(conclusão)

Grupo	Porcentagem
Movimento de Direitos Humanos/Cidadania	6,1%
APROSMIG	4,1%
Pastoral da Mulher Marginalizada	4,1%
Movimento Feminista	2,0%
Não responderam	12,2%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. A pergunta foi aberta e feita apenas para as 42 mulheres que responderam terem algum interesse ou participarem politicamente. As respostas foram lidas e categorizadas de acordo com a semelhança entre os temas e nomes citados. Uma mulher demonstrou interesse em mais de um grupo e sua resposta gerou dados para duas categorias distintas. Assim, apesar de termos 42 entrevistadas, há 43 respostas. Destas, porém, 6 (14% das 43) foram deixadas em branco (gerando 37 respostas efetivas).

Nota: Valores aproximados.

*Interesse amplo significa que tem interesse, mas não soube especificar um tema ou grupo.

A distribuição acima vai ao encontro do perfil e da história da região. A proporção de respostas referentes ao movimento de prostitutas explica-se pelo fato da pesquisa ter sido feita exclusivamente com trabalhadoras do sexo. Já os indícios de crescente presença de mulheres trans e travestis na Guaicurus, bem como a proximidade entre a população LGBT e a prostituição (que às vezes surge como única oportunidade de trabalho), explica o fato do movimento LGBT também ter sido realçado. Ressalto que Gabriela Leite (2009), na sua biografia, contou que quando trabalhou na Guaicurus encontrou um hotel onde todas as prostitutas eram lésbicas (apesar da clientela ser masculina). Em relação ao interesse por movimentos de direitos humanos e cidadania, a presença de ONGs, principalmente de prevenção, explica este destaque. Contudo, ressalto que apenas a APROSMIG e a Pastoral foram diretamente citadas (nas demais categorias as profissionais do sexo responderam apenas áreas de atuação). Isso indica que atualmente estes dois grupos são os que mais acumulam referência na região.

A Pastoral da Mulher Marginalizada realiza ações semelhantes à da APROSMIG, no que tange a assistência às profissionais do sexo e, principalmente, distribuição de preservativos. Porém, como já abordado, enquanto a APROSMIG defende o reconhecimento da profissão, a Pastoral procura retirar as mulheres da atividade. Apesar desta diferença, os

dois grupos possuem diálogo e, inclusive, algumas ações conjuntas. Afinal, ainda que discordando da APROSMIG, a PMM possui entre seus objetivos “[...] incentivar o protagonismo das mulheres apoiando-as nas suas tomadas de decisões e organizações”⁵⁰.

Apesar da APROSMIG ser um dos grupos com maior referência na região, não são todas as mulheres que a conhecem, conforme distribuição a seguir:

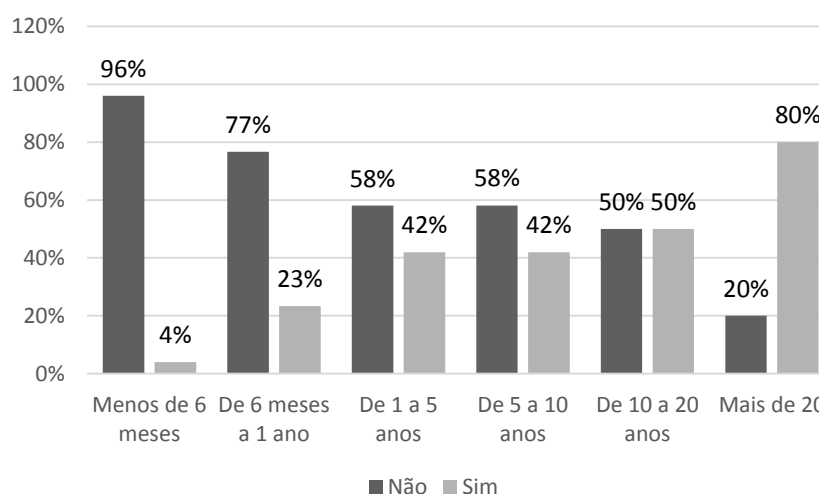
Tabela 8 - Porcentagem de prostitutas entrevistadas que conhecem a APROSMIG

Conhece a APROSMIG?	Porcentagem
Sim	38,49%
Não	61,51%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Nota: Valores aproximados.

Isso se deve ao fato da referência na APROSMIG variar de acordo com o tempo de prostituição que as mulheres possuem, bem como de trabalho nos hotéis. Como pode ser visto no gráfico a seguir, à medida que o tempo de atividade aumenta, também aumenta o número de mulheres entrevistadas que conhecem a associação:

Gráfico 1 – Prostitutas entrevistadas que conhecem a APROSMIG por tempo de profissão

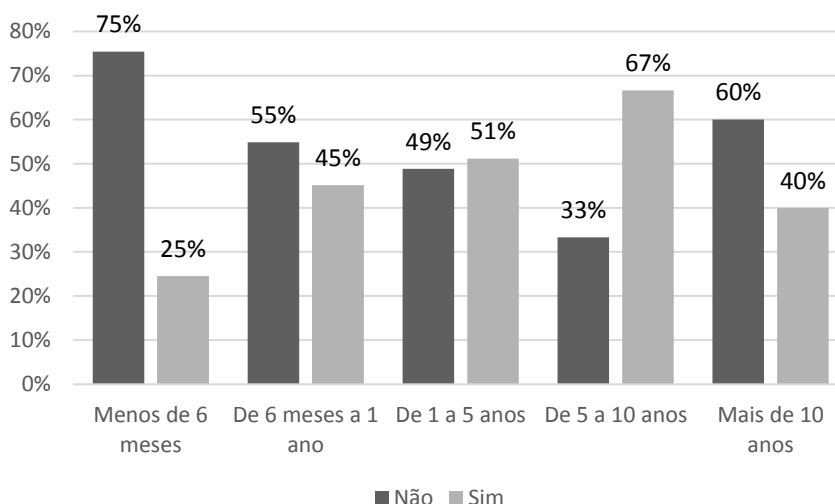


GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Nota: Valores aproximados.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.pmm.org.br/?page_id=2>. Acesso em 12 jan. 2017.

Esse padrão se repete se considerarmos o tempo de trabalho da profissional do sexo na Guaicurus, como pode ser visto a seguir:

Gráfico 2 – Prostitutas entrevistadas que conhecem a APROSMIG por tempo nos hotéis



GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. A pergunta sobre o tempo que a profissional do sexo trabalha nos hotéis, contudo, foi feita apenas para as mulheres que responderam trabalharem em hotel fixo (n=275).

Notas: Valores aproximados e não respostas foram consideradas “missing”.

Como a Guaicurus já é uma conhecida zona de prostituição, diferentes mulheres procuram os hotéis para conseguirem novos clientes (e depois passam a trabalhar em outros locais). Por causa disso, a rotatividade de profissionais do sexo é alta, o que dificulta a divulgação da APROSMIG. Entre as entrevistadas, por exemplo, 57,15% tinham menos de um ano trabalhando nos hotéis, conforme distribuição a seguir:

Tabela 9 - Tempo que as entrevistadas trabalham nos hotéis

Tempo	Porcentagem
Menos de 6 meses	32,47%
De 6 meses a 1 ano	24,68%
De 1 a 5 anos	33,33%
De 5 a 10 anos	4,76%

(conclusão)

Tempo	Porcentagem
Mais de 10 anos	2,16%
Não responderam	2,60%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. A pergunta, contudo, foi feita apenas para as mulheres que responderam trabalharem em hotel fixo (n=275).
Nota: Valores aproximados.

Considerando a alta rotatividade da região, portanto, o número de entrevistadas que conhecem a APROSMIG é alto, reforçando a referência que esta possui. Essa referência se reflete no número de associadas. Apesar de apenas 13,82% das respondentes do *survey* afirmarem ter interesse ou participar de movimentos sociais e políticos, 18,75% se declararam associadas à APROSMIG, conforme distribuição a seguir⁵¹:

Tabela 10 - Porcentagem de associadas da APROSMIG entre as entrevistadas

Associada?	Porcentagem
Sim	18,75%
Não	81,25%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.
Nota: Valores aproximados.

As entrevistadas, por serem marginalizadas, supostamente teriam menor propensão associativa (segundo a abordagem da centralidade e da escolha racional). Contudo, os dados desafiam esta suposição. Avritzer (2004), no estudo que fez sobre São Paulo, mostra que havia 19% da população da cidade em associações (10% em grupos religiosos e 9% em grupos civis). Além disso, o autor pontua que tal nível de associativismo é relativamente alto se comparado a outras regiões e que a cidade teria uma sociedade civil vigorosa pós-redemocratização. Como a porcentagem de associadas na APROSMIG (18,75%), um grupo

⁵¹ Se reduzirmos a amostra apenas para o número de mulheres que afirmaram conhecer a associação, o número aumenta para quase 49%.

político, equipara-se à porcentagem de pessoas associadas em qualquer tipo de grupo em São Paulo (civil ou religioso), o nível de associativismo da Guaicurus pode ser considerado alto.

Além disso, 57,9% das associadas vão pelo menos uma vez por mês à sede da APROSMIG, conforme distribuição a seguir:

Tabela 11 - Frequência com que associadas entrevistadas vão à APROSMIG

Frequência	Porcentagem
Diariamente	3,51%
Semanalmente	12,28%
Quinzenalmente	10,53%
Mensalmente	31,58%
Raramente	38,60%
Não responderam	3,51%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. A pergunta, contudo, foi feita apenas para as associadas (n=57).

Nota: Valores aproximados.

A maior parte das profissionais do sexo frequenta à APROSMIG visando unicamente à obtenção de camisinhas ou de serviços oferecidos. Porém, 12,28% das associadas entrevistadas dirigem-se à associação com a finalidade de conversarem com as demais ou buscarem informações sobre questões relativas à profissão. Este número é superior, por exemplo, ao apresentado por Verba (1995 apud AVRITZER, 2004), em seu estudo sobre os Estados Unidos, que mostrou que menos de 10% dos filiados a associações de fato participavam de reuniões dos grupos aos quais se vinculavam.

Tabela 12 - Finalidade com a qual as associadas entrevistadas vão à APROSMIG

Finalidade	Porcentagem
Para pegar preservativos	68,42%
Para obter os serviços oferecidos	17,54%
Para se informar sobre questões da ocupação	7,02%
Conversar com demais associadas	5,26%
Não responderam	1,75%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. A pergunta, contudo, foi feita apenas para as associadas (n=57). Além disso, esta pergunta permitia respostas múltiplas. Porém, para entender o perfil de cada associada, transformei-a em uma resposta de única escolha a partir da hierarquização das finalidades. Esta foi feita de acordo com o grau de envolvimento com o grupo que elas demonstravam. Por exemplo, conversar com as demais associadas demonstra mais envolvimento do que apenas pegar preservativos, então caso a resposta de uma única respondente envolvesse estas duas categorias, apenas a primeira foi considerada.

Nota: Valores aproximados.

Porém, nos dados do *survey*, não há relação entre o número de associadas autodeclaradas e o número de respondentes que afirmaram se interessarem ou participarem de movimentos políticos. Esta ausência de relação demonstra que muitas profissionais do sexo não consideram a vinculação delas com a APROSMIG uma atitude política, o que pode ser visto pela porcentagem de associadas entrevistadas que frequentam raramente a associação (38,51%) e que vão apenas com a finalidade de pegar camisinhas (68,42%). Estas, somadas com as demais 17,54% que frequentam a APROSMIG para apenas obterem serviços oferecidos (como atendimento psicológico e encaminhamento para posto de saúde), mostram que 85,96% das associadas da amostra buscam o grupo somente para o recebimento de assistência.

A relação entre as mulheres da Guaicurus e a associação, portanto, é também marcada pelo assistencialismo, refletindo a construção histórica que as ONGs e, em especial, a Pastoral, possuem com as profissionais do sexo. Apesar das entidades do terceiro setor realizarem, com certa frequência, “missões humanitárias” na região, nem sempre elas impulsionam ou reconhecem as prostitutas enquanto agentes. Por causa disso, essas entidades acabam por ignorar a possibilidade de participação de tais mulheres. Além do mais, destaco

que a APROSMIG também cumpre funções que normalmente são atribuídas ao Estado (devido à ausência deste). Considerando isso, é normal que as profissionais do sexo transfiram a busca por auxílio para a associação.

Contudo, devido à diferença entre o objetivo final da APROSMIG e de grupos como a Pastoral, a assistência que elas oferecem às prostitutas possui significados estratégicos distintos. Enquanto para a PMM essa assistência representa um caminho para a evangelização das trabalhadoras do sexo, para a APROSMIG representa, mas não se reduz a, um incentivo seletivo. Retomando a discussão realizada no capítulo teórico, de acordo com Olson (1999), estes tipos de incentivos são formas que as organizações políticas possuem para promover a participação dos seus membros. As ações de assistência da APROSMIG possuem a mesma intenção desses incentivos, pois buscam aproximar as profissionais do sexo para que elas participem da associação. Entretanto, essas ações não se restringem às associadas, pois elas também são parte do objetivo do grupo. Ou seja, este foi criado não só para buscar os direitos das trabalhadoras do sexo junto ao Estado, mas também para garantir o máximo de direitos possíveis, via assistência, enquanto este não atende às reivindicações.

Por fim, ressalto que a existência da contribuição financeira que as associadas fazem à APROSMIG modifica a relação entre o grupo e as prostitutas que se vinculam a ele. Apesar de existir determinado grau de assistencialismo nesta relação, a profissional do sexo escolhe contribuir financeiramente com o grupo e, tal escolha, não é motivada unicamente pelo desejo de usufruir dos serviços ofertados (já que eles são oferecidos para associadas e não associadas). Há, por trás da contribuição, uma preocupação real em manter a associação. Assim, a relação entre a APROSMIG e as associadas, portanto, é complexa. Ela contém tanto elementos assistencialistas quanto elementos que representam real engajamento das integrantes



TODA
PROSTITUTA
É UMA .
MULHER
CHEIA DE
SONHOS E
HISTÓRIAS.

• PARA
• CONTAR



•

O QUE IMPACTA A PARTICIPAÇÃO

O status social, o acesso a recursos (renda e tempo), a escolaridade, a identidade coletiva, as redes e as instituições participativas, conforme a literatura, foram os seis fatores identificados que impactam a participação na Guaicurus. Tais fatores interagem entre si, não só para motivarem ou desmotivarem o engajamento, mas também para modificarem a intensidade e o espaço na qual ele ocorre. Essa interação, inclusive, altera o próprio entendimento que as prostitutas possuem sobre participação. Cecília⁵², por exemplo, que chegou a cursar o ensino superior durante sua juventude⁵³, a define como mobilizações/articulações que buscam políticas públicas em prol do desenvolvimento das classes vulneráveis. Já Fernanda, que tem só o ensino médio, entende a participação como a atuação na comunidade e em prol desta.

Ambas entrevistadas são lideranças da APROSMIG e possuem quase o mesmo tempo de ativismo. Entretanto, como será visto adiante, enquanto a primeira não só entende, mas foca sua militância no fortalecimento das profissionais do sexo através do acesso às políticas públicas, considerando as diferentes possibilidades que a interação da escolaridade com os demais fatores explicativos citados permite, a segunda prioriza a transformação da Guaicurus por ações que ela mesma possa realizar. A fim de alcançar melhor compreensão sobre como tais fatores impactam a participação, então, será feita uma análise dos mecanismos causais entre eles e o fenômeno político que se quer explicar.

ENTENDENDO A NÃO PARTICIPAÇÃO

STATUS SOCIAL

O status social das trabalhadoras do sexo foi o inibidor da participação que mais apareceu nos dados empíricos. Ele produz, nestas mulheres, o medo de se exporem publicamente e, com isso, as afasta da política. A relação entre tais fatores (medo, status e política) não é novidade. Hobbes (1999), na obra *Leviatã*, já dizia que o contrato social que suscita a sociedade civil é embasado no medo do estado de natureza. O homem, para o autor,

⁵² Nome fictício, entrevista número 3.

⁵³ Ela não concluiu o curso.

é um ser movido pelas paixões, que consistem em movimentos básicos da vida. Entre estas paixões estariam a cobiça, o ódio e a inveja, impulsionadoras da violência e da dominação de homens por outros homens. Além disso, para Hobbes, no estado de natureza, a ausência de uma força que obrigue o controle destas paixões faria a guerra se tornar uma constante e, atemorizado com essa situação, o homem criaria o Estado. Este, através da espada, faria com que as leis fossem respeitadas e, portanto, impediria a destruição da humanidade. Logo, segundo o autor, “[...] o fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita” (HOBBS, 1999, p. 59). Na lógica hobbesiana, portanto, o medo é essencial para a criação do Estado. Além disso, o temor diante da punição existente no caso de desobediência à lei faria com que os indivíduos respeitassem o contrato estabelecido. Consequentemente, a manutenção do Estado, ou seja, a política ao seu redor, também se daria pelo medo⁵⁴.

Hobbes, porém, ignora que o contrato social também é um contrato sexual (PATEMAN, 1995). Antes da criação do Estado já havia o pacto do casamento, que dava aos homens livre acesso aos corpos das esposas e as subordinava. Logo, este pacto rebaixava o status das mulheres, de forma que elas não eram consideradas como indivíduos livres e, como o contrato social era feito somente entre estes, as mulheres eram excluídas dele. Isso não significa, contudo, que elas permanecessem no estado de natureza. Pelo contrário, o contrato social permite a manutenção da dominação masculina por meio da dicotomia entre a esfera privada e a esfera pública. Ou seja, as mulheres foram incorporadas à sociedade civil dominadas no âmbito privado e excluídas do público (e, consequentemente, da política). Além disso, para a manutenção da dominação masculina, criou-se o mito de que tais esferas seriam opostas. Porém, elas adquirem significado somente através da relação que possuem, já que o indivíduo livre da esfera pública é classificado como tal a partir da sujeição da mulher na esfera privada. O medo, portanto, só se tornaria motivador do Estado e da política para os

⁵⁴ Ressalto que, para Hobbes, o medo também pode ser uma fonte do crime. Caso alguém seja atacado, por medo da morte física, ele provavelmente irá se defender sem esperar que a lei venha ao seu socorro. Ainda assim, para o autor, “[...] de todas as paixões, a que menos faz os homens tenderem a violar as leis é o medo” (HOBBS, 1999, p. 101).

homens. Já as mulheres, que são repreendidas quando buscam ocupar a esfera pública, têm o medo como fator de sua exclusão (PATEMAN, 1995; ROBERTS, 1998)⁵⁵.

A repreensão às mulheres que acessam a esfera pública se manifesta especialmente sobre as profissionais do sexo, pois, ao romperem o contrato do casamento, tais trabalhadoras desafiam o sistema patriarcal. Não é em vão, portanto, que a própria circulação das prostitutas na rua fosse coibida, como ocorreu, no início do século XX, através da Delegacia de Jogos e Costumes na Guaicurus, como abordado no capítulo anterior (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004; CAVOUR, 2011; PERREIRA, 2012; BARRETO, 2015).

Atualmente, a perseguição às prostitutas é tal que quase metade das respondentes do *survey* já foram vítimas de alguma violência referente à profissão, conforme distribuição a seguir:

Tabela 13 - Mulheres entrevistadas que foram violentadas devido à profissão

Sofreu violência?	Porcentagem
Não	50,66%
Sim	47,37%
Não responderam	1,97%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016.

Nota: Valores aproximados.

Além disso, 43,57% das agressões ocorreram em locais públicos fora das zonas de prostituição (ou seja, fora do trabalho e do programa). Algumas mulheres da Guaicurus, inclusive, possuem medo de saírem na rua e serem reconhecidas e violentadas. Uma das entrevistadas, por exemplo, relatou que um homem dentro de um ônibus a identificou e a discriminou. Ironicamente, portanto, a perseguição às “mulheres públicas” faz com que elas tenham medo e se ausentem da esfera pública.

⁵⁵ Pateman (1995) alega que a prostituição é uma forma capitalista de garantir o contrato sexual, dando acesso aos corpos através da mercantilização deles (ao invés do casamento). Porém, Roberts (1998) demonstra que o advento da prostituição moderna, mercantilizada, é simultâneo à resistência à imposição da família burguesa, de forma que ela também era um espaço de resistência ao processo de controle das mulheres.

Tabela 14 - Locais citados pelas entrevistadas nos quais ocorreram casos de violência

Local	Porcentagem
No próprio programa (cliente)	29,70%
No bairro/vizinhança	12,38%
Na própria família	11,88%
No trabalho (colegas)	11,38%
No círculo de amizade	6,93%
Na rua/locais públicos	6,44%
No trabalho (gerência/funcionários dos hotéis)	5,45%
Instituições religiosas	2,97%
Nos serviços públicos utilizados*	2,97%
Outros	3,47%
Não responderam	6,44%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Porém, a pergunta foi feita apenas para as mulheres que responderam terem sofrido alguma violência (144), e foi de múltipla escolha, o que gerou 202 respostas.

Nota: Valores aproximados.

*Locais públicos de atendimento ao público, como postos de saúde, CRAS, Prefeitura, etc.

Destaco que, na tabela anterior, o somatório das porcentagens de “na própria família”; “no círculo de amizade” e “no bairro/vizinhança” alcançam o valor de 31,19%, número superior à porcentagem de citações que “no próprio programa (cliente)” recebeu (que é de 29,70%). Dessa forma, há praticamente igual probabilidade das entrevistadas terem sido violentadas, devido à profissão, por pessoas do cotidiano pessoal (familiares, amigos e vizinhos) e por clientes⁵⁶. Durante esta pesquisa, por exemplo, ouvi relatos de prostitutas que foram estupradas pelos companheiros quando estes descobriram que elas vendiam serviços sexuais. Logo, a violência que cerca a prostituição não está restrita à atividade em si, ou seja,

⁵⁶ Ressalto que um dos argumentos populares contrários à regulamentação da prostituição é que esta atividade permitiria o livre acesso ao corpo das mulheres e, por isso, poderia aumentar os casos de violência. Contudo, os dados desta pesquisa mostram o contrário: a probabilidade de as prostitutas serem violentadas por pessoas próximas a elas é maior do que por aqueles que compram serviços sexuais.

não são apenas aqueles que a acessam os potenciais agressores. O status social que as trabalhadoras do sexo possuem faz com que toda a sociedade se ache no direito de puni-las, pois, além de serem consideradas pessoas de menor estima, elas são vistas como transgressoras das normas.

O medo desta “punição”, portanto, afasta as prostitutas de atividades públicas, principalmente nas quais possam ganhar destaque. Logo, elas também se afastam de atividades políticas. Tal fato é exemplificado no relato de Barreto (2008) sobre a presença das profissionais do sexo em uma audiência pública contra o programa Centro Vivo (que causaria o fechamento dos hotéis da Guaicurus). A autora destacou que a maioria das mulheres que compareceram ao evento escondia o rosto com um capuz, a fim de não serem reconhecidas. Assim, por mais que elas fossem diretamente afetadas com o programa, a participação delas estava condicionada à necessidade de se protegerem da exposição pública.

O medo também motiva a aceitação do não reconhecimento da cidadania. No *survey* aplicado em parceria com a PUC Minas, por exemplo, o receio da exposição pública aparece como o mais citado entre os motivos pelos quais algumas prostitutas são contrárias à regulamentação da profissão, conforme exposto a seguir:

Tabela 15 – Motivos citados pelas entrevistadas contrárias à regulamentação da prostituição

Motivo	Porcentagem
Medo de ser exposta	35,34%
Não acha certa a prostituição	13,79%
Acha que vai piorar condições trabalhistas/terá de pagar impostos	8,62%
Está satisfeita com a situação atual	8,62%
Sairá da profissão em breve	4,31%
Acha que será ineficiente	3,45%
Outros	6,90%
Não responderam	18,97%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Porém, a pergunta foi feita apenas para as mulheres que responderam serem contrárias à regulamentação (n=116).

Nota: Valores aproximados.

O atual PL tramitando no Congresso Nacional pela regulamentação da prostituição, o Projeto Gabriela Leite, estabelece que as pessoas que trabalham com a venda de serviços sexuais poderão se estabelecer como trabalhadoras autônomas (como os microempreendedores) ou através de cooperativas⁵⁷. Em nenhuma dessas duas opções está a figura de um “patrão” que assinará a carteira de trabalho. Porém, a falta de informação sobre o conteúdo do projeto de lei faz com que diversas profissionais do sexo acreditem que a regulamentação implicará na contratação delas pelos donos dos hotéis e, portanto, na assinatura de suas carteiras como prostitutas. Caso isso ocorresse, seria mais árduo esconder a profissão da família e de amigos. Além disso, dificilmente as prostitutas conseguiriam ter acesso ao mercado de trabalho tradicional, considerando que a discriminação é um empecilho para a contratação de uma mulher que trabalha ou já trabalhou com a venda de serviços sexuais. Logo, em virtude do medo das sequelas oriundas de uma suposta exposição da profissão, muitas profissionais do sexo aceitam a marginalidade da prostituição no que tange aos direitos trabalhistas e, por consequência, ao reconhecimento delas enquanto cidadãs.

Além do medo, o status social das prostitutas é permeado tão fortemente pelo estigma que estas mulheres são levadas a internalizarem os preceitos da putafobia. Uma evidência deste processo é encontrada na tabela anterior. Nela, o segundo motivo mais citado contra a regulamentação da prostituição, pelas próprias trabalhadoras do sexo, é a ausência de concordância com a atividade, ou seja, a internalização da crença de que a profissão não é digna de ser reconhecida pelo Estado.

Um exemplo disso encontra-se em uma das entrevistas realizadas. O tema das questões referia-se à regulamentação e, quando perguntei a opinião da respondente sobre este ponto, imediatamente ela afirmou que a prostituição era uma atividade pecaminosa. De acordo com esta trabalhadora do sexo, a venda de serviços sexuais deveria ser tolerada porque controlava os instintos dos homens (ela me contou que recebia muitos clientes que buscavam extravasar desejos “proibidos”, como fazer sexo com a irmã ou estuprar alguém). Contudo, reconhecer amplamente a prostituição seria errôneo pelo fato desta ser uma prática suja. Perguntei, então, como ela se sentia em relação a isso. A entrevistada abaixou a cabeça e, timidamente, justificou-se dizendo que estava ali apenas porque precisava de dinheiro. Nesse caso, percebo claramente a internalização do discurso da igreja. No final da Idade Média, à medida que crescia a Santa Inquisição, também ganhava força o argumento de que o prazer

⁵⁷ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>. Acesso em 11 jan. 2017.

sexual era associado a práticas demoníacas. Conseqüentemente, “[...] a mulher de vida sexual duvidosa [como a prostituta] poderia ser facilmente condenada por bruxaria” (GUGIK, 2001, p. 27). A trabalhadora do sexo, portanto, era considerada imoral, suja, depravada e pecadora. Ainda hoje, tal discurso é extremamente comum, a ponto do Dep. Philemon Rodrigues (PTB), por exemplo, afirmar na Câmara dos Deputados que “[...] o mais antigo pecado contra Deus é a prostituição”⁵⁸.

Ainda para exemplificar este ponto, ressalto que apesar das perguntas quantitativas do *survey* não conseguirem captar com precisão a visão que as mulheres possuem de si em relação à atividade, a internalização dos preceitos da putafobia é tal que nas perguntas abertas surgiram respostas como:

Não fico com a consciência tranquila [por ser prostituta]
Não é dinheiro digno, é sujo.
Ser prostituta não é trabalho.
A prostituição não é uma boa profissão, não é algo direito.
Para mim isto aqui não é um trabalho honesto. Eu nem posso dizer que isto aqui é um trabalho.
Cabeleireira é um trabalho honesto. Esse aqui não é.
É feio e não é certo.

Essa internalização se relaciona com a participação à medida que desmotiva o engajamento das trabalhadoras do sexo na luta por direitos. O estigma que cerca o status social das prostitutas as faz crer que não merecem a cidadania e que o sofrimento oriundo da discriminação é uma punição natural por elas terem se submetido a “uma prática pecaminosa e errônea”. Assim, além de submetê-las à violência física, a putafobia reduz a autoestima das trabalhadoras do sexo de tal maneira que as desmobiliza politicamente.

Ciente deste problema, a APROSMIG promove ações para melhorar a autoestima das profissionais do sexo. Entre estas ações, se destaca o Miss Prostituta. Este evento consiste no reconhecimento e na premiação de mulheres que vendem serviços sexuais, por suas diversas qualidades. Na edição de 2014, por exemplo, além da categoria Miss Prostituta, existiram as

⁵⁸ Discurso proferido no dia 15 de maio de 2003. Disponível em:

<<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=080.1.52.O&nuQuarto=40&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:20&sgFaseSessao=PE&Data=15/05/2003&txApelido=PHILEMON%20RODRIGUES,%20PTB-PB>>. Acesso em 05 fev. 2017.

categorias Miss Favela, Miss Pantera Trans e o Mister Boy e os vencedores ganharam prêmios em dinheiro⁵⁹.

Ainda para o combate à internalização da putafobia, a APROSMIG busca ressignificar o termo *puta*. Ao referir-se a uma mulher, este ganha caráter pejorativo. Porém, quando utilizado para referir-se um homem (ou substantivo masculino), o seu significado torna-se algo semelhante a *grande* ou *extraordinário* (por exemplo, “puta advogado” ou “puta assessor”). Por causa disto, a APROSMIG passou a definir puta como “ser imensa, enorme, de dimensão não ignorável, independente da atividade que realiza⁶⁰”. O Museu do Sexo das Putas, ação da associação, é um exemplo desta tentativa de ressignificação, pois, por trás da escolha do nome, está a ideia de que o museu é composto por mulheres extraordinárias.

Ressalto que a ressignificação do termo *puta* não é uma estratégia exclusiva da APROSMIG. A ONG Davida, por exemplo, organizada por prostitutas do Rio de Janeiro, gerencia a grife Daspu⁶¹. O nome é uma brincadeira com a grife de luxo Daslu e significa “Das putas”. Novamente, portanto, se vê a promoção da ideia de que puta não é algo ruim. Além disso, Gabriela Leite, no documentário *Um Beijo para Gabriela* (2013) afirma que “[...] se toda puta não vivesse com tanto estigma nas suas cabeças, elas usariam [a palavra]” (UM BEIJO apud LENZ, 2014). Além disso, para a ativista, este uso seria essencial para vencer o preconceito (IDEM, IBIDEM).

Ressalto, também, que a luta das prostitutas contra a internalização do preconceito é semelhante à que o movimento negro travou. A teoria pseudocientífica da eugenia e do melhoramento da raça, somada com a ideologia do branqueamento, levou a população negra a se ver, no Brasil, como inferior à branca. Ser “negro” era algo tão ruim que estes desejavam ser brancos ou, pelo menos, “pardos” (quanto mais perto do branco, mais se ascenderia na “escala” da evolução humana) (NASCIMENTO, 2006 [1976]; NASCIMENTO, 2007 [1977]; GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2006 [1990]; CARNEIRO, 1995; CARNEIRO, 2011). O impacto do racismo sobre a população negra foi tal que a incorporação deste promoveu um aumento da depressão entre a negritude, bem como o ódio ao próprio corpo (que a levava à tentativa de parecer com a branquitude alisando o cabelo, colocando prendedores no nariz para afiná-los, usando maquiagem para clarear a pele etc.) (SANTOS, 1985). Além disso, o termo *negro* era pejorativo, de forma que as pessoas se referiam a si mesmas como *pessoas de*

⁵⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/09/concurso-em-belo-horizonte-elege-miss-prostituta.html>>. Acesso em 03 jan. 2016.

⁶⁰ Descrição presente na cartilha “Prostitutas contra a violência”, produzida pela APROSMIG (2017).

⁶¹ Disponível em: <<http://daspu.com.br/>>. Acesso em 01 jan. 2016.

cor. Esse cenário só veio a se modificar com as ações do movimento negro da década de 80. A estratégia utilizada neste período (e atualmente) consistia na ressignificação e reivindicação dos termos *negro* e *preto* e tinha como objetivo auxiliar na formação de identidade coletiva e na mobilização política (DOMINGUES, 2003; CARNEIRO, 2011; ROCHA, 2014).

A semelhança entre a luta da população negra e a das prostitutas relaciona-se com o fato de ambos os grupos terem sido definidos como inferiores na escala de evolução humana. Enquanto o colonialismo somado ao darwinismo tratava povos racializados como “macacos desenvolvidos”, as profissionais do sexo foram consideradas seres subdesenvolvidos. Características físicas, como o tamanho das vulvas, dos seios e quadris, bem como características psicológicas, foram analisadas pela “ciência” na busca pelos motivos que levavam estas mulheres a serem incapazes de “se comportarem de maneira civilizada” (DINIZ, 2009; RODRIGUES, 2009; ROBERTS, 1998). Por causa disso, não é de se estranhar que parte do impacto da putafobia sobre as trabalhadoras do sexo seja a internalização de um sentimento de inferioridade, assim como o racismo impacta a população negra. Além disso, também não é de estranhar que os dois movimentos tenham estratégias semelhantes.

Por fim, entre as entrevistadas que responderam ter alguma dificuldade no exercício da prostituição (48,03%)⁶², as barreiras mais citadas foram:

Tabela 16 - Dificuldades citadas pelas respondentes para o exercício da prostituição

Dificuldade	Porcentagem
Preconceito e estigma social	26,67%
Ter que levar uma vida dupla	15,67%
Vulnerabilidade social	15,33%
Não aceitar/conviver bem com o que faz	10%
Solidão	9%
Falta de direitos trabalhistas	8%
Condições ruins dos hotéis	7,67%
Dificuldade com os clientes	2%

⁶² 48,36% responderam não encontrarem nenhuma dificuldade e 3,62% não responderam.

Dificuldade	Porcentagem
Cansaço	1,67%
Outros	3%
Não responderam	1%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Porém, a pergunta foi feita apenas para quem respondeu sentir alguma dificuldade e era de múltipla escolha (n=300).
Nota: Valores aproximados.

A análise sobre estas dificuldades reforça o dito até aqui, além de auxiliar a sintetizar este tópico. Considerando que as categorias “preconceito e estigma social” e “vulnerabilidade social” se referem ao próprio status, se as retirarmos, as outras duas categorias mais citadas são “ter que levar uma vida dupla” e “não aceitar/conviver bem com o que faz”. A primeira se refere ao medo da exposição (no capítulo anterior foi abordado que as profissionais do sexo escondem sua identidade para fugirem da discriminação), que faz com que as mulheres evitem espaços e atividades públicas e, com isso, a participação política. A segunda se refere à internalização da putafobia, que promove a crença de que as prostitutas não são dignas de direitos e, portanto, não devem participar da conquista dos mesmos.

RECURSOS

O acesso a recursos também possui impacto negativo sobre a participação das profissionais do sexo. Porém, enquanto o status inibe o engajamento, este fator apenas reduz a intensidade na qual ele ocorre, pois diminui a autonomia que elas possuem. Marx e Engels (2007) já diziam que “[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, [é] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX e ENGELS, 2007, p. 32-33). Logo, da obra deles pode-se compreender que a autonomia para agir, participar e “fazer história” é precedida pela garantia de condições materiais mínimas para a sobrevivência. Ainda, segundo os autores, estas condições se constroem e se modificam nos

diferentes momentos históricos, levando à criação de diferentes relações sociais de produção e, na modernidade capitalista, consubstanciando relações marcadas pelo trabalho assalariado: sem ter acesso aos meios de produção e necessitando suprir as condições mínimas de vida, o trabalhador venderia a sua força de trabalho. O atual sistema produtivo, portanto, depara-se com uma contradição: à medida que o trabalhador precisa garantir sua sobrevivência para exercer sua autonomia, ele precisa submeter-se à classe burguesa e, portanto, perde o poder que tem sobre si. Nesta contradição reside a dominação capitalista.

As prostitutas resistem a essa dominação ao se recusarem a ocuparem os empregos impostos pelo sistema capitalista para pessoas com o perfil delas (majoritariamente mulheres, negras, periféricas e de baixa escolaridade). Elas se recusam, portanto, a venderem a sua força de trabalho para a classe burguesa e, com isso, perderem sua autonomia. Contudo, as trabalhadoras do sexo não conseguem romper com a base desta dominação, pois ainda precisam participar do mercado para garantirem a conquista de condições materiais mínimas. Logo, apesar de possuírem mais autonomia individual do que o assalariado, esta autonomia ainda é limitada pelas necessidades naturais (ROBERTS, 1998).

Na Guaicurus, este limite expressa-se na relação entre renda e tempo. Quanto maior a quantidade de horas que a prostituta se ocupa da sua profissão, maior a probabilidade dela conseguir clientes e, por consequência, a renda obtida. Por causa disso, as jornadas de trabalho costumam ser intensas (apesar de flexíveis, devido à ausência da figura do patrão), limitando o tempo disponível para a participação política. Reforço que a Guaicurus é um espaço para programas rápidos. Como dito no capítulo anterior, eles variam entre 5 e 10 minutos. Além disso, a região, como um todo, possui uma dinâmica acelerada. Como o lugar é cercado por shoppings populares e fica ao lado da rodoviária, muitos homens sobem nos hotéis enquanto o ônibus que estão esperando não chega, no intervalo do trabalho ou de alguma compra. Assim, a Guaicurus dá literalidade à expressão “cada minuto conta”.

Porém, o acesso a recursos não está entre os principais obstáculos à participação. De acordo com os dados do *survey*, por exemplo, a falta de tempo representa apenas 6,02% das respostas sobre o motivo pelo qual as profissionais do sexo, independentemente de serem associadas, não vão aos eventos da APROSMIG, conforme expresso a seguir:

Tabela 17 - Por que as entrevistadas não frequentam os eventos da APROSMIG?

Local	Porcentagem
Não conhece	51,88%
Não tem interesse	23,31%
Medo da exposição	9,77%
Falta de tempo	6,02%
Migração*	5,26%
Outros	3,76%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Porém, a pergunta foi feita apenas para quem respondeu não ir aos eventos (n=133).

Notas: Valores aproximados.

*Não estão em Belo Horizonte quando os eventos ocorrem, moram em outro estado.

Caso a dificuldade de acessar recursos fosse um dos maiores empecilhos à participação, considerando a relação entre renda e tempo já estabelecida, a expectativa era de que tal categoria fosse mais expressiva. Porém, como esta expectativa não foi alcançada, podemos concluir que, apesar de afetar a intensidade da participação, o acesso a recursos não a inibe e não é determinante sobre ela. Além disso, as lideranças da APROSMIG enfrentam o mesmo dilema de tempo/trabalho/renda que as demais prostitutas e, ainda assim, participam politicamente.

ESCOLARIDADE

Tal como abordado no início deste capítulo, a escolaridade impacta negativamente a participação, limitando os espaços nos quais ela ocorre: as profissionais do sexo com mais anos de estudo possuem acesso facilitado aos espaços institucionalizados, enquanto aquelas com pouca escolaridade focam em ações que se restringem à própria comunidade. A compreensão sobre como esse impacto ocorre demanda, inicialmente, a análise de dois processos que envolvem a institucionalização do conhecimento tido como válido. O primeiro refere-se à construção de uma perspectiva epistêmica que exclui as mulheres e os povos racializados explorados no período colonial (negros e indígenas) do campo de produção do

saber. O segundo relaciona-se com a exclusão das mulheres, população negra, indígena e periférica das universidades (HARDING, 1993 [1992]; CODE, 1993; HARAWAY, 2009 [1995]; NARAYAN, 1997; FARGANIS, 1997; ANDERSON, 2000; COLLINS, 1998; COLLINS, 2002).

O feminismo aponta que o desenvolvimento da ciência neo(positivista) foi acompanhado da valorização da racionalidade. Porém, durante este período, a mulher foi considerada uma pessoa necessariamente irracional e emotiva. Dessa forma, ela não seria capaz de produzir ciência ou saber (LONGINO, 1993; NARAYAN, 1997; SARDENBERG, 2007). A ciência neo(positivista) também atribui ao conhecimento gerado pelas comunidades negras e indígenas o status de superstição, promovendo o epistemicídio das formas de produção de saber desses povos. Esta atribuição estava em consonância com o racismo científico, que ao considerá-los menores na escala darwinista de evolução humana, os rotulava como intelectualmente incapazes (CURIEL, 2007; GONZÁLEZ e RENGIFO, 2009; ESCOBAR, 2010; QUIJANO, 2014).

A institucionalização da produção científica nas universidades, acompanhada da exclusão das mulheres, população negra, indígena e periférica destes espaços, transformou o ambiente acadêmico em lugar dominado por homens, burgueses e brancos que tem por excelência a ciência neo(positivista). Com isso, o epistemicídio foi fortalecido através da valorização do saber técnico sobre os saberes locais. O resultado deste processo, por consequência, se manifesta na discriminação das pessoas com base no acesso que elas tiveram ao meio acadêmico: aquelas que chegaram a ocupar este espaço passam a ser vista como capazes e as que foram excluídas são tidas como desqualificadas (COLLINS, 1998; COLLINS, 2002). Saliento, contudo, que os grupos sociais explorados, mesmo quando alcançam a universidade, ainda não conseguem se equiparar aos dominantes. Embora o nível de discriminação com base na escolaridade seja menor (em comparação com aqueles que não tiveram este acesso), eles ainda são vistos como inábeis. Isso porque o mito da incapacidade inata dos mesmos também foi reforçado pelo epistemicídio dos saberes locais (CALDWELL, 2010; CARDOSO, 2013).

Esta discriminação reflete-se sobre as profissionais do sexo, que são, majoritariamente, mulheres, de baixa escolaridade e negras. Por causa disso, elas não são vistas como pessoas hábeis para ocuparem espaços em instituições estatais e gerenciarem grandes projetos e ações. Um exemplo deste processo encontra-se em uma das entrevistas

semiestruturadas. Cecília⁶³, uma das lideranças da APROSMIG, idealizou, escreveu e teve um projeto de grande porte aprovado para a associação. Esse projeto contava com a presença de universitários, mas, como é de praxe no grupo, tinha sua coordenação centralizada nas prostitutas. A entrevistada relatou, todavia, que diversas vezes foi desrespeitada enquanto coordenadora do projeto, a ponto de precisar substituir a equipe que o compunha. Quando ela anunciou a substituição, um dos “parceiros” se levantou, agressivamente, e disse que o projeto afundaria porque “puta não teria capacidade para gerir algo daquele porte”. Aqui, portanto, a discriminação abordada neste tópico é claramente percebida.

Além disso, com o objetivo de minimizar essa discriminação, para as reuniões com agentes governamentais, as lideranças da APROSMIG convocam apoiadores de universidades. Pude acompanhar algumas dessas reuniões durante o período de pesquisa e percebi, nesses espaços, que a presença do “corpo técnico” auxilia a dar peso à fala das profissionais do sexo, mesmo quando o grupo de apoiadores não tem o mesmo nível de conhecimento sobre a Guaicurus do que as mulheres da associação. Isso ocorre porque a fala dos universitários é tida como mais séria e válida do que a das prostitutas (mesmo que estas estejam na academia).

Todavia, o fato da maioria das lideranças da associação possuírem no máximo o ensino médio e, ainda assim, participarem, mostra que a escolaridade não se tornou uma barreira para que elas se tornassem ativistas políticas. Assim, apesar deste fator impactar a participação, tal como ocorre com os recursos, ele não chegou a inibi-la.

ENTENDENDO A PARTICIPAÇÃO

REDES

As redes foram os fatores explicativos da participação que mais se destacaram nos dados empíricos. Elas foram citadas por todas as entrevistadas como importantes para o início do engajamento e para sua manutenção. Os mecanismos que ligam as redes com a participação, porém, são diversos e, por vezes, opostos, assim como a literatura sobre este ponto prediz. Mische (2011), por exemplo, afirma que há três análises distintas sobre tais mecanismos. A primeira, chamada de incubadora, “[...] foca no intenso comprometimento e

⁶³ Nome fictício, entrevistada número 3.

solidariedade gerada pela alocação do indivíduo dentro de redes particulares ou enclaves” (MISCHE, 2011, p. 86, tradução própria). Ou seja, segundo tal análise, a identidade, lealdade e solidariedade produzida em determinados espaços cotidianos, como a vizinhança, pode se transpor para a mobilização política. A segunda análise, chamada de *catnet*, foca na construção da identidade por meio de mudanças nas redes. A autora exemplifica tal pensamento através do trabalho de Gould (1995 apud MISCHE, 2011), que mostra como identidades participativas foram criadas em Paris, no século XIX, a partir de mudanças nas redes individuais ocasionadas pela migração populacional para a comunidade urbana. A terceira análise destacada por Mische foca “[...] nas intersecções, ou pontes [entre diferentes grupos sociais], que criam recursos culturais, contribuindo para o status, mobilidade, construção de coalizações e inovações culturais” (IDEM, IBIDEM). Assim, esta análise prioriza o intercâmbio entre diferentes redes de relacionamento enquanto a primeira enfatiza as conexões presentes dentro de um grupo isolado de pessoas. Nesta pesquisa, a primeira e a última análise foram as que mais tiveram poder explicativo sobre a participação, apesar delas frequentemente serem catalogadas como opostas. Por isso, neste tópico, a relação entre a participação e as redes será apresentada a partir do grau de afastamento e conexão que as prostitutas possuem com os demais grupos.

Devido à putafobia, as trabalhadoras do sexo sofrem com forte isolamento social: ou elas vivem uma vida dupla (e enfrentam sozinhas as dificuldades relacionadas à atividade) ou correm o risco de se exporem e perderem familiares e amigos. A dificuldade de manter laços pessoais pode ser exemplificada pelo número de mulheres solteiras, divorciadas e viúvas (sem viverem em união estável). Na Guaicurus, esta proporção é igual a 86,52%, enquanto a proporção nacional é de 38,97%⁶⁴.

O binarismo entre mulheres boas/castas e ruins/putas explica a discrepância entre estes números. Esse binarismo faz ser aceitável “comer” uma prostituta, mas inimaginável namorar uma (ROBERTS, 1998; FREDERICI, 2004, LEITE; 2009). A ilustração disso pode ser vista no relato de Cíntia⁶⁵. Esta trabalhadora do sexo me contou que, diante da dificuldade de gerenciar uma vida dupla, estava se preparando para revelar ao namorado qual profissão exercia. Contudo, ela temia a reação do companheiro e acreditava que, provavelmente, ele terminaria o relacionamento. Para tentar evitar isto, Cíntia buscava conversar com o parceiro sobre a prostituição, pois sabia que ele era frequentador da zona paulista (cidade na qual ela

⁶⁴ PNAD 2015, considerando a faixa etária de 18 a 70 anos, que é a utilizada no *survey* da PUC Minas.

⁶⁵ Nome fictício. Entrevistada durante aplicação do *survey*.

morava) e que tinha perdido sua virgindade com uma prostituta. Estas conversas tinham como finalidade, de acordo com ela, normalizar a ideia de namorar uma trabalhadora do sexo, ou seja, romper com o binarismo que aloca as mulheres que vendem serviços sexuais como imprestáveis para relacionamentos sérios.

Além disso, o isolamento que as prostitutas vivenciam é tal que, no *survey* aplicado, as consequências de ter que levar uma vida dupla foram apontadas como o segundo maior empecilho para o exercício da profissão. Ademais, a solidão foi mais citada como obstáculo do que a condição dos hotéis. Os cômodos destes, majoritariamente, parecem caixotes com uma cama: cubículos sem janela, luminosidade, ventilação ou banheiro (alguns possuem, no máximo, uma pia). Ainda, as mulheres que migram periodicamente para a Guaicurus e dormem nos hotéis precisam se dividir em um ou dois banheiros coletivos. Considerando isto, a expectativa anterior à pesquisa era de que as condições dos hotéis carregassem mais destaque do que a solidão. Contudo, o fato dos dados mostrarem o contrário ilustra o forte impacto do isolamento social que as profissionais do sexo vivem.

Tabela 18 – Empecilhos citados pelas respondentes para exercício da profissão

Empecilho	Porcentagem
Preconceito e estigma social	26,67%
Ter que levar uma vida dupla	15,67%
Vulnerabilidade social	15,33%
Não aceitar/conviver bem com o que faz	10%
Solidão	9%
Falta de direitos trabalhistas	8%
Condições dos hotéis	7,67%
Dificuldade em lidar com os clientes	2%
Cansaço	1,67%

(conclusão)

Empecilho	Porcentagem
Outros	3%
Não responderam	1%
Total	100%

GÓES, Juliana. Pesquisa realizada com 304 profissionais do sexo da Guaicurus durante o ano de 2016. Porém, a pergunta foi feita apenas para quem respondeu sentir alguma dificuldade de exercer uma profissão e foi de múltipla escolha (n=300).

Nota: Valores aproximados.

Todavia, por causa desse isolamento, as trabalhadoras do sexo criam redes de solidariedade com o objetivo de superarem problemas cotidianos, como pode ser visto na seguinte fala de Maria:

Quando eu trabalhava nos hotéis eu sempre procurava fazer amizades. Já até levei meninas dos hotéis para ir à minha casa, passar o fim de semana. E não me arrependi, elas respeitaram lá em casa, e tudo. Essa aqui [aponta para uma menina], conheço ela há muitos anos, e nós nunca brigamos, né? Eu já fiz muitas amizades, é bom fazer amizade. Porque nos hotéis a gente não pode ficar sozinha não. Pois, se acontecer alguma coisa, a gente grita e quem escuta? As amigas (informação verbal)⁶⁶.

Quando a entrevistada diz que as amigas são as pessoas que a socorrem caso ela grite, Maria descreve situações cotidianas da região. Se algum cliente rouba uma prostituta ou tenta violentá-la e esta pede ajuda, normalmente, quem a acode são as mulheres que ficam nos quartos ao lado, mesmo que elas não sejam pessoas íntimas ou de convivência diária⁶⁷. Tal articulação solidária, portanto, é a forma como as prostitutas resistem à falta de segurança no ambiente de trabalho.

Ressalto que, na Guaicurus, atualmente, os donos dos hotéis contratam seguranças para proteção das trabalhadoras que lá estão (uma reivindicação da APROSMIG). Entretanto,

⁶⁶ MARIA. Entrevistada número 1. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016. O texto original encontra-se no apêndice metodológico.

⁶⁷ Devido à oferta de serviços sexuais ser alta, uma profissional do sexo acaba sendo concorrente da outra, o que dificulta o relacionamento entre elas. Além disso, na pergunta do *survey* sobre em qual local as mulheres sofriam violências relacionadas à prostituição, 11,38% das respostas se referiam a problemas que ocorreram entre as próprias prostitutas. Isso mostra que não há apenas união entre elas. Porém, nos momentos conflituosos elas se auxiliam mutuamente.

eles são pouco eficientes. No *survey* aplicado, por exemplo, esta foi a segunda maior reclamação das mulheres com relação aos hotéis⁶⁸. Além disso, as integrantes da APROSMIG acompanharam o caso de uma prostituta que foi esfaqueada dentro do quarto e faleceu devido à hemorragia (ela ficou horas sangrando até alguém achá-la). Por causa disto, elas exigiram que os hotéis colocassem detectores de metais na porta, para evitarem a entrada de armas brancas ou de fogo, além de orientarem os seguranças a verificarem os quartos caso o programa esteja demorando. Apesar dos hotéis terem atendido à reivindicação e colocado os detectores, estes estão quase sempre desligados. Além do mais, não há evidência de que os seguranças sigam as orientações fornecidas. Considerando isso, a inserção em redes de solidariedade é essencial para garantia de proteção (motivo pelo qual Maria afirma que nos hotéis não se pode ficar só).

As mobilizações que as profissionais do sexo fazem nestas redes, contudo, não chegam a constituir ações políticas. A finalidade delas, usualmente, é o apoio mútuo e, para que elas se tornassem atividades políticas, considerando o conceito de participação adotado nesta pesquisa, precisariam ser feitas com a intenção de alterar ou modificarem a coletividade. Todavia, tais mobilizações permitem que as prostitutas se reconheçam umas nas outras, compartilhem solidariedade e lealdade mútua e identifiquem problemas comuns. Dessa forma, elas também permitem a construção de identidade coletiva que, em outras situações, impulsiona a participação política.

Além disso, devido à necessidade de proteção, algumas profissionais do sexo se aproximam dos grupos políticos presentes na Guaicurus. Durante esta pesquisa, por exemplo, conheci uma mulher que, além de prostituta, era de outro estado, não tinha família na região e morava sozinha (fatores que agravam o isolamento social). Esta começou a se engajar na APROSMIG porque precisava de proteção. Apesar dela, naquele momento, não ser vítima de nenhuma ameaça, tal profissional do sexo tinha se voluntariado para trabalhar um dia da semana na associação a fim de conhecer novas pessoas e ter quem “sentisse sua falta” caso algo acontecesse.

As redes de solidariedade também favorecem a mobilização porque elas representam, para além de proteção, lazer. Todas as lideranças entrevistadas, corroborando tal análise,

⁶⁸ A pergunta, de múltipla escolha, foi: Se fosse para melhorar algo relacionado às condições de trabalho nos hotéis, qual sugestão você daria? Entre as respostas as distribuições percentuais foram: valores da diária (34,34%); condições de segurança (15,98%); condições de higiene (15,55%); não há para melhorar (10,80%); itens necessários ao trabalho inclusos na diária (10,15%); estrutura e decoração (4,97%); atendimento da gerência e dos funcionários (4,97%); outros (2,16%) e fornecer alimentação (1,08%).

alegaram que entre as razões que as motivam a participarem da APROSMIG acha-se o prazer que elas sentem ao estarem com o grupo. Este prazer se dá tanto por meio: I - do rompimento do isolamento no qual as profissionais do sexo se encontram (a ação política permite que elas aumentem os contatos presentes nas suas redes pessoais); e II - da satisfação oriunda do reconhecimento de suas vozes (que eleva a autoestima). As entrevistas de Maria e Ana são os melhores exemplos sobre o primeiro ponto.

Maria nos conta que, quando decidiu engajar-se politicamente, estava lutando contra a depressão. A entrevistada não quis expor a origem do sofrimento mental, mas fez questão de salientar que a participação dela na associação a auxiliou a superá-lo. Na APROSMIG, de acordo com Maria, foi possível encontrar pessoas que passavam por situações semelhantes e, ao acolher estas, ela também acolhia a si mesma. A associação, desde então, se tornou um espaço para lazer e convivência com outras profissionais do sexo.

Já Ana nos conta que assumiu um cargo na direção da APROSMIG devido à diversão que esta lhe proporcionava, conforme relatado a seguir:

P: [...] como é que você passou a integrar a direção da APROSMIG?

E: [...] Eu trabalhava em um quarto e a Eduarda [nome fictício] no outro, éramos vizinhas. Aí ela me disse: você bem que podia ir para lá, Ana. Vai para lá, você está aqui há muito tempo, conhece todo mundo, tem muitos anos aqui. Aí eu fui né.

P: [...] Mas por que você foi?

E: Ah, eu gosto muito de viajar né? Eu já viajei muito pela APROSMIG. Agora que a gente não está viajando mais né. Mas eu gosto de estrada [...]. E essas coisas da política passam a ser um divertimento para gente né? Por exemplo, eu fui para Brasília quatro vezes, ficando naqueles hotéis maravilhosos [...], conhecendo aqueles homens bacanas. Igual, eu sou apaixonada pelo Jean Wyllys, eu sou apaixonada naquele homem. Aquela menina que era ministra, Eleonora. Ô mulher bacana de você conversar com ela. É mulher simples, já de idade, mas simples, amável. [...] Eu gosto muito dessa discussão, de política, de falar, de ir atrás dos vereadores, de cobrar deles as coisas (informação verbal)⁶⁹.

Já as entrevistas de Fernanda⁷⁰ e Cecília⁷¹ auxiliam a ilustrar o segundo ponto. A primeira conta que durante uma plenária na Câmara Legislativa sobre a Guaicurus, um vereador posicionou-se contrário à prostituição, associando esta à depravação. Porém, Fernanda relata que se ergueu e começou a discursar, desconstruindo a imagem da trabalhadora do sexo que o vereador havia exposto e exigindo um pedido de desculpas. Ela articulava-se enquanto mãe, trabalhadora, prostituta e cidadã e, portanto, como alguém que

⁶⁹ ANA. Entrevistada número 4. Entrevistadora: Juliana Moraes de Góes. Belo Horizonte, 2016. O texto original encontra-se no apêndice metodológico.

⁷⁰ Nome fictício, entrevista número 1.

⁷¹ Nome fictício, entrevista número 3.

merecia ter seus direitos respeitados. O constrangimento que cercou este vereador foi tal que, no final da plenária, ele se desculpou por sua fala. Para Fernanda, esta retratação simbolizou a retomada do poder de construção de um discurso sobre si mesma, o que elevou sua autoestima e vontade de participar.

No mesmo sentido, Cecília, que abandonou o curso de direito para poder se dedicar exclusivamente à militância, afirma que:

Eu gostava do que eu fazia [refere-se às primeiras experiências de engajamento]. Então eu abandonei tudo e eu gosto do que eu faço [...]. E se eu acho que a coisa não está legal e tem que melhorar, alguém tem que dar a cara à tapa [começar a mobilização] [...] E eu me sinto mais forte agora, quando eu sei que eu posso falar e o outro me escuta, algo que é muito legal. E quando eu dou um berro, acabou. É dar um berro na minha cabeça que acabou, não volto para trás (informação verbal)⁷².

Ressalto que McCarthy e Zald (1977), no artigo que escrevem sobre movimentos sociais, afirmam que quanto mais recursos discricionários (que podem ser facilmente realocados) estiverem disponíveis para a sociedade, maior a probabilidade de mobilização. A base dessa afirmação, para os autores, estaria no fato da participação política disputar recursos (na obra deles, definidos como tempo e dinheiro) com setores da vida emergenciais, como alimentação e moradia. Considerando isso, a ampliação de recursos discricionários diminuiria a competição e facilitaria a participação. Todavia, os dados mostram que esta competição pode ser minimizada pela elevação do grau de prioridade que as atividades políticas possuem na vida das profissionais do sexo e a transformação da participação em lazer auxilia neste processo, pois quanto mais a política se aproxima do lazer, mais recursos as profissionais do sexo dedicam à participação.

Por fim, a relação entre profissionais do sexo e grupos menos marginalizados da sociedade não é marcada exclusivamente pelo isolamento. Entidades do terceiro setor e universidades normalmente se aproximam da Guaicurus com o objetivo de realizarem ações para diminuição da vulnerabilidade social das prostitutas e a coalizão com estes grupos promove o aumento da participação na região. Todas as lideranças da APROSMIG, por exemplo, começaram a se engajar após contato ou com a Pastoral ou com o GAPA-MG. Saliento, ainda, que este foi essencial para a primeira tentativa registrada de criação de uma associação de prostitutas na Guaicurus. Como abordado no capítulo anterior, foi Roberto

⁷² CECÍLIA. Entrevistada número 3. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016. O texto original encontra-se no apêndice metodológico.

Chateaubriand Domingues, integrante do GAPA, quem convidou as trabalhadoras do sexo belorizontinas para o III Encontro Nacional de Prostitutas e incentivou a auto-organização delas (BARRETO, 2008; BARRETO, 2015). A ONG também fortaleceu a criação da APROSMIG, conforme relatado por Cecília:

P: E como você começou a participar do GAPA?

E: O GAPA tinha uma parte que fazia a questão da prostituição. Então nós começamos a nos reunirmos lá para montarmos a associação. E após nos reunirmos [...] tiramos esse conteúdo, né [de criar e formalizar a associação]. Aí conversei com o Roberto e falei, olha, não sei nem se você vai querer, que dá uma dor de cabeça violenta, mas [vamos participar] que é gostoso demais [...]. Mas aí depois nos separamos do GAPA e este fechou, não sei porque [...].

P: Mas você já conhecia [...] as pautas da Gabriela Leite, os debates sobre regulamentação... Como é que você ficou conhecendo esses debates?

E: Conheci através do GAPA mesmo, do Roberto. Ele que começou a falar disso [...]. Eu falei opa! Interessante, deixa-me dar uma olhada. Deixa-me ver se eu vou gostar desse negócio (informação verbal)⁷³.

O incentivo à participação ocorre através das ações dos segmentos citados para a conquista do reconhecimento dos direitos das prostitutas. Estas ações criam espaços de intercâmbio de saberes e informações, nos quais um discurso contra-hegemônico ao ódio à trabalhadora do sexo é proferido. Leite (2009), por exemplo, ilustra este fato no seu relato sobre os resultados do I Encontro Nacional de Prostitutas. Um dos encaminhamentos deste foi a criação de associações em todas as regiões brasileiras. As participantes do encontro, então, após retornarem para suas cidades, começaram a recrutar apoio de estudantes, pesquisadores e de outros segmentos sociais. “No caso de Belém, em que as mulheres eram, na maioria, analfabetas, o apoio dos estudantes foi crucial para chegar à formalização de um projeto. Ideia e depoimento todo mundo tinha, mas tornar isso uma ação política não era tão simples” (LEITE, 2009, p. 150).

Também ilustrando este ponto, Maria⁷⁴ relata que, na década de 80, as profissionais do sexo sequer sabiam que a prevenção, enquanto assistência médica, era um direito. Elas evitavam, inclusive, ir ao posto de saúde, pois eram discriminadas nestes equipamentos públicos (a entrevistada conta que em alguns lugares já se perguntava na portaria: “você trabalha onde?”, a fim de gerar constrangimento às prostitutas). Além disso, as mulheres também tinham medo de exigirem o pagamento da pensão aos pais dos seus filhos/as, pois temiam que este processo revelasse a profissão delas e, com isso, as faria perder a guarda das

⁷³ CECÍLIA. Entrevistada número 3. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016. O texto original encontra-se no apêndice metodológico.

⁷⁴ Nome fictício, entrevista número 2.

crianças. Todavia, de acordo com Maria, as ações das entidades do terceiro setor e das universidades modificaram esse cenário, considerando que estas passaram a informar as prostitutas sobre os direitos que elas possuíam e as incentivá-las a persegui-los.

Saliento, contudo, que estes grupos também podem promover a desmobilização. Barreto (2008), após entrevista com Roberto Chateaubriand Domingues, afirma que as ações da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) desmotivavam a formação de uma associação de prostitutas na região, pois, ao definir a atividade como uma opressão às mulheres, esta embutia um sentimento de inferioridade naquelas que a exerciam. Nesta pesquisa, dados semelhantes foram encontrados. Ana⁷⁵, por exemplo, conta que teve o seu primeiro contato com a pauta da organização das prostitutas com a PMM. Ela desejava aprender a usar o computador e, como a Pastoral oferecia este curso, procurou o grupo. Porém, quando os integrantes da entidade tentaram convencê-la a sair da profissão, Ana abandonou o curso e se afastou da PMM.

Todavia, não se pode ignorar que este grupo foi um dos mais referenciados no *survey* pelas profissionais do sexo que se interessam/participam de movimentos sociais/políticos. Além disso, quando foi necessária uma “força tarefa” contra o fechamento dos hotéis, Barreto (2008) conta que a Pastoral se juntou às prostitutas. A relação da PMM com a Guaicurus, portanto, é mais complexa do que a simples desmotivação da auto-organização das trabalhadoras do sexo. Ao realizarem ações que reconhecem o direito destas, a Pastoral auxilia a romper com a internalização da putafobia. Porém, quando tenta convencer as prostitutas de que a atividade representa uma opressão, desmotiva o engajamento deste grupo social.

A complexidade da relação das profissionais do sexo com entidades do terceiro setor e universidades, ilustrada nos casos do GAPA e da Pastoral, logo, mostra que esse tipo de rompimento com o isolamento social promove a participação principalmente por meio do intercâmbio de saberes e informações. Porém, ele tem efeitos limitados, pois ao mesmo tempo em que fomenta o engajamento, pode criar uma “tutela” que condiciona este fomento ao nível de concordância que o conteúdo da atividade política terá com o da entidade ou universidade.

IDENTIDADE COLETIVA

⁷⁵ Nome fictício, entrevista número 4.

Melucci (1996), ao buscar uma definição para identidade coletiva, enfatiza duas características dessa categoria analítica. A primeira refere-se à homogeneização da identidade dos diferentes atores que compõem o coletivo. A segunda faz alusão ao conflito entre diferentes grupos sociais. De acordo com o autor, pressupor uma identidade coletiva significa atribuir a um conjunto de indivíduos o compartilhamento de algumas opiniões comuns e, com isso, criar a impressão de que não há discordâncias entre eles. Por isso, o uso analítico dessa categoria pode ser problemático por cegar o pesquisador para a diversidade de identidades que compõem o grupo analisado. Todavia, a ação coletiva ocorre em determinado campo de oportunidades na qual se encontram diversos grupos sociais – como aquele que se mobiliza e aquele contra quem a ação é movida. A identidade coletiva auxilia a distinguir estes grupos e, à medida que essa distinção ocorre, as diferenças internas perdem capacidade de impedirem determinado grau de homogeneização. Há, logo, um paradoxo entre a diferença e a unidade que precisa ser solucionado antes da utilização da categoria analítica debatida. A saída encontrada pelo autor consiste em romper com este dualismo através do foco no caráter relacional da identidade coletiva. Assim, esta passa a ser entendida como um processo de definições cognitivas que envolve a relação com pessoas do mesmo grupo e com o inimigo – o outro.

Na Guaicurus, as divergências entre as profissionais do sexo são inúmeras e refletem-se, inclusive, no uso do termo *prostituta*. Embora a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) e a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) busquem ressignificar o termo, ele ainda é considerado ofensivo para inúmeras trabalhadoras do sexo. Durante a execução do Museu do Sexo das Putas, por exemplo, uma das associadas foi até a sede do grupo para reclamar sobre o nome escolhido. Ela estava bem irritada e argumentava que um museu que utilizasse a expressão *puta* reforçava o preconceito, ao invés de miná-lo. Para ela, o termo *prostituta* também tinha este mesmo efeito. Já o termo *profissional do sexo* demonstrava um lado das mulheres que a putafobia tentava esconder: o fato de elas serem trabalhadoras. Ela me explicou que o seu suor sustentava os gerentes dos hotéis, o emprego da equipe de limpeza dos mesmos, os donos dos estabelecimentos, movimentava o comércio local (gerando outros empregos) e, com isso, contribuía com a economia, fatos invisibilizados pela putafobia. Logo, para esta associada, era preciso modificar o nome do museu (bem como da associação).

Todavia, quando surge alguma situação que atinge bruscamente o cotidiano das mulheres da Guaicurus, as divergências são colocadas de lado e as profissionais do sexo se unificam para defenderem os interesses compartilhados. Além disso, prostitutas que antes

eram apáticas engajam-se na causa. O exemplo mais vívido deste processo encontra-se em 2004, quando as mulheres da Guaicurus se aglutinaram ao redor da identidade criada pelo termo *prostituta* para impedirem que a Prefeitura de Belo Horizonte fechasse os hotéis. Neste caso, a intensificação do conflito com o Estado permitiu que elas visualizassem a prefeitura como um inimigo comum e se reconhecessem a partir da alteridade com este (BARRETO, 2008; BARRETO 2015). Saliento, em acréscimo, que a vulnerabilidade social diária na qual as prostitutas estão inseridas é movida por um inimigo não palpável e disperso (a putafobia). Por isso, ela possui capacidade limitada de unificação das mulheres da Guaicurus. Assim, a relação entre identidade coletiva e participação intensifica-se à medida que surgem conflitos sociais que afetam bruscamente e massivamente o cotidiano das profissionais do sexo, lhes fornecendo um inimigo comum e concreto, mas se enfraquecem quando estes conflitos desaparecem.

INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Diferente da identidade coletiva, as instituições participativas não se apresentaram como motivadoras de novos engajamentos. Todas as lideranças entrevistadas, por exemplo, já participaram de conferências (municipais, estaduais e nacionais). Além disso, algumas fizeram parte de reuniões do orçamento participativo e de conselhos. Contudo, nenhuma delas começou sua militância em um destes espaços. O contato que elas possuem com eles, majoritariamente, se deu após a criação da associação.

Apesar deste limite, as instituições participativas foram responsáveis pela ampliação do engajamento das lideranças, que citaram tais espaços como locais de aprendizagem sobre o funcionamento do Estado. Cecília⁷⁶, por exemplo, relatou que “[...] ia de curiosa mesmo, para ver o que o povo estava falando e aprender a falar igual⁷⁷”. As IPs, também, foram citadas como espaços de intercâmbio de saberes com outros movimentos sociais. Excetuando-se os conselhos, cujo desenho exige dos integrantes conhecimento técnico sobre as políticas públicas às quais se referem, as demais instituições participativas analisadas (orçamento

⁷⁶ Nome fictício, entrevista número 3.

⁷⁷ CECÍLIA. Entrevistada número 3. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016.

participativo e conferências) conseguiam abraçar os saberes locais⁷⁸. Ainda, ao permitirem o encontro entre diferentes movimentos sociais, as IPs se tornavam fóruns para o fortalecimento de “laços de solidariedade” entre eles (WAMPLER, 2011, p. 47).

Porém, a definição do orçamento participativo como um dos desenhos mais democratizantes, conforme ocorre na literatura, não se repete na realidade das profissionais do sexo entrevistadas (ABERS, 2000; FUNG e WRIGHT, 2001). Em Belo Horizonte, o OP já teve força considerável. Ele começou em 1993, com 15.216 participantes e, entre 2009 e 2010, este número alcançou o valor de 44.000 pessoas (HORIZONTE, 2008). O período de ascensão do orçamento participativo também foi o início do engajamento das lideranças da APROSMIG (considerando que a associação foi formalizada em 2009). Contudo, o OP não despertou o interesse delas. Na verdade, apenas uma das lideranças o acompanhou de perto.

A luta das profissionais do sexo se distingue da proposta do orçamento participativo. Enquanto o OP consiste na definição do orçamento local e se relaciona com o debate sobre a territorialização de políticas públicas e melhorias locais (ABERS, 2000; AVRITZER, 2008), as prostitutas lutam pela alocação de valores na sociedade (contra a putafobia) e por direitos trabalhistas (regulamentação)⁷⁹. Por esse motivo, tal instituição participativa não conseguiu agregar muitas trabalhadoras do sexo. Além disso, participar de uma ampla discussão local aumenta o risco de elas serem reconhecidas por clientes e familiares e, como discutido anteriormente, esta exposição pública é acompanhada pelo incremento da probabilidade das prostitutas serem violentadas.

Já as conferências se destacam como a instituição participativa que mais amplia o engajamento das profissionais do sexo. O desenho destas IPs permite a promoção de fóruns de debate e o encontro entre as prostitutas e outros movimentos sociais (e entre estes e o Estado). Assim, tal desenho também torna possível a ampliação dos laços de solidariedade existentes entre os atores da sociedade civil. Saliento que as conferências podem ser políticas focalizadas (CARNEIRO, 2011). Ou seja, elas conseguem abordar especificamente a pauta dos grupos marginalizados e integrá-los ao processo de decisão, como ocorre com as conferências de mulheres, LGBT, de igualdade racial, indígenas, idosos, juventude etc. (POGREBINSCHI, 2012). As lideranças da APROSMIG participaram, principalmente, de

⁷⁸ A exclusão que os conselhos fazem devido a exigência de conhecimento técnico incide sobre a participação na APROSMIG, de forma que apenas uma liderança já foi conselheira (LUCHMANN e BORBA, 2008; FONSECA, BURSZTYN e MOURA, 2012; ALENCAR, CRUXÊN, *et al.*, 2013; IPEA, 2013a; VAZ, 2013).

⁷⁹ Apesar de em alguns momentos a luta se tornar mais local, como no caso dos fechamentos dos hotéis ou falta de acolhimento às prostitutas nas delegacias de mulheres, as pautas costumam ser mais gerais.

conferências de mulheres, direitos humanos e LGBT, ou seja, espaços nos quais a pauta do movimento de prostitutas costuma ser relativamente mais aceita devido a articulações anteriores entre os movimentos sociais. Dessa forma, estas conferências também são espaços nos quais tais mulheres possuem menor probabilidade de serem discriminadas e nos quais elas conseguem acumular apoio (o que incrementa a motivação para a participação neles). O conjunto destes fatores (possibilidade de intensificação de laços de solidariedade e focalização da política), por fim, são os responsáveis pelo impacto que as conferências possuem sobre a participação das prostitutas.

CONCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO E A PROSTITUIÇÃO

Uma coisa é certa, nenhuma mulher jamais poderá ser livre em uma sociedade que perpetue a divisão de todas as mulheres entre prostitutas e madonas. Quando as prostitutas tiverem os mesmos direitos e liberdades dos outros cidadãos, vamos saber que nossa sociedade tomou um passo decisivo rumo à maior democracia para todos nós. Quando qualquer mulher puder andar pelas ruas à noite, sozinha, vestida como quiser, sem correr o risco de ser rotulada de prostituta, presa por estar vadiando ou estuprada e depois ser chamada de prostituta, saberemos que a teoria da libertação das mulheres da violência masculina tornou-se um fato (ROBERTS, 1998, p. 418).

As prostitutas têm contribuído, ao longo da história, para o alcance de maior compreensão sobre o funcionamento da dominação masculina e capitalista. Porém, o que podemos aprender com elas sobre a participação política? A resposta a esta pergunta consiste no entendimento de que o engajamento das trabalhadoras do sexo, enquanto grupo social marginalizado, representa, em si, um confronto com as estruturas de dominação e, conseqüentemente, formas de resistência a elas. Considerando isso, a conclusão desta pesquisa consiste em um aprofundamento sobre esta resposta, mostrando como a análise dos fatores que impactam a não participação auxilia a compreender a dominação e como o exame dos fatores que a promovem permite a compreensão da resistência. Assim, o texto segue com um resgate das abordagens teóricas sobre o engajamento, com a reflexão teórica sobre a participação na Guaicurus e, por fim, com a delineação das formas de opressão/resistência mapeadas a partir desta reflexão.

As abordagens teóricas sobre o que leva as pessoas a participarem, mapeadas para esta pesquisa, foram: a da centralidade, da escolha racional, da identidade e a institucional (AVELAR, 2007; VAZ, 2013). A primeira tem como marco a obra de Milbraith (1965). O autor criou um modelo explicativo da participação composto pelos apáticos, espectadores, ativistas em transição e gladiadores. Estes se organizariam hierarquicamente a partir da intensidade com a qual participam politicamente. Assim, os apáticos seriam aqueles que não participam, os espectadores fariam apenas algumas atividades políticas, os ativistas já seriam bem mais ativos e os gladiadores seriam os políticos profissionais. Este modelo se baseia em dois pressupostos. O primeiro se refere à unidimensionalidade da participação, ou seja, o que explica o engajamento em uma atividade necessariamente explicaria o engajamento em outra. O segundo pressuposto prediz que à medida que um indivíduo fosse entrando em contato com estímulos políticos, mais ele participaria. Assim, este fenômeno político seguiria uma escala crescente.

Além disso, Milbraith analisa a correlação das variáveis sexo, idade, religião, raça/etnia, moradia na área urbana/rural, participação em atividades comunitárias e status socioeconômico - SES (renda, ocupação e escolaridade) com a quantidade de atividades políticas que os indivíduos desempenham. A conclusão do autor é que à medida que se avança de apáticos para gladiadores, se aumenta o nível de centralidade (oposto de marginalização) do indivíduo. Assim, aqueles em situação de marginalidade teriam menos propensão ao engajamento. Obviamente, desde a obra de Milbraith tal abordagem já se modificou bastante. Porém, ela ainda ressalta a importância da correlação entre centralidade (em estudos posteriores traduzidas como o SES) e a participação (MILBRAITH, 1965; BRADY, VERBA e SCHLOZMAN, 1995; VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995; FERREIRA, 1999; LAY, 2006; CHO, GIMPEL e WU, 2006; ARBACHE, 2015).

A segunda abordagem apresentada tem como base o trabalho de Olson (1999). Para o autor, a participação seria resultado de um cálculo racional entre custos e benefícios, ou seja, cada indivíduo teria interesse em um benefício e avaliaria, antes do engajamento, se o custo para obtê-lo através de uma ação coletiva seria inferior ao de obtê-lo individualmente, e se o benefício recompensaria o custo do engajamento. Assim, Olson utiliza a lógica do mercado para explicar a participação, assemelhando o comportamento do *homo politicus* ao do *homo economicus*. Esta abordagem traz como *insight* significativo a ideia de que participar implica em custos e, para arcar com estes, é necessário recurso (que vão desde ao tempo e dinheiro até conhecimento técnico para lidar com a área burocrática da política) (MCCARTHY e ZALD, 1977; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; ABERS, 2000). Assim, pessoas marginalizadas, que costumam ter menos acesso a recursos, não se engajariam tanto quanto as mais centrais, pois não poderiam arcar, na mesma medida, com os custos da participação.

Tal abordagem complementa a da centralidade, visto que aponta para mecanismos causais pelos quais as pessoas em situação de marginalidade não participariam. Porém, ambas as abordagens não conseguem explicar o porquê elas se engajariam. Olson (1999) até busca elucidar o engajamento através das organizações e dos incentivos seletivos. Estes teriam como função garantir que “[...] aqueles que não se unam à organização que trabalha pelos interesses do grupo ou não contribuam de outras maneiras para a promoção destes possam ser tratados de forma diferente em relação àqueles que colaboram” (OLSON, 1999, p. 63). Ou seja, a participação ocorreria dentro de organizações (grupos políticos, como sindicatos) e estas teriam ações para diferenciarem o grau de benefícios que os integrantes têm acesso a partir da participação dos mesmos (como oferta de seguro-desemprego aos filiados dos sindicatos).

Porém, estes incentivos encareceriam os custos das organizações, de forma que aquelas compostas por pessoas marginalizadas dependeriam de financiamento de pessoas com maior poder aquisitivo, o que novamente diminuiria a probabilidade delas participarem (MAYER, 1995).

A abordagem da identidade surge diante da dificuldade de explicar movimentos sociais que reivindicavam não só um bem econômico, mas também uma realocação de valores na sociedade. Ela explana a participação a partir da identidade coletiva, "[...] uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) preocupados com a orientação de suas ações em um campo de oportunidades e restrições nas quais a ação toma lugar" (MELUCCI, 1996, p. 70, tradução própria). Assim, de acordo com tal abordagem, movimentos de mulheres, negros, pela paz, indígenas, entre outros, nasceriam do compartilhamento de uma identidade que permitisse ao grupo visualizar-se como ator político em oposição ao "outro", o inimigo: ator, valor e ideologia que se quer derrubar (MELUCCI, 1995; MAYER, 1995; MELUCCI, 1996; MELUCCI, 1988; MELUCCI, 2001; HUNT e BENFORD, 2004; KLANDERMANS, 2004; SNOW, 2004).

Tal abordagem caiu no risco de reduzir-se a explicações estruturalistas, definindo as identidades coletivas a partir do grau de ajustamento de diferentes grupos sociais em relação à modernidade. Cohen (1995), por exemplo, alega que ela estratificava a sociedade "[...] nos termos da habilidade (poder e privilégio) dos atores em se adaptarem às mudanças com sucesso (elites), no sucesso em garantirem proteção destas mudanças (operativos) ou na vitimização pelas mudanças (massas marginalizadas)" (COHEN, 1995, p. 697, tradução própria). A fim de seguir outro caminho, a abordagem passou a ressaltar a importância das redes para o engajamento. A agência, que seria "[...] uma incorporação temporária no processo de engajamento social, informado pelo passado [...] mas também orientado em direção ao futuro [...] e em direção ao presente" (EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998, p. 962, tradução própria), se daria a partir da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais, sendo que ambos se construiriam à medida que esta interação se desenvolvesse. Assim, a identidade não seria definida pela estrutura social, e sim um produto de relações interpessoais e organizacionais, pois a sobreposição dos laços construídos nos espaços cotidianos (casa, vizinhança, escola, igreja, entre outros) permitiria a sobreposição de discursos e identidades e

facilitaria a construção da identidade coletiva (EMIRBAYER, 2009 [1997]; EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998; MISCHÉ, 2003; DIANI, 2004; DELLA PORTA e DIANI, 2009)⁸⁰.

A última abordagem apresentada compreende novos desenhos institucionais como fortalecedores da participação, destacando principalmente as instituições participativas (IPs), semelhante a conselhos, conferências e orçamentos participativos. Fung e Wright (2001), por exemplo, afirmavam que estes novos desenhos motivariam o engajamento dos cidadãos que antes não participavam e a inclusão de indivíduos historicamente excluídos da esfera política. Para isso, era necessário que eles fossem marcados por debates concretos e focados nas esferas locais (como bairro e local de trabalho), mas que se articulassem regionalmente e nacionalmente por meio de uma supervisão centralizada (colonizando o poder estatal). O fato dos debates saírem de ideias abstratas e focarem na resolução de problemas tangíveis (como a falta de saneamento em uma rua ou a carga horária do trabalho) já seria um estímulo à participação dos cidadãos. Além disso, como nestes desenhos o peso de cada indivíduo na decisão seria maior do que no voto (considerando que a participação é mais direta), as pessoas ficariam mais motivadas a se engajarem. Por fim, tais espaços possibilitariam a junção dos saberes técnicos com os populares (já que tratariam principalmente da resolução de problemas locais) e isso também potencializaria a democratização da sociedade.

Porém, Avritzer (2008) mostra que a efetividade dos novos desenhos institucionais é afetada tanto pela existência prévia de uma sociedade civil engajada quanto pela vontade política dos atores governamentais, de forma que eles nem sempre produziram os resultados esperados por Fung e Wright. Porém, ainda sim permitiriam a democratização da sociedade. O debate dos autores de tal abordagem chega a determinado consenso de que os novos desenhos institucionais possuem limites no que tange à produção de novos engajamentos, mas que “[...] os cidadãos têm, através deste[s] canal[is], meios para compartilhar seus problemas, bem como para estabelecer ‘laços de solidariedade’ com indivíduos e grupos que enfrentam problemas semelhantes” (WAMPLER, 2011, p. 47). Esses laços intensificariam o engajamento dos indivíduos, bem como os integraria a outras pautas (ampliando a participação dos mesmos). Tais espaços também seriam um local de formação, na medida em que permitiriam a troca de experiências entre diferentes atores sociais (ABERS, 2000; FUNG e WRIGHT, 2001; AVRITZER, 2008; AVRITZER, *et al.*, 2005; AVRITZER, 2007; AVRITZER, 2008; CUNHA, 2012; FARIA, *et al.*, 2012; GAVENTA e BARRETT, 2010; VAZ, 2013).

⁸⁰ Porém, a relação entre a identidade coletiva e as redes não é consensual nesta abordagem (MISCHÉ, 2011).

A análise dos resultados empíricos, em comparação com esta literatura, permite a reflexão teórica sobre três características fundamentais da participação das entrevistadas: ela é multidimensional, não hierárquica e interativa. A multidimensionalidade implica no entendimento de que um fator explicativo pode se relacionar com algumas formas de participação, mas não precisa explicar todas, indo no sentido contrário ao proposto por Milbraith. Saliento que, durante esta pesquisa, foi possível entender principalmente a participação em associações, e não todas as formas de engajamento. Contudo, o acompanhamento da APROSMIG mostrou que a escolaridade diferencia os espaços nos quais as profissionais do sexo estão inseridas politicamente. A pouca quantidade de anos de estudo que algumas lideranças da associação possuíam tornava mais propício e estratégico, para elas, a participação em ações políticas que ocorriam dentro da própria comunidade⁸¹. Já aquelas com maior conhecimento técnico conseguiam se engajar nas formas de participação que demandavam contato com o Estado. Assim, a escolaridade limita o engajamento em algumas atividades políticas, mas não em todas, mostrando que o envolvimento nestas não precede necessariamente das mesmas condições.

Ressalto que, dentro da própria abordagem da centralidade, a unidimensionalidade já é criticada. Verba, Schlozman e Brady (1995), por exemplo, ao criarem o modelo do voluntarismo cívico, definem como atividades políticas: votar, trabalhar ou contribuir financeiramente para campanhas, fazer contato com uma autoridade, protestar, trabalhar informalmente na comunidade, ser membro de uma junta local, filiar-se a organizações políticas e contribuir com uma causa. O engajamento ou não de um indivíduo nestas atividades variaria, para os autores, de acordo com os recursos (no trabalho deles definido como tempo, dinheiro e habilidades cívicas), o engajamento (sentimento de eficácia, consciência de grupo e comprometimento com uma política específica) e o recrutamento. Porém, estes fatores não se relacionariam igualmente com todas as atividades. Contribuir financeiramente para uma campanha, por exemplo, demandaria recursos que trabalhar informalmente não. Assim, diferentemente do que Milbraith propôs, Verba, Schlozman e Brady argumentam que uma pessoa pode realizar algumas atividades políticas e não outras (mesmo que seja um militante).

⁸¹ As atividades políticas que ocorrem dentro da própria comunidade são mais estratégicas para as mulheres com baixa escolaridade porque, nelas, estas mulheres enfrentam menor discriminação com relação à quantidade de anos de estudo que possuem (se comparado com as atividades que envolvem o Estado). Dessa forma, elas possuem maior probabilidade de terem suas vozes ouvidas.

A não hierarquia da participação das prostitutas entrevistadas, segunda característica destacada, também vai em direção contrária ao trabalho de Milbraith. Enquanto este entendia que havia um *continuum* entre as atividades políticas, de forma que a participação ocorreria de maneira crescente à medida que se aumentava a centralidade, o engajamento das trabalhadoras do sexo assemelha-se a ondas periódicas. Há momentos nos quais estas mulheres intensificam a participação, conforme ocorre quando os hotéis estão sob ameaça de fechamento, e há momentos no qual elas diminuem o grau de engajamento. A variação da participação, em acréscimo, acompanha a oscilação do grau de compartilhamento da identidade coletiva.

Saliento que, metodologicamente, os estudos que se inserem na abordagem da centralidade costumam enxergar os indivíduos como bolas de sinuca, ou seja, formados independentemente da interação com os outros e com as estruturas sociais. Por causa disso, eles enfrentam dificuldades para enxergarem a temporalidade e localização do engajamento individual, que ocorre a partir da mudança interacional entre este e as estruturas. Tal debate é mais amplo na abordagem da identidade, em especial no que tange à crítica dos teóricos da sociologia relacional (EMIRBAYER, 2009 [1997]; MELUCCI, 1995; MAYER, 1995; MELUCCI, 1996; MELUCCI, 1988; EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998). Através desta, podemos compreender que os picos de participação entre as profissionais do sexo da Guaicurus (e na biografia das lideranças) se relacionam com as diferentes interações produzidas no local (o que causa a oscilação da identidade coletiva). Portanto, a intensificação da participação na região não estaria relacionada com a diminuição do grau de marginalização, e sim com um diferente arranjo interativo dos diversos fatores explicativos.

A interação é, portanto, a última característica destacada. Aqui, ela representa uma lente para análise da relação estrutura/agência, pois, se estes elementos forem considerados dicotômicos, perde-se o poder explicativo sobre o engajamento das profissionais do sexo (EMIRBAYER, 2009 [1997]; EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998; MISCHÉ, 2011). Por exemplo, o status social é, por vezes, tratado como uma característica do indivíduo. Porém, o impacto que ele causa sobre a participação das prostitutas entrevistadas se relaciona com a interação entre estas e a estrutura, pois se refere à exclusão delas e das demais mulheres da esfera pública e aos mecanismos de dominação da putafobia (ROBERTS, 1998; LENZ, 2014). Logo, a compreensão sobre como o status impacta a participação implica em entendê-lo não como uma característica inata e sim como fruto da construção do indivíduo na estrutura e sobre a estrutura. Considerando isso, no modelo proposto, a agência “[...] conduz à

participação de atores de ambientes estruturais diferentes que reproduzem e que também transformam essas estruturas como uma resposta interativa aos problemas levantados por situações históricas de mudança” (EMIRBAYER, 2009 [1997], p. 299, tradução própria). Logo, ao invés de oposta ao sistema, a agência se constrói nele à medida que o modifica. Afirmar que a participação das profissionais do sexo entrevistadas é interativa, portanto, implica no entendimento de que o engajamento é causado pela interação entre estrutura e agência.

Este entendimento nos guia a outros dois argumentos: I – a não participação das prostitutas que compuseram a pesquisa, enquanto grupo marginalizado, se relaciona com a dominação estrutural (mas não se subordina à ela) e; II – a participação delas implica na agência sobre esta dominação que, considerando a posição das prostitutas como subalternas, também simboliza resistência.

Já foi pontuado, por exemplo, que o status social se relaciona com a estrutura. Porém, irei aprofundar a análise sobre essa relação para melhor assimilação do primeiro argumento. Como abordado no capítulo anterior, o baixo status atribuído às trabalhadoras do sexo com as quais esta pesquisa foi feita inibe o engajamento delas, promovendo o medo da exposição pública e a incorporação dos preceitos da putafobia. O primeiro, oriundo da dominação masculina existente no contrato sexual, faz com que as mulheres temam a violência que se acomete sobre aquelas que alcançam a esfera pública. Dessa forma, elas evitam locais ou posições de destaque e, como a participação política pode vir associada destas, acabam por recusarem o engajamento. Já o segundo faz com que algumas profissionais do sexo entrevistadas acreditem que não devam se organizar enquanto classe por serem indignas de direitos. Tal crença, ressaltado, corresponde à incorporação da ideologia hegemônica que atribui às prostitutas o lugar do pecado (ideologia religiosa) e do distúrbio (ideologia científica positivista) (ROBERTS, 1998; DINIZ, 2009; RODRIGUES, 2009; LENZ, 2014). Logo, o status social das trabalhadoras do sexo, em si, não desmotiva o engajamento. Ele é uma construção da sociedade patriarcal e as formas de dominação desta (neste caso, violência e promoção de um sentimento de inferioridade) é que demonstraram afastar as prostitutas das atividades políticas.

Processo similar ocorre com a escolaridade. O baixo nível educacional agrava a discriminação que as profissionais do sexo entrevistadas sofrem, principalmente, em espaços estatais. Esta discriminação relaciona-se com o mito de que a universidade é a fonte do único

conhecimento válido (e de que alcançá-la atesta inteligência) e com a exclusão das mulheres e povos explorados no processo de racialização colonial deste espaço (processo de institucionalização do saber que é acompanhado do epistemicídio dos saberes locais e do entendimento de que corpos subjugados são incapazes intelectualmente) (CODE, 1993; HARAWAY, 2009 [1995]; NARAYAN, 1997; FARGANIS, 1997; ANDERSON, 2000; COLLINS, 1998; COLLINS, 2002; SARDENBERG, 2007; CUIEL, 2007). Considerando isso, o impacto que a escolaridade tem sobre a participação das entrevistadas relaciona-se fortemente com a forma como a sociedade patriarcal e racista trata aqueles que não a possuem.

Por fim, o impacto que o acesso a recursos tem sobre a participação se relaciona com a dominação capitalista. Lafargue (1999 [1883]), por exemplo, considerando que a venda da força de trabalho implica na venda do próprio tempo, afirma que as jornadas extensas da classe operária retiram dela o direito ao lazer e ao exercício da política na medida em que não admitem a existência de tempo para estas atividades. A prostituição na Guaicurus, enquanto profissão autônoma (na qual se vê a ausência de um patrão), permite com que as mulheres resistam à dominação da venda da força de trabalho. Porém, a atividade ainda está inserida em uma sociedade capitalista e a reflete: a autonomia da prostituta sobre o seu tempo diminui conforme a quantidade de horas dedicadas para o trabalho impacta a quantidade de renda obtida, pois este impacto a faz trabalhar longas jornadas para conseguir condições dignas de sobrevivência.

Assim, as estruturas de dominação patriarcais, raciais e capitalistas, como um todo, relacionam-se com a desmotivação da participação das prostitutas entrevistadas, ou seja, a sociedade moderna é desenhada para evitar que estas alcancem os espaços políticos. Porém, tais estruturas não são determinantes sobre a participação, pois o engajamento das trabalhadoras do sexo com as quais esta pesquisa foi feita representa um rompimento com este desenho estrutural e, conseqüentemente, uma forma de resistência às dominações citadas (segundo argumento apresentado). Além disso, como o engajamento envolve a agência, ele altera as estruturas nas quais se localiza e, portanto, modifica os sistemas opressores. Ou seja, à medida que a prostituta participa da política, enquanto tal, ela desafia a imposição da esfera privada às mulheres e a dominação ideológica da putafobia (representada pela internalização dos seus preceitos). Ainda, quando elas ocupam espaços políticos que discriminam as pessoas com base na escolaridade, elas desconstroem o julgamento de que aqueles que não acessam a universidade são incapazes intelectualmente. Considerando, como já discutido, que este

juízo se relaciona com a atribuição da capacidade de produzir saber somente aos homens brancos, a participação das prostitutas desmantela, também, esta forma de dominação patriarcal e racial. Por fim, ao dedicarem tempo a atividades políticas, mesmo quando o sistema capitalista busca concentrar este nas atividades economicamente produtivas, as trabalhadoras do sexo entrevistadas também resistem à dominação do capital.

Saliento que os fatores explicativos da participação se relacionam com formas de resistência, o que intensifica a vinculação entre o engajamento das prostitutas e a ruptura com o sistema patriarcal, racista e capitalista. A análise sobre essa relação permite melhor compreensão sobre o argumento apresentado. Por isso, irei me debruçar sobre ela.

A existência do feminicídio demonstra que a sociedade atual odeia as mulheres, principalmente as prostitutas. A morte destas é, inclusive, considerada algo sem importância ou secundário. Roberts (1998), por exemplo, argumenta que a transformação de um psicopata como o Jack Estripador, que sequestrava, torturava e assassinava bruscamente profissionais do sexo, em figura de atração internacional, é uma evidência de que a morte da prostituta não causa comoção social. A construção de redes de solidariedade entre as mulheres da Guaicurus, entretanto, é uma forma de resistência ao feminicídio das mesmas. Como abordado no capítulo anterior, através destas redes elas protegem-se mutuamente, impedindo que algum frequentador da zona as viole dentro dos quartos dos hotéis. Assim, tais redes são formas de resistência contra a dominação patriarcal.

Além disso, ao buscarem ressignificar os termos *puta* e *prostituta*, as trabalhadoras do sexo entrevistadas criam, para além de identidade coletiva, identidades de resistência. Estas, segundo Castells (1999), autor que cunha o conceito, são significados criados por atores marginalizados que simbolizam “[...] trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 24). Tais identidades podem ser construídas a partir da autoafirmação (autovalorização) ou da tomada de poder sobre os termos usados para causarem a injúria, como *puta* ou *prostituta*. Neste último caso, enquadra-se a ressignificação feita pelas profissionais do sexo, que se assemelha ao uso do termo *negro* ou *preto* pelo movimento negro, conforme abordado no capítulo anterior, e a reapropriação que o movimento gay faz da expressão *bicha louca* (exemplo dado pelo próprio Castells). Além disso, a identidade de resistência, segundo o autor, cria uma trincheira contra o sistema de dominação na medida em que permite a “[...] exclusão dos que excluem pelos excluídos” (CASTELLS, 1999, p. 25). Considerando isso, ao

substituírem o conceito pejorativo de *puta* ou *prostituta* por algo positivo, as trabalhadoras do sexo lutam pela retomada de poder do discurso sobre elas mesmas e criam comunidades nas quais possam vencer o preconceito que enfrentam. Logo, elas resistem e modificam as estruturas de dominação.

No tocante às instituições participativas, no capítulo anterior argumentei que estas ampliam a participação das prostitutas entrevistadas à medida que se tornam espaços utilizados como fóruns para fortalecimento de laços de solidariedade e para troca de conhecimento. Saliento, contudo, que o objetivo dessas instituições nem sempre se relaciona com este tipo de utilização. Souza (2013), por exemplo, analisou 68 conferências (IP que apresentou maior impacto sobre a participação das prostitutas) que ocorreram entre 2003 e 2010, buscando identificar o objetivo delas através da leitura de seus documentos normativos e análise do desenho institucional. A conclusão do autor é que a finalidade majoritária das conferências é a proposição de políticas para o Estado. Apenas 15 dos casos analisados, por exemplo, “[...] falaram em troca de experiência, fortalecimento de redes e articulação entre atores” (SOUZA, 2013, p. 62). Além disso, somente 5 conferências analisadas tinham como objetivo a garantia da inclusão de grupos historicamente excluídos do processo político, como as prostitutas. Considerando isso, a apropriação que estas mulheres fazem das conferências, dando significados para elas que nem sempre correspondem com o estabelecido pelo Estado, é uma forma de resistência à exclusão dos espaços institucionais.

Finalmente, a compreensão de que a participação das prostitutas com as quais esta pesquisa foi feita representa uma ruptura com a estrutura de dominação atual nos leva a perguntar: devemos fortalecer a organização das prostitutas e, se sim, como? Por entender que o fim do patriarcado é impossível enquanto se perpetue a divisão das mulheres entre prostitutas/ruins e castas/boas, e, por concordar com as palavras de Roberts que abriram esta conclusão, entendo que sim: o fortalecimento do engajamento das trabalhadoras do sexo precisa ser pautado. Contudo, esta pesquisa não teve por objetivo responder como fazê-lo, tema que, espero, poderá surgir em trabalhos vindouros.

REFERÊNCIAS

- ABELSON, J. **Assessing the Impacts of Public Participation: Concepts, Evidence, and Policy Implications.** [S.l.]: Centre for Health Economics and Policy Analysis, McMaster University, 2006.
- ABERS, R. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil.** [S.l.]: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- ALENCAR, J. et al. Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, p. 112-146, 2013.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.
- ÁLVAREZ, A. D. M. La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. **Revista europea de derechos fundamentales**, v. 19, p. 49-74, 2012.
- ALVAREZ, S. E.; CALDWELL, K. L. Promoting Feminist Amefricanidade: Bridging Black Feminist Cultures and Politics in the Americas. **Meridians: feminism, race, transnationalism**, 2016.
- ANDERSON, D.; SWEENEY, D.; WILLIAMS, T. **Estatística Aplicada à Administração e Economia.** São Paulo: Pioneira, 2003.
- ANDERSON, E. **Feminist epistemology and Philosophy of Science.** [S.l.]. 2000.
- ANDRADE, L. T. D.; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos Metr pole**, v. 11, p. 137-157, 2004.
- APROSMIG. **Cartilha prostitutas contra a violência.** Belo Horizonte: [s.n.], 2017.
- ARBACHE, G. P. **Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da participa o política no regime democrático brasileiro.** São Paulo: [s.n.], 2015.
- AVELAR, L. Participa o política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro: uma introdu o.** Rio de Janeiro: Unesp, 2007. p. 223-235.
- AVRITZER, L. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática.** [S.l.]: UFMG, 1996.

AVRITZER, L. Democratization and changes in the pattern of association in Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 42, p. 59-76, 2000.

AVRITZER, L. **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.

AVRITZER, L. **Participação e distribuição nas políticas públicas do Nordeste**. Projeto Democracia Participativa. Belo Horizonte. 2007.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, Junho 2008.

AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

AVRITZER, L. **Confrências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

AVRITZER, L. et al. **Relatório de Pesquisa: Reiventando os mecanismos de inclusão e controle social nos conselhos de saúde**. PRODEP. Belo Horizonte. 2005.

BAIROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. **O livro da saúde das mulheres negras - nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. D. **Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BARBOSA, M. S. **Subaltern Studies: Pós-colonialismo e Desconstrução**. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: [s.n.], 2009.

BARRETT, S. R. **Anthropology: A Student's Guide to Theory and Methods**. Canada: University of Toronto Press Incorporated, 2009.

BARRETO, L. C. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enframamentos no contexto de Belo Horizonte**. UFMG. Belo Horizonte. 2008.

BARRETO, L. C. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. Florianópolis: [s.n.], 2015.

- BARRETO, L. C. et al. **Organização Política de Profissionais do Sexo – O movimento associativo como espaço de emergência de demandas de gênero**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. 2006.
- BARRETO, L. C.; MAYORGA, C.; GROSSI, M. P. **Pesquisando e intervindo na prostituição: reflexões sobre subjetividade, experiências e militância**. Fazendo Gênero: Desafios atuais dos feminismos. [S.l.]: [s.n.]. 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.
- BERLINCK, M. T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. [S.l.]: Vozes, v. 1, 1977.
- BISPO, S. S. **Feminismo em debate: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997)**. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2011.
- BLUMER, H. Collective Action. In: PARK, R. **An Outline of the Principles of Sociology**. New York: Barnes e Noble, 1951.
- BORBA, J. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, 27, 2012. 263-287.
- BORGES, A. **Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa**. XXIV Simpósio Nacional de História. [S.l.]: [s.n.]. 2007.
- BRADY, H.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. Beyond Ses: A Resource Model of Political Participation. **The American Political Science Review**, 89, 1995. 271-294.
- BRASIL, D. M. **A prostituição feminina e associação de prostitutas da Paraíba: movimento social, luta política e reivindicação de direitos**. Universidade Federal da Paraíba. [S.l.]. 2013.
- BRICEÑO-LEÓN, R. El contexto político de la participación comunitaria en América Latina. **Cad. Saúde Pública**, v. 14, n. 2, p. 141-147, 1998.
- BURAWOY, M. The extended case. **Sociological Theory**, v. 16, p. 4-33, 1998.
- BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: an essay in phenomenology. In: MCCANN, C.; SEUNG-KYUNG, K. **Feminist Theory Reader: Local and global perspectives**. [S.l.]: [s.n.], 2003.

- CALDWELL, K. L. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, março-junho 2010.
- CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2012.
- CARDOSO, P. D. J. F. Luta antirracista na educação: o movimento de pesquisadores negros e pesquisadoras negras - anotações de viagem. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 119-130, julho - outubro 2013.
- CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, 1987.
- CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARNEIRO, S. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, Janeiro/Junho 2002.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, p. 49-58, 2003.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Impresso no Brasil: Editora Paz e Terra, v. 3, 1999.
- CASTRO, M. G. Marxismo, feminismo e feminismo marxista - mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 98-108, 2000.
- CAVOUR, R. C. **Mulheres de Família: Papéis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar**. Dissertação de mestrado: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. [S.l.]. 2011.
- CHO, W. K. T.; GIMPEL, J. G.; WU, T. Clarifying the Role of SES in Political Participation: Policy Threat and Arab American Mobilization. **The Journal of Politics**, 68, n. 4, 2006. 977-991.
- CODE, L. Taking subjectivity into account. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. **Feminists epistemologies**. [S.l.]: [s.n.], 1993.

- COHEN, J. L. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 663–716, 1985.
- COLLINS, P. H. La política de pensamento feminista negro. In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. R. **¿Que són los estudios delas mujeres?** Buenos Aires: Fonte de Cultura Econômica, 1998.
- COLLINS, P. H. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** [S.l.]: Routledge, 2002.
- COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. **O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas.** Salvador: UFBA, 2008.
- COSTA, C. D. L. Feminismos descoloniais para além do humano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, setembro-dezembro 2014.
- COTTA, M. Participação Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 12°. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CRASNOW, S. Feminism, causation and mixed methods research. In: HESSE-BIBER, S.; JOHNSON, B. R. **The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry.** [S.l.]: Oxford, 2015. p. 637-651.
- CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241-1299, 1991.
- CRESWELL, J., et al. How Interpretive Qualitative Research Extends Mixed Methods Research. **Research in the Schools**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2006.
- CRESWELL, J. The use of a theory. In: CRESWELL, J. **Research design qualitative and quantitative approaches.** [S.l.]: Sage Publications, 1994. p. 81-104.
- CUNHA, E. S. M. **Conferências de políticas públicas e inclusão participativa.** RIo de Janeiro: IPEA, 2012.
- CURIEL, O. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, v. 26, p. 92-101, 2007.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil.** [S.l.]: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: An introduction**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2009.
- DIANI, M. Networks and participation. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESII, H. **The Blackwell companion to social movements**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2004.
- DINIZ, M. I. **Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN**. [S.l.]. 2009.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- DOYLE, L.; BRADY, A.-M.; BYRNE, G. An overview of mixed methods research. **Journal of Research in Nursing**, v. 14, p. 175-185, 2009.
- EMIRBAYER, M. Manifiesto en pro de una sociología relacional. **Revista CS en Ciencias Sociales**, v. 4, p. 285-329, 2009 [1997].
- EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What Is Agency ? **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962–1023, 1998.
- ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia: Lugares, movimientos, vida, redes**. Bogotá: Envión Editores, 2010.
- FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M.; BORBO, S. R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.
- FARIA, C. F. O que há de radical na teoria democrática contemporânea? Análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, 2010.
- FARIA, C. F. et al. **Conferências locais, distritais e municipais de saúde: mudança de escala e formação de um sistema participativo, representativo e deliberativo de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- FREDERICI, S. **Calibán y la bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- FERREIRA, M. C. A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996. **Opinião Pública**, v. 5, n. 2, 1999.

- FONSECA, I. F. D.; BURSZTYN, M.; MOURA, A. M. M. D. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, p. 183-198, 2012.
- FORACHI, M. M. **A participação social dos excluídos**. [S.l.]: Hucite, 1982.
- FUNG, A.; WRIGHT, E. O. Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance. **Politics & Society**, v. 29, n. 1, p. 566–569, 2001.
- GASPAR, M. D. **Garotas de programa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- GAVENTA, J.; BARRETT, G. {Bibliography} **So What Difference Does it Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement**. [S.l.]: Institute of Development Studies at the University of Sussex Brighton, 2010.
- GERRING, J. **Case study research: principles and practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GOHN, M. D. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 20-31, 2004.
- GOHN, M. D. G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. [S.l.]: Edições Loyola, 1997.
- GONZÁLEZ, D. C.; RENGIFO, N. S. P. Una propuesta de resistencia epistemológica. In: GONZÁLEZ, D. C.; RENGIFO, N. S. P. **Derecho, interculturalidad y resistencia étnica**. [S.l.]: [s.n.], 2009.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-Americano. In: PALMARINO, C. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n.1. Batalha de Ideias**. [S.l.]: [s.n.], 2011 [1988].
- GRIFFIN, C.; PHOENIX, A. The relationship between qualitative and quantitative research: lessons from feminist psychology. **Journal of Community and Applied Social Psychology**, v. 4, p. 287-198, 1994.

- GUGIK, M. D. **Profissionais do sexo: um estudo sobre suas condições de trabalho**. [S.l.]. 2001.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos de Pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009 [1995].
- HARDING, S. Rethinking standpoint epistemology: What is "strong objectivity"? In: ALCOFF, L.; POTTER, E. **Feminists epistemologies**. [S.l.]: [s.n.], 1993 [1992].
- HARTSOCK, N. C. M. The Feminist Standpoint: Toward a Specifically Feminist Historical Materialism. In: MCCANN, C.; SEUNG-KYUNG, K. **Feminist Theory Reader: Local and global perspectives**. [S.l.]: [s.n.], 2003. p. 292-307.
- HEBERLE, R. **Social movements**. [S.l.]: Ardent Media, 1951.
- HESSE-BIBER, S. **Feminist Research Practice**. [S.l.]: Sage Publications, 2013.
- HESSE-BIBER, S.; GRIFFIN, A. J. Feminist approaches to multimethod and mixed methods research: theory and praxis. In: HESSE-BIBER, S.; JOHNSON, B. R. **The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry**. [S.l.]: Oxford, 2015.
- HESSE-BIBER, S. Feminist Approaches to Triangulation: Uncovering Subjugated Knowledge and Fostering Social Change in Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 6, n. 2, p. 137-146, 2012.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 1999. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan. Acesso em 02 fev 2017.
- HORIZONTE, P. M. D. B. **Orçamento Participativo de Belo Horizonte - 15 anos**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. [S.l.]. 2008.
- HUNT, S. A.; BENFORD, R. D. Collective identity, Solidarity and Commitment. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. **The Blackwell companion to social movements**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2004.
- HUNTINGTON, S.; NELSON, J. **No easy choice: political participation in developing countries**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.
- IPEA. **Ampliação da Participação na Gestão Pública: um estudo sobre conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2011**. Brasília. 2013.

- IPEA. **Conselhos Nacionais Perfil e atuação dos conselheiros**. Brasília. 2013.
- JESUS, J. G. D. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: [s.n.], 2012.
- JOHNSON, G. Research note on political correlates of voter participation: a deviant case analysis. **American Political Science Review**, v. LXV, 1971.
- KAASE, M. Participation. In: BADIE, B.; BERG-SCHOLSSER, D.; MORLINO, L. **International Encyclopedia of Political Science**. [S.l.]: SAGE, 2011.
- KERRISSEY, J.; SCHOFER, E. Union Membership and Political Participation in the United States. **Social Forces**, n. 3, 2013. 895-928.
- KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KLANDERMANS, B. The Demand and Supply of Participation: Social-Psychological Correlates of Participation in Social Movements. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. **The Blackwell companion to social movements**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2004.
- KORNHAUSER, W. **Aspectos Políticos de La Sociedad de Massas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. [S.l.]: Coletivo Sabotagem, 1999 [1883].
- LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das Instituições participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. p. 33-42.
- LAWSON, V. The Politics Of Difference: Examining the Quantitative/Qualitative Dualism in Post-Structuralist Feminist Research. **The Professional Geographer**, v. 47, n. 4, p. 449-457, 1995.
- LAY, J. C. Learning About Politics in Low-Income Communities: Poverty and Political Knowledge. **American Politics Research**, 34, 2006. 319-340.
- LAZARFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The peoples choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign (1968)**. New York: Columbia, 1968.
- LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- LEITE, S. Saravá! Mulheres negras da esquerda brasileira - Invisibilidade histórica. In: PAPA, F.; JORGE, F. **O Feminismo é uma prática - reflexões com mulheres jovens do PT**. [S.l.]: [s.n.], 2008.
- LENZ, F. Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 34, p. 209-215, 2014.
- LEVINE, P. **Prostitution, race, and politics: Policing venereal disease in the British Empire**. [S.l.]: Psychology Press, 2003.
- LONGINO, H. E. . L. Subjects, power, and knowledge: description and prescription in feminist philosophies of science. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. **Feminists epistemologies**. [S.l.]: [s.n.], 1993.
- LUCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, p. 58-68, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, setembro-dezembro 2014.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 [1977].
- MAHONEY, J. After KKV: the new methodology of qualitative research. **World Politics**, v. 62, p. 120-147, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAYER, M. Social-Movement Research in the United States: A European Perspective. In: LYMAN, S. **Social Movements: Critiques, Concepts and Case-Studies**. New York: New York University Press, 1995.
- MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Comparative perspectives on social movements - Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1996.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American journal of sociology**, p. 1212-1241, 1977.
- MELLO, A. S. V. D. **Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida**. [S.l.]. 2007.

- MELLO, A. S. V. D. **Prostituição, gênero e direitos : noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada.** [S.l.]. 2014.
- MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. **From structure to action: comparing social movement research across cultures.** London: Jai Press Inc., v. 1, 1988. p. 329-348.
- MELUCCI, A. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. **Social Movements and Culture.** Third. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press , 1995. p. 41-63.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: Collective action in the information age.** [S.l.]: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** [S.l.]: Vozes, 2001.
- MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género. In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** [S.l.]: [s.n.], 2014 [2010].
- MENEGHEL, S. N.; FARINA, O.; RAMÃO, S. R. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, 2005.
- MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a world scale: Women in the international division of labour.** [S.l.]: Palgrave Macmillan, 1998.
- MIGUEL, L. F. Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, 2005.
- MILBRAITH, L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally and Company, 1965.
- MISCHE, A. Cross-talk in Movements: Reconceiving the Culture-Netwrok Link. In: DIANI, M.; MCADAM, D. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action.** [S.l.]: Oxford University Press, 2003. p. 258-280.
- MISCHE, A. Relational Sociology, Culture and Agency. In: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. **The SAGE Handbook of Social Network Analysis.** [S.l.]: SAGE, 2011. p. 80-97.

- NARAYAN, U. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 276-290.
- NASCIMENTO, B. Negro e racismo. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1974].
- NASCIMENTO, B. Por uma história do homem negro. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1974].
- NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1976].
- NASCIMENTO, B. Nossa democracia racial. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1977].
- NASCIMENTO, B. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1982].
- NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1985].
- NASCIMENTO, B. A mulher negra e o amor. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. [S.l.]: Instituto Kuanza, 2006 [1990].
- NASCIMENTO, E. C. D. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. São Paulo: [s.n.], 2012.
- NEVES, M. de S. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, L. e FERREIRA, J. L. **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 14-44, 2003.
- NIGHTINGALE, A. A Feminist in the Forest: Situated Knowledges and Mixing Methods in Natural Resource Management. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 2, n. 1, 2003.

- NUNES, A. I. F. **Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco. [S.l.]. 2015.
- OLIVEIRA, M. Q. D. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho da vida nada fácil**. [S.l.]. 2008.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. [S.l.]: Edusp, 1999.
- ON, B.-A. B. Marginality and epistemic privilege. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. **Feminist epistemologies**. [S.l.]: [s.n.], 1993.
- ORUM, A. M. A reappraisal of the social and political participation of negroes. **American Journal of Sociology**, p. 32-46, 1966.
- PAOLI, M. C. M. **Desenvolvimento e marginalidade**. [S.l.]: Livraria Pioneira Editora, 1974.
- PAOLI, M. C. P. M. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso**. [S.l.]: Livraria Pioneira, 1974.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Vida, 1992 [1970].
- PATEMAN, C. **El contrato sexual**. Tradução de María Xosé Agra Romero. [S.l.]: Anthropos Editorial, v. 87, 1995.
- PEREIRA, L. **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- PERRY, K.-K. Y. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil. **Meridians: feminism, race, transnationalism**, p. 94-120, 2016.
- PINTO, C. R. **Uma história do feminismo no Brasil**. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. **Poor People's Movements: Why they succeed, How they fail**. [S.l.]: [s.n.], 1979.
- PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. Collective protest: A critique of resource mobilization theory. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 4, p. 435-458, 1991.
- PIZZORNO, A. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. **Participación y cambio social em la problemática contemporánea**. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.

- POGREBINSCHI, T. Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1970.
- QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos. In: SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 1-66.
- RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, 2003.
- REZENDE, F. D. C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 6, p. 297-337, dezembro 2011.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 20, n. 2, 2011.
- ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. [S.l.]: Ed. Rosa dos Tempos, 1998.
- ROCHA, J. G. D. Movimentos sociais e negritude no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 12, p. 24-60, 2014.
- ROCHA, J. G. D.; SILVA, C. D. C. A transmissão do conhecimento nas culturas populares de matrizes africanas. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 15, p. 240-254, 2014.
- RODRIGUES, C. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Fazendo Gênero 10. Desafios atuais dos feminismos. [S.l.]: [s.n.]. 2013.
- RODRIGUES, M. T. **Polícia e prostituição feminina em Brasília-um estudo de caso**. [S.l.]. 2009.

- ROMÃO, W. D. M.; MARTELLI, C. G. G. Estudos sobre as instituições participativas: o debate sobre sua efetividade. **Pensamento & Realidade**, p. 124-143, 2013.
- RUESCHMEYER, D. Can one or a few cases yield theoretical gains? In: MAHONEY, J.; RUESCHMEYER, D. **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2003. p. 305-336.
- SANTOS, B. D. S.; AVRITZER, L. **Democratizar a democracia: os caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, T. **A mulher negra**. [S.l.]: [s.n.]. 1985.
- SARDENBERG, C. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?, 2007.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio-agosto 2004.
- SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. **American Political Science Review**, p. 1033-1053, Dezembro 1970.
- SCHLINDWEIN, A. F. **Paginas Davida: um gesto analítico discursivo sobre a prostituição**. [S.l.]. 2009.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984 [1942].
- SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**, v. 5, p. 217-243, 2011 [1985].
- SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. **Political Research Quarterly**, Utah, v. 61, p. 294-308, 2008.
- SELIGSON, M.; BOOTH, J. Political participation in Latin America: an agenda for research. **Latin America Research Review**, v. 11, 1976.
- SHINGLES, R. D. Black Consciousness and Political Participation: The Missing Link. **The American Political Science Review**, 75, 1981. 76-91.
- SILVA, E. R. A. D. **Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

SILVA, P. et al. Acerca do debate metodológico na investigação feminista. **Revista Portuguesa Ciencia Desportiva**, v. 5, p. 358–370., 2005.

SMELSER, N. **Teoria del comportamiento colectivo**. México: Fondo de cultura económica, 1989.

SNOW, D. A. Framing Processes, Ideology and Discursive Fields. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. **The Blackwell companion to social movements**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2004.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: ABRAMO, F. P. **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: [s.n.], 1998.

SOUZA, C. H. L. DE;; LIMA, P. P. F. **Da inclusão ao insulamento: uma análise sobre o potencial inclusivo de conselhos nacionais**. Anais do Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. 2012

SOUZA, C. H. L. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013. p. 53-72.

SPIERINGS, N. The inclusion of quantitative techniques and diversity in the mainstream of feminist research. **European Journal of Women's Studies**, v. 19, n. 3, p. 331-347, 2012.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, p. 179-209, 1997.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. [S.l.]: Mcgraw-Hill College, 1978.

VAN DETH, J. **Studying political participation: towards a theory of everything? towards a theory of everything?** Paper presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops. Grenoble: [s.n.]. 2001.

VAZ, A. C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 10, p. 63-106, abril 2013.

VAZ, A. C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições Participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 10, 2013.

VERBA, S. E. A. Who participates? What do they say? **The American Political Science Review**, v. 87, n. 2, 1993.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Voice and equality**: civic voluntarism in American politics. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

VIANA, E. D. E. S. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 52-63, 2010.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, março-junho 2010.

WESTMARLAND, N. The Quantitative/Qualitative Debate and Feminist Research: A Subjective View of Objectivity. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 2, n. 1, 2001.

YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method**: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn. [S.l.]: Routledge, 2006.

XAVIER, S. **As vozes de mulheres profissionais do sexo sobre a legalização do seu trabalho: discurso e gênero**. [S.l.]. 2008.

APÊNDICE METODOLÓGICO

TRECHOS DAS ENTREVISTAS SEM CORREÇÃO:

MARIA. Entrevistada número 1. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016: Quando eu trabalhava nos hotéis eu procurava sempre de... De arrumar amizade. Já levei meninas dos hotéis para ir à minha casa, passar o fim de semana e tudo. Não arrependi, respeitou [sic] lá em casa, e tudo. Essa aqui [aponta para uma menina], conheço ela muitos anos, nós nunca brigou [sic] né? Eu já fiz amizade, é bom fazer amizade. Porque nos hotéis a gente não pode ficar sozinha não. Se acontecer alguma coisa, a gente grita, quem escuta? As amigas.

ANA. Entrevistada número 4. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016:

P: [...] como é que você passou a integrar a direção da APROSMIG?

E: A passei porque... Aí eu fui vendo né? A Eduarda [nome fictício] né.. Eu trabalhava num quarto e a Eduarda no outro, assim vizinha. Aí ela: você era boa de ir pra lá Ana, vai pra lá, você tá aqui a muito tempo, conhece todo mundo, tem muitos anos que você tá aqui. Aí eu fui né.

P: [...] Mas por que que você foi?

E: Ah, ó, eu gosto muito de viajar né? Eu já viajei muito pela APROSMIG. Agora que a gente não tá viajando mais né. Mas eu gosto de estrada, eu gosto. E essas coisas da política passa a ser um divertimento pra gente né? [...] Eu gosto de viajar e acho interessante. Igual... É... Eu fui pra Brasília quatro vezes, ficando naqueles hotéis maravilhosos lá, conhecendo aqueles homem bacana [sic]. Igual, eu sou apaixonada pelo Jean Wyllys, eu sou apaixonada naquele homem. Aquela menina que era ministra, Eleonora. Ô mulher bacana de você conversar com ela. É mulher simples, já de idade, mas simples, amável. [...] Eu gosto muito dessa discussão, de política, de falar, de ir atrás do vereador, de cobrar deles as coisas (informação verbal).

CECÍLIA. Entrevistada número 3. Entrevistadora: Juliana Morais de Góes. Belo Horizonte, 2016: Na época eu fazia direito [refere-se ao início de sua militância], aí eu larguei. Então foi sempre nessa linha mesmo, do direito mesmo. E eu gostava do que eu faço [refere-se às primeiras experiências de engajamento]. Então eu abandonei tudo e eu gosto do que eu faço

[...]. Ai eu falei, vou sair fora porque agora vou militar politicamente. Vou defender vocês. [...] E se eu acho coisa não tá legal e tem que melhorar, tem que melhorar, alguém tem que dar a cara a tapa [...] E eu me sinto mais fácil e mais forte agora quando eu sei que eu posso falar e o outro me escuta, algo que é muito legal. E quando eu dou um berro, acabou. É dar um berro na minha cabeça acabou, não volta para trás.

CECÍLIA. Entrevistada número 3. Entrevistadora: Juliana Moraes de Góes. Belo Horizonte, 2016: P: E como você começou a participar do GAPA?

E: O GAPA tinha uma parte que fazia a questão da prostituição. Então nós começamos lá a reunir a associação. E após reunirmos [...] tirou-se esse conteúdo né [de criar e formalizar a associação]. Aí conversei com o Roberto e falei, olha, não sei nem se você vai querer depois, que dá uma dor de cabeça violenta, mas é gostoso demais [...]. Mas aí depois a associação separou e o GAPA fechou, não sei porque. [...]

P: Mas você já conhecia por exemplo, essa questão, as pautas da Gabriela Leite, os debates sobre regulamentação... Como é que você ficou conhecendo esses debates?

E: Conheci através do GAPA mesmo, do Roberto. Aí ele começou a falar disso, como seria e... Eu falei opa! Interessante, deixa eu dar uma olhada. Deixa eu ver se eu vou gostar do negócio.